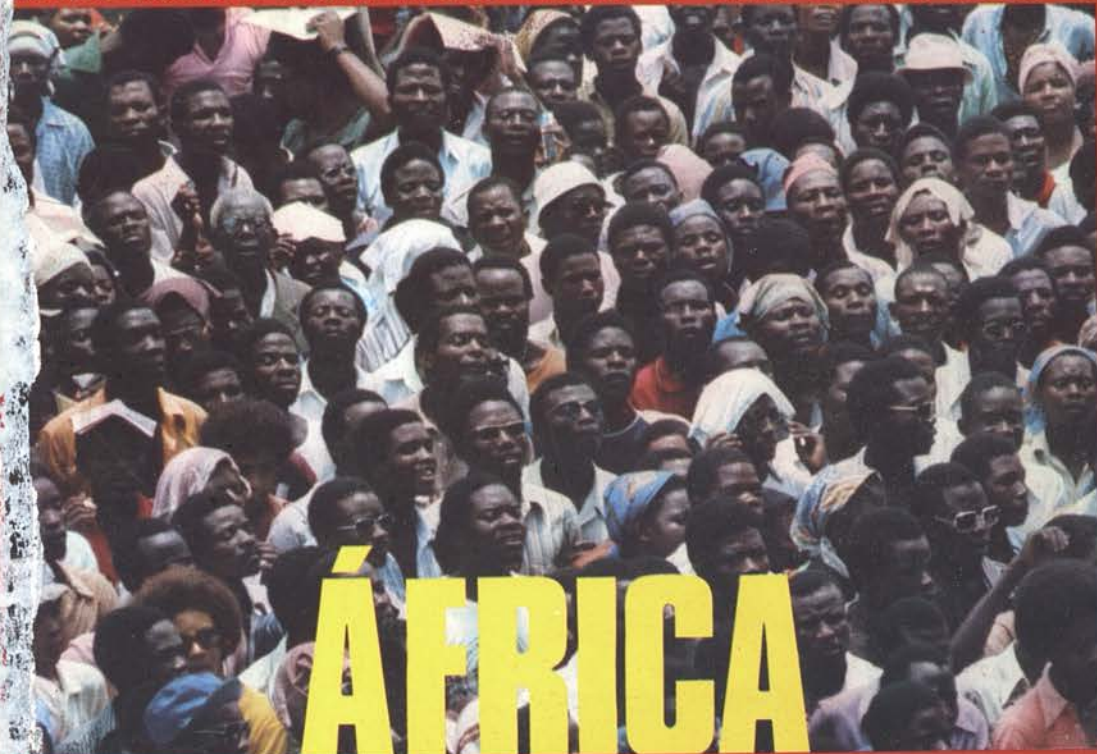


cadernos do

terceiro mundo

nas vésperas de Tripoli
OUA

Maio 1982 • Esc 80\$00 • Kz 60.00 • MT 80.00 • PG 80\$00 • CV • 80\$00 • Cr\$ 150.00 • Ano V n.º 44



ÁFRICA EM MUDANÇA

ESPECIAL

**S. TOMÉ
E PRÍNCIPE**



**NO
CICLO
DO CACAU**

ANGOLA

A woman wearing a white headwrap and a white shawl over a patterned skirt is harvesting coffee beans in a plantation. She is holding a large woven basket. The background shows coffee trees with ripe red beans.

Café de Angola
um
gosto
de
liberdade

Av. 4 de Fevereiro, nº 107 - Luanda • Telefone 73671/2/3 • Teleg. "INICAFE" • R.P.A.

Aos leitores

Malvinas

No momento em que fechamos esta edição a crise das Malvinas está ainda longe do seu termo. A guerra continua, as baixas de ambos os lados elevam-se. Tanto Londres como Buenos Aires — e isso hoje é evidente — não contavam com a reacção do lado contrário tal como ela se tem verificado.

Todos os países do Terceiro Mundo, particularmente os da América Latina, passaram a defrontar-se com um problema complexo. De um lado, ressurgia o velho espectro do colonialismo britânico, condenado nos «forums» internacionais, mas que arrogantemente se recusa a abandonar as suas possessões no Atlântico Sul. Do outro, um regime militar isolado diplomaticamente pelas arbitrariedades que cometeu durante sete anos decide assumir uma reivindicação correcta e popular, com o aparente objectivo de tentar neutralizar o descontentamento interno.

Independentemente do seu desfecho, a crise das Malvinas está destinada no entanto a ter consequências para o futuro político da Argentina, que, ao que tudo indica, não será a mesma depois do confronto com a Grã-Bretanha. No editorial dedicado à questão, que faz actualmente as manchetes de toda a Imprensa mundial, tomamos a nossa posição expressa linearmente no título: pela recuperação e contra a ditadura.

Malvinas será o assunto principal da reportagem de capa do próximo número de «cadernos do terceiro mundo», onde aprofundaremos a análise das suas causas e implicações.

Por ora, as páginas desta edição estão viradas para a realidade africana, com textos sobre sete países do continente e um ponto de situação dos preparativos da Cimeira da OUA, a realizar em Agosto na capital líbia. Chamamos a atenção do leitor para a extensa reportagem que Carlos Pinto Santos efectuou num pequeno país ignorado da Imprensa internacional: S. Tomé e Príncipe, onde o presidente Manuel Pinto da Costa concedeu uma entrevista exclusiva ao nosso companheiro.

Finalmente uma referência ao excelente artigo de Eduardo Galeano. O escritor uruguaio manifesta o seu entusiasmo pela erupção de uma nova face da cultura na Nicarágua que a revolução sandinista tem promovido.



Reagan e os direitos humanos

Um helicóptero é uma máquina extraordinária. Pequena, fácil de dirigir, não precisa de aeroporto e de pista para levantar voo ou aterrizar.

O seu valor militar é imenso. Ao permitir que as tropas cheguem e se retirem de maneira rápida de áreas geralmente inacessíveis, dá às ações militares uma mobilidade desconhecida anteriormente. Quando está artilhado é uma arma espetacularmente mortal.

O exército salvadoreño perdeu recentemente quase todos os seus helicópteros numa arriscada incursão das forças guerrilheiras. Ronald Reagan, campeão dos direitos humanos e da democracia na Polónia, autorizou imediatamente uma ajuda militar num montante de 55 milhões de dólares para que sejam repostos todos os helicópteros.

Que farão os militares salvadoreños com eles?

Como o exército norte-americano aprendeu no Vietname, o helicóptero é excelente para o reconhecimento de uma área à altura das árvores e para disparar sobre qualquer coisa que se mova. Não precisa de ter um bom atirador; as metralhadoras são instrumentos subtis. Os seus tripulantes não se interrogam quem será a sua vítima ali em baixo; pode ser uma criança, velho ou mulher. Mas isso não importa. Para os objectivos militares, os mortos transformam-se automaticamente em guerrilheiros. A quantidade de cadáveres justifica os fins estatísticos na utilização maciça de meios.

No entanto, podemos pensar que os nossos amigos salvadoreños não tenham em mente esse propósito, já que, como Reagan nos garante, o seu recorde em direitos humanos está a melhorar permanentemente. Apesar do nosso desejo em acreditar no sr. Reagan, existe algo de confuso em relação a esses helicópteros. Porque são eles tão necessários em El Salvador?

O relato de um jovem chamado Philippe Bourgeois dá-nos uma ideia disso. Bourgeois é um estudante formado em Oxford que foi para El Salvador a fim de entrevistar os camponeses, em Novembro passado. No dia 11 desse mês, conseguiu obter um conhecimento total da «valiosa contribuição» que os helicópteros estão a dar em El Salvador.

«Assim que amanhecia, começava o bombardeamento. Eu refugiava-me em buracos e trincheiras cavadas precipitadamente, enquanto os meus ouvidos suportavam o terrível ruído dos helicópteros Huey».

Durante sete dias, Bourgeois e os camponeses esconderam-se fujindo das tropas. «Todos nós sabíamos que logo que amanhecesse, os helicópteros e as

patrulhas militares e paramilitares sairiam em nossa busca. Quando estávamos perto da fronteira com Honduras, tivemos de correr a noite toda e boa parte do dia, com os helicópteros em plena perseguição». As baixas civis nessa operação foram relativamente leves para os «padrões» salvadoreños: 50 mortos, 90 feridos e 100 desaparecidos. (Todas as citações desse incidente são de um artigo de imprensa do Conselho de Assuntos Hemisféricos, publicados a 12 de Janeiro de 1982.)

Muitos outros acontecimentos semelhantes ocorreram nos últimos meses, alguns com um saldo de centenas de mortos. (Ver no *Washington Post* de 27 de Janeiro de 1982, um artigo sobre a matança da província de Morazán, verificada nos dias 16 e 17 de Dezembro de 1981, onde se afirma que foram assassinados cerca de 900 camponeses.)

À medida que alguém procura informações na imprensa, aumenta a impressão de que talvez a situação dos direitos humanos em El Salvador não seja tão optimista como nos quer fazer crer o nosso presidente. Ele insiste em que estamos a apoiar um governo legítimo em El Salvador e isso faz aumentar a nossa confusão já que, no *Weekly Report* de 22 de Janeiro de 1981, aparece esta interessante citação: «A junta não tem legitimidade». O seu autor é nada menos que José Napoleón Duarte, presidente de El Salvador. *Ralph Davis, Charlottesville, Virginia, USA.*

Amazónia e Uganda

Escrevo-lhes para prestar as justas homenagens à matéria especial sobre o assalto à Amazónia. Gostaria também de ler nos «cadernos» uma reportagem sobre o Uganda e ter informações sobre o paradiro do ex-ditador Idi Amin Dada.

Raimundo A. de Menezes, Crato - Brasil

n.d.r. - O ex-ditador ugandês encontra-se actualmente exilado na Arábia Saudita

El Salvador

Vejo com admiração a bravura e a atitude de Leticia, explosiva salvadoreña (*n.d.r. - cadernos do terceiro mundo, número 40, «Com a guerrilha nas áreas libertadas»*). Ninguém quer morrer, e que este grito seja ouvido por todos, pois a paz é importante, não só para eles, mas para todos os oprimidos do Terceiro Mundo. Que a tímida Leticia realize o seu ideal. É este o voto de um brasileiro que a admira.

Olinto S. Cardoso, São Luis - Brasil

Madagascar

Para quando uma grande reportagem sobre Madagascar? Sabe-se muito pouco dessa grande nação que no meio de grandes dificuldades tenta implantar um tipo de socialismo que tanto desagrada aos indetectíveis inimigos do nosso continente.

António Machemba, Maputo - Rep. Pop. de Moçambique

Intercâmbio

● *Barbela Grimm*
Kalininring 79
6106 Meiningen (DDR)
Rep. Democrática Alemã

● *D. Marques Galvão*
C. P. 134 - 58000 João Pessoa - PB
Brasil

● *Reynaldo G. de Jesus*
C. P. 3271 - 20010 Rio de Janeiro - RJ
Brasil

● *Guilherme J. Ferreira da Rocha*
Rua Feliciano de Aguiar, 424 - Casa 1
Fundos, Maria da Graça
20781 - Rio de Janeiro - RJ, Brasil

● *Rubens de A. Santos*
Rua Eiras Garcia, 212
01550 - São Paulo - SP, Brasil

● *José Carlos de Almeida*
C. P. 31 - Chibia - Hulla
Rep. Pop. de Angola

● *André Tanga Sinatra*
C. P. 1507 - Luanda
Rep. Pop. de Angola

● *Faustino Raimundo*
a/c António Quengueleji
Hospital Dundo-Central
C. P. 5 Lunda-Norte, Diamang
Rep. Pop. de Angola

● *Rui de Carvalho M. da Cunha*
Escola Nacional da Aviação Militar
C. P. 140 Negage - Uíge
Rep. Pop. de Angola



Editorial

5 Malvinas, pela recuperação e contra a ditadura

Matéria de capa: África em mudança

9 Zimbábue: A segunda fase da independência, *Carlos Castilho*

15 Angola-Portugal: Diálogo sem complexos, *Hugo Neves*

18 Namíbia: As cisões no *Apartheid*

21 Guiné-Bissau: Regressar às Tabancas? *Baptista da Silva*

27 Somália: A difícil posição de Siad Basse, *Micaela Ramada*

29 Nigéria: A oposição tenta unir-se

31 OUA: Antes de Trípoli, *Alice Nicolau*

37 S. Tomé e Príncipe: No ciclo do cacau, *Carlos Pinto Santos*

Ásia

67 Paquistão: O centro da tormenta, *Nikhil Chakravarti*

75 Turquia: A ordem das baionetas, *Agustin Castaño*

América Latina

79 América Central: Uma tríplice aliança sectária, *Martin Morazán*

82 *Panorama Tricontinental*

Cultura

89 Nicarágua: A revolução como revelação, *Eduardo Galeano*



Robert Mugabe



Manuel Pinto da Costa



PORTE PAGO
REVISTA MENSAL

cadernos del
tercer mundo

third world

cadernos do
terceiro mundo

Editor Geral
Neiva Moreira
Editores Associados
Pablo Piacentini e Beatriz Bisso

Conselho Editorial Internacional
Darcy Ribeiro — Juan Somavia
Henry Pease Garcia — Aquino de Bragança
Wilfred Burchett

● *Edições em português*
ANGOLA — CABO VERDE
GUINÉ-BISSAU — MOÇAMBIQUE
PORTUGAL — S. TOMÉ E PRÍNCIPE

Documentação e Arquivo
Lidia Freitas
Composição
Ronaldo Fonseca
Distribuição
Homero Souza
Fotolito
Colorrto Stúdio Gráfico Lt.*
Rua 2 de Fevereiro, 33 — Encantado

Editor
Altair Campos
Administrador
Ernesto Pádua
Redacção
Baptista da Silva
Carlos Pinto Santos
Leonardo Mourão
Revisão
Estevam Reis
Documentação e arquivo
Cristina Assis
Tricontinental Editora Ld.*
Calçada do Combro, 10-1.º
T. 320650 — Lisboa 1200
Serviços Comerciais e Publicidade
José C. Figueiredo
Composição e Impressão
Renasçença Gráfica e
Gráfica Europam, Ld.*
Distribuição
CDL — Central Distribuidora Livreira S.A.R.L.
Representantes
Angola
Luis Henrique — C.P. 3593 — Luanda
Moçambique
Etevaldo Hipólito
Rua Kongwa, 153 — Maputo
T. 25140

BRASIL
Director e Editor
Neiva Moreira
Director Administrativo
Altair Campos
Secretário de Redacção
Nilton Caparelli
Representantes
Clóvis Senna (Brasília)
Paulo Cannabrava Filho (São Paulo)
Caixa Postal 60.086 — CEP 05.033
Arte
Maria Nakano
Carmem Saporetto
Tradução e Revisão
José Carlos Gondim
Cláudia Guimarães
Publicidade
Jesus Antunes

editora terceiro mundo, Lda.
Rua da Glória, 122 — grupo 105/106
tel. 242-1957
telex: 2133054 CTMB BR.

Registro na Junta Comercial do Estado
do Rio de Janeiro n.º 33.200.306, 291
C.G.C. (MF) n.º 30.876.783/0001-32
Inscrição Estadual n.º 81.341.400
Registro no INPI: Protocolo n.º 013.539
Registro no SCDP/SR/DPF
n.º 2195 — P. 209/73

● *Edições em espanhol*
MÉXICO — AMÉRICA CENTRAL
AMÉRICA DO NORTE e CARIBE
Editor
Roberto Remo
Gerente Geral
Gerónimo Cardoso
editora periodistas del tercer mundo a.c.
salle California, 98A — Cooyoacán
México, 21 DF — telephone: 689-1740
Correspondência: Apartado Postal, 20 572
México, 20, DF
BOLÍVIA — CHILE — COLÔMBIA
EQUADOR — PERU — VENEZUELA
(Edição Andina)
Publicada por DESCO: Centro de Estudios y
Promoción del Desarrollo
Avenida Salaverry, 1945
Lima, 14 Peru — Teléfono 724-712

● *Edições em inglês*
ESTADOS UNIDOS — CANADÁ
EUROPA e PAÍSES DE LINGUA
INGLESA NO TERCEIRO MUNDO
Editor
Fernando Molina
Editor Consultivo
Cedric Belfrage
Apartado Postal, 20.572 — México, DF.

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: **ANGOP** (Angola), **AIM** (Moçambique), **INA** (Iraque), **IPS** (Inter Press Service), **SHIHATA** (Tanzania), **WAFI** (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas **Nueva** (Equador), **Novembro** (Angola), **Tempo** (Moçambique) e com o jornal **Daily News** de Dar-es-Salaam (Tanzania).

Circulação em 68 países

Alemanha Ocidental — Angola — Argélia — Argentina — Austrália — Áustria — Bangladesh — Belize — Bélgica — Bolívia — Brasil — Cabo Verde — Canadá — Checoslováquia — Chile — Colômbia — Costa Rica — Cuba — Dinamarca — El Salvador — Equador — Espanha — Estados Unidos — Etiópia — Finlândia — França — Granada — Guiana — Guiné-Bissau — Honduras — Iémen Democrático — Índia — Indonésia — Irão — Iraque — Jugoslávia — Jamaica — Japão — Kuwait — Líbano — México — Moçambique — Nicarágua — Nigéria — Panamá — Paraguai — Perú — Portugal — Porto Rico — Quênia — República Dominicana — Sahara — São Tomé e Príncipe — Seychelles — Sri Lanka — Suécia — Suíça — Suriname — Santa Luzia — Tailândia — Trindade-Tobago — Uruguai — União Soviética — Venezuela — Vietname — Zâmbia — Zimbábue.

Editor e Director: Altair L. Campos
Propriedade:
Tricontinental Editora, Lda.
Redacção e Sede da Administração:
Calçada do Combro, 10-1.º
tel. 320650 1200 Lisboa
Tiragem desta edição: 36.000 exemplares

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL — Empresa Distribuidora Livreira UEE, Avenida Luis de Camões, 111, Luanda. BELIZE: Cathedral Book Center, Belize City. BOLÍVIA: Tecnolibros S.R.L., Casilla de Correo 20288. La Paz. BRASIL: Fernando Chingaglia Distribuidora S.A., Rua Teodoro da Silva, 907 — Rio de Janeiro. CABO VERDE: Instituto Cabo-Verdiano do Livro, Rua 5 de Julho, Praia. CANADÁ: Third World Books and Crafts, 748 Bay St. Ontario, Toronto — The Bob Miller Book Room, 180 Bloor St. West, Toronto. COLÔMBIA: Ediciones Suramérica Ltda., Carrera 30 N.º 23-13, Bogotá. COSTA RICA: Semanário Nuevo Pueblo, Av. 8 Calles 11 y 13 N.º 1157, San José. CHILE: Distribuidora Sur, Dardignac 306, Santiago. EQUADOR: Edicionesociales, Córdova 601 y Menduburo, Guayaquil — RAYD de Publicaciones, Av. Colômbia 248, of. 205, Quito Ed. Jaramillo Arteaga, Tel. 517590, Reg. Sendip Pex 1258. EL SALVADOR: Libreria Tercer Mundo, Primera Calle Poniente 1030, San Salvador — El Quijote, Calle Arce 708, San Salvador. ESTADOS UNIDOS: Guild News Agency, 1118 W. Armitage Ave., Chicago, Illinois — New World Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois — Libreria Las Américas, 152 East 23rd Street, New York, N.Y. 10010 — Third World Books, 100 Worcester St. Boston, Mass 02118 — Libreria del Pueblo, 2121 St. New Orleans, LA 70130 — Papyrus Booksellers, 2915 Broadway at 114th St. New York, N.Y. 10025 — Tom Mooney Bookstore, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA 94110 — Book Center, 518 Valencia St. San Francisco, CA — Red and Black, 4736 University Way, Seattle — Groundwork Bookstore, U.C.S.D. Student Center B-023, La Jolla, CA. FRANÇA: Centre des Pays de Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. GRA-BRETANHA: Latin American Book Shop, 29 Islington Park Street, London. GUINÉ-BISSAU: Departamento de Edição-Difusão do Livro e Disco, Conselho Nacional da Cultura. HOLLANDA: Athenaeon Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdam. HONDURAS: Libreria Universitaria «José Trinidad Reyes», Universidad Autónoma de Honduras, Tegucigalpa. ITALIA: Paesi Nuovi, Piazza de Montecitorio 59/60, Roma — Feltrinelli, Via de Babuino, 41 Roma — Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A, Roma — Spagnola, Via Monserrato, 35/6, Roma — Uscita, Bianchi Vecchi, 45 Roma. MÉXICO: Unión de Expendedores y Vendedores de Periódico, Humboldt N.º 47, México 1, D.F. — Distribuidora Sayrols de Publicaciones, S.A., Mier y Pesado N.º 130, México 12, D.F. — Librerías México Cultural, Mier y Pesado N.º 128, México 12, D.F. — Metropolitana de Publicaciones, Librería de Cristal e 100 librerías em todo o país. MOÇAMBIQUE: Instituto do Livro e do Disco, Ave. Ho Chi Minh 103, Maputo. NICARÁGUA: Ignacio Briones Torres, Reparto Jardines de Santa Clara, Calle Oscar Pérez Cassas N.º 80, Quinta Soledad, Manágua, Nicarágua. PANAMÁ: Libreria Cultural Panameña, S.A., Ave España 16, Panamá. PERU: Distribuidora Runamarca, Camaná 878, Lima 1. PORTUGAL: CDL, Av. Santos Dumont, 57, 1000 Lisboa. PORTO RICO: Librerías La Tertulia, Amalia Marin Esq. Ave Gonzalez, Rio Piedras — Pensamiento Crítico, P.O. Box 29918, 65th inf. Station, Rio Piedras, P.R. 00929. REPÚBLICA DOMINICANA: Centro de Estudios de la Educación, Juan Sánchez Ramirez 41, Santo Domingo — DESVIGNE, S.A., Ave Bolívar 354, Santo Domingo. REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA: Gunther Hopfenmüller, Jeringstr 155, 2102 Hamburg. S. TOMÉ E PRÍNCIPE: Ministério de Informação e Cultura Popular. SUÉCIA: Wennrgren-Williams AB, S-10425, Stockholm. VENEZUELA: Publicaciones Españolas, S.A., Ave. México Lechosa a Pte. Brion, Caracas.

Editorial

Malvinas: pela recuperação e contra a ditadura



EM relação ao conflito das Malvinas, nem todas as análises e julgamentos distinguiram acertadamente os princípios, os meios e os fins. Pelo contrário, nos países desenvolvidos prevaleceu o critério de ignorar ou colocar num segundo plano os princípios – o facto de esta ser uma questão colonial –, enquanto nos países do Terceiro Mundo a natureza do problema foi devidamente valorizada.

A rápida e enérgica resposta da Comunidade Económica Europeia (CEE), através da suspensão do comércio e do fornecimento de armas à Argentina, nem sequer levou em consideração esse dado essencial.

Em defesa desta atitude alegou-se que a Argentina utilizou a força militar para ocupar o arquipélago e que os membros da CEE não podiam deixar de prestar a sua solidariedade à Grã-Bretanha, seu parceiro na Comunidade. Porém um país pode acatar as normas de uma instituição como a CEE e ao mesmo tempo formular reservas, neste caso relativas à origem do conflito, assinalando que a adesão às medidas não implica apoiar uma situação colonial.

A omissão destas reservas retira à posição da CEE qualquer atenuante e induz a pensar que nela influiu o facto de sete dos seus dez membros serem ex-potências coloniais (a própria Grã-Bretanha, França, Bélgica, Holanda, Itália, Dinamarca e Alemanha Federal).

Quanto à Grã-Bretanha, é ainda mais evidente que a sua reacção é própria de um império que, apesar de decadente, não deixa de estar decidido a preservar os seus interesses por meio da força, neste caso a armada real com o triste passado de haver subjugado povos indefesos da América Latina, Ásia e África.

Nesta aventura em águas do Atlântico Sul, não foram somente os nostálgicos do partido conservador que apoiaram a primeira-ministra Margaret Thatcher. Também o fizeram os social-democratas, os liberais e os trabalhistas, com a única excepção de um minoritário sector de esquerda deste último partido. Para cúmulo da hipocrisia, muitos parlamentares descobriram o carácter ditatorial e fascista da junta militar argentina, depois desta ter içado a bandeira nacional em Puerto Stanley, rebaptizado de Puerto Rivero, e posteriormente, Puerto Argentino.

A Câmara dos Comuns converteu-se numa caixa de ressonância dos crimes e torturas cometidos pelos oficiais de Videla e Galtieri desde 1976, com uma intensidade incomparavelmente

maior que a registada quando essas violações foram conhecidas. E por certo, naquela ocasião nem à Grã-Bretanha nem a país algum da CEE ocorreu aplicar sanções à Argentina, apesar de que, qualquer que seja o ponto de vista, a repressão que atingiu mais de 30 mil mortos e desaparecidos, ser de uma gravidade muito maior que o desalojamento violento, porém sem sangue, do destacamento britânico. O emprego da força militar é condenável, desde logo. Porém, a imposição do colonialismo e a sua manutenção é também um acto de força. E Buenos Aires tem a experiência de haver negociado com Londres, quer por meio de governos democráticos quer de ditaduras, durante 17 anos. Neste lapso não conseguiu do seu interlocutor nenhuma satisfação para as suas reivindicações e não havia indícios de que, no futuro, os britânicos se dispusessem a outra coisa a não ser ganhar tempo nas negociações bilaterais.

A Argentina tem a seu favor neste conflito uma resolução das Nações Unidas, que qualifica as Malvinas como um caso colonial e insta a realizar negociações para a sua descolonização, e conta ainda com o apoio dos países latino-americanos.

Um aliado natural neste conflito seria o Movimento dos Países Não-Alinhados. E a diplomacia de Buenos Aires teria podido articular uma frente de apoio mais ampla e activa apoiando-se nas contradições Norte-Sul e Este-Oeste.

De facto, os Estados Unidos, ao absterem-se aparentemente de tomar partido, esforçaram-se por manter uma postura que lhes permitisse mediar entre ambas as partes. O governo do presidente Ronald Reagan tinha um interesse lógico em evitar uma guerra entre o seu mais firme aliado na Europa e um dos seus mais calorosos da América Latina, o mesmo governo argentino que prestou ajuda — enviando *experts*, militares — aos regimes da América Central, em particular ao de El Salvador, numa acção orquestrada entre Buenos Aires e Washington. Preocupava a Casa Branca, além disso, que o apoio dado pela União Soviética às reivindicações de Buenos Aires, desse a Moscovo uma maior mar-

gem de influência na Argentina e no Atlântico Sul, área de alto valor estratégico.

Porém o regime de Galtieri, de um anticomunismo visceral, inibiu-se por razões ideológicas de jogar estas cartas. Lidas hoje tornam-se irónicas as definições de política exterior formuladas pelo ministro dos Negócios Estrangeiros da ditadura, após assumir o cargo em fins de Dezembro passado: — «A Argentina não está identificada nem com a origem histórica nem com as condições essenciais do Terceiro Mundo e menos ainda com o bloco de países do Movimento dos Não-Alinhados.» O objectivo fundamental será «manter uma muito boa relação com os Estados Unidos, particularmente no campo da segurança e da estratégia».

A ideologia dos sectores conservadores argentinos expressa que este é um país de raça branca e de religião cristã, ressaltando a sua afinidade com a Europa e a sua identificação com o Ocidente. Estes são os valores da oligarquia, mas constituem é uma alienação que não corresponde à realidade do país nem aos interesses nacionais.

A crise argentina é uma consequência da deterioração dos termos de troca. A sua economia é dependente e, na exploração das matérias-primas da riquíssima nação latino-americana, as empresas transnacionais não fazem distinções, quer se trata dos brancos argentinos quer dos povos de cor.

Pela sua realidade a Argentina é, portanto, independentemente das suas conotações específicas, um país do Terceiro Mundo. E na luta contra o colonialismo os seus aliados naturais são os não-alinhados e os países socialistas, não os europeus que lhe voltaram as costas, nem os Estados Unidos que, enquanto simulavam mediar imparcialmente, passavam a Londres informações sobre os movimentos navais argentinos registados pelos seus sofisticados equipamentos de detecção antes mesmo de declararem despuadoradamente o seu apoio às reivindicações coloniais britânicas.

À Argentina cabe a razão ao nível dos princípios — o estado colonial do arquipélago — e no

dos fins – a recuperação territorial, a qual porém deve efectuar-se levando em consideração os interesses dos colonos.

O problema reside nos meios.

Neste plano sabe-se que a Junta foi inspirada principalmente pelas dificuldades em que se encontrava o regime. O governo militar é detestado pelo povo argentino e se se manteve desde Março de 1976, isso deve-se exclusivamente ao exercício intenso e constante da repressão.

O governo argentino aplicou na esfera económica uma política ultraliberal cujas consequências foram desastrosas: redução drástica dos salários reais dos trabalhadores, uma das mais altas taxas de inflação do mundo, falência em cadeia de empresas, aumento do endividamento externo e da dependência, diminuição do sector industrial, retrocesso do Produto Nacional Bruto (PNB). Impopular e fracassado, e ao mesmo tempo temeroso em abandonar um poder que dá aos militares a segurança de que os seus crimes não serão julgados, o regime necessitava de algum triunfo, de algum êxito, algo que lhe desse estabilidade.

Após a ocupação das Malvinas aconteceu o que era de esperar. Todos os sectores políticos e sociais se identificaram com uma acção que coincidia com uma tão sentida reivindicação. E que a curto prazo a Junta sairá favorecida pela unidade nacional em torno das Malvinas.

Porém o povo argentino apoiou Galtieri somente neste aspecto específico, não no plano político. As manifestações públicas foram conduzidas pelos sindicatos e pelos partidos políticos e, na Plaza de Mayo, frente à sede do governo, a multidão gritou em coro estribilhos partidários, em particular os do maioritário movimento peronista.

A resposta dos dirigentes políticos sublinhou esta atitude. À proposta da Junta Nacional de integrá-los num gabinete de unidade nacional, disseram unanimemente que o apoio à Junta acerca das Malvinas era dado sem condição alguma e que, superado o conflito, o regime deveria restituir as liberdades públicas, convocar eleições e definir o regresso dos militares aos quartéis.

Este balão de oxigénio, que o general Galtieri

conseguiu dificilmente, terá longa duração. Qualquer que seja o resultado deste episódio, os problemas permanecerão e a continuidade da ditadura só os faria agravar.

Confrontado com uma crise económica que congela uma grande parte do poder de compra, o povo não perderá a ocasião de expressar o seu descontentamento e deixar bem claro que o apoio à ocupação das Malvinas não impede a resistência à ditadura.

Há, por último, um ponto obscuro que só o tempo esclarecerá e que constituía uma interrogação no fecho desta edição.

Uma operação desta natureza requer uma avaliação militar e diplomática muito precisa. Não teria sentido uma ocupação que não pudesse ser mantida, fosse por meios militares, fosse por meios diplomáticos. Porém, há indícios de que, em Buenos Aires, não se esperava uma reacção firme de Londres.

Se em vez de um êxito desta acção se deparasse com um fracasso, o seu custo em termos humanos, económicos e materiais seria demasiado alto. Uma análise prévia das relações de força e dos factores internacionais impunha-se num caso como este, pois permitiria avaliar se uma dada acção teria um grau suficiente de possibilidades de ser bem sucedida.

Se concluirmos que as condições não estão dadas, um governo responsável deveria manobrar para criar o ambiente propício a uma iniciativa diplomática. Se em vez de uma avaliação objectiva os resultados provassem que na análise do governo argentino teve um peso preponderante o desejo de continuar no poder, encontrar-nos-íamos diante de um modo de proceder que preferimos não qualificar por agora, por não estarem ainda disponíveis os elementos de juízo necessários.

O que neste momento cabe é apoiar a reivindicação das ilhas Malvinas, desejar que o povo argentino recupere as ilhas e que se conclua negociações justas capazes de definir a soberania da Argentina sobre o arquipélago. E ao mesmo tempo reafirmar que esta posição em nada é contraditória com o repúdio pela ditadura argentina.

ÁFRICA



A África está a mudar.

Mudanças

que, na maioria das vezes, ganham pouco ou nenhuma importância na Imprensa ocidental.

Mas são transformações económicas e sociais que a curto ou a longo prazo farão surgir um novo perfil político no Continente Negro.

Na África Austral, os fanáticos do «apartheid» radicalizam as suas posições fazendo com que diminuam as hipóteses reformistas para a questão da Namíbia.

Em governos como o nigeriano, o esquema empresarial corrupto entra em crise profunda devido às suas próprias contradições.

Mas mesmo em países com uma das mais pauperizadas economias do continente — caso da Guiné-Bissau — uma melhor aplicação dos escassos recursos permite olhar o futuro (longínquo que seja) com menor pessimismo. E é essa mesma escassez que no arquipélago de S. Tomé e Príncipe funciona como motor de transformação, rompendo com as estruturas estáticas deixadas pelo colonialismo.

No Zimbábue, o governo inicia com sucesso a difícil luta por um partido forte, no momento em que os brancos começam a perder o controlo da economia.

Mudanças que indicam o surgimento de novas lideranças, civis e militares; que têm ainda muitas dúvidas quanto ao futuro a empreender.

Mas têm pelo menos uma certeza:

a de que o neocolonialismo e todas as suas variantes devem ser definitivamente extintos.

Neocolonialismo que tudo leva a crer sofrerá brevemente nova derrota com o falhanço das manobras de boicote à cimeira da OUA em Trípoli, uma das capitais da vanguarda revolucionária africana.

A segunda fase da independência

Zimbabwe

Depois de consolidar a conquista do poder político, o primeiro-ministro Robert Mugabe comemora dois anos de governo desencadeando a luta pela conquista do poder económico

Carlos Castilho

Ao completar dois anos de independência, o governo de Robert Mugabe prepara-se para enfrentar uma segunda fase na tentativa de consolidar o poder alcançado após sete anos de sangrenta guerra, seguidos por 24 meses de complicadas manobras políticas destinadas a neutralizar as desconfianças geradas pelo racismo branco.

A principal característica desta segunda fase deve ser a formação de um partido forte que, segundo porta-vozes do governo, deverá constituir-se numa base de apoio para os difíceis tempos que virão, quando Mugabe começar a mudar a estrutura económica, ainda basicamente dominada pelos fazendeiros, industriais e comerciantes de origem europeia. Em Salisbúria (agora oficialmente designada Harare) fala-se numa «segunda revolução», quando surgem referências à formação desse partido forte, que na imprensa está a ser também chamado de «partido único».

O novo objectivo de Robert Mugabe ficou claro por ocasião do episódio que culminou no afastamento definitivo de Joshua Nkomo do governo do Zimbabwe. Nkomo foi um dos fundadores do movimento rebelde contra o racismo branco, há quase 25 anos. Foi ele um dos criadores da ZAPU (União Popular Africana do Zimbabwe), partido do qual fez parte o próprio Mugabe, antes da cisão para criar a ZANU (União Nacional Africana do Zimbabwe). A ZANU e a ZAPU lutaram juntas pela independência durante a guerrilha, quando formaram a Frente Patriótica.

Mas, nas eleições realizadas em Fevereiro de 80,

Nkomo e Mugabe concorreram independentemente. Depois da vitória esmagadora da ZANU, Mugabe, num gesto de conciliação, nomeou o seu adversário, para o Ministério do Interior, dando também à ZAPU cargos no governo em quantidade muito maior do que a proporção de deputados que o partido elegera para o Parlamento. Dos oitenta parlamentares negros, a ZANU elegeu 56 e a ZAPU apenas 20.

A reaproximação com Nkomo foi um dos pontos principais da estratégia de Mugabe para impedir que o país mergulhasse num período crítico logo após a independência. As lembranças da guerra sangrenta contra o racismo e o colonialismo ainda estavam muito frescas na memória de todos. Havia o problema de quase 100 mil guerrilheiros de dois exércitos diferentes, e também a possibilidade de uma fuga em massa dos brancos, provocando um inevitável caos económico que deixaria o governo numa situação extremamente difícil.

Entre Abril de 1980 e Abril de 1982, o governo preocupou-se basicamente em consolidar o seu poder, obtendo um êxito reconhecido até mesmo pelos próprios brancos, que davam como certo o caos, e com ele a possibilidade de recuperarem a influência perdida após o fracasso do separatismo racista de Ian Smith, depois do impasse na guerrilha e da derrota eleitoral.

Os atritos com Nkomo

Mas, na medida em que Mugabe acumulava acertos com a unificação dos exércitos guerrilheiros, satisfazendo parte das expectativas geradas pela independência junto à população negra, e com a neutralização da fuga em massa dos brancos, as relações com Nkomo azedavam-se. O dirigente da ZAPU, estimulado pelo facto de que empresários brancos como o todo-poderoso Tiny Rowlands, da transnacional *Lonrho*, acreditavam que a ZAPU poderia ser uma alternativa para o marxismo da ZANU, continuou a apresentar-se como um candidato ao poder.

Isso levou Mugabe a afastá-lo do Ministério do Interior, em 80, nomeando-o posteriormente para um Ministério Sem Pasta. Nkomo passou também a estimular grupos guerrilheiros da ZAPU a não entregarem as suas armas ao governo, fugindo ao esquema de unificação militar orientado por instrutores britânicos, como parte dos Acordos de Lancaster House, que garantiram a independência. Nkomo passou também a bloquear o projecto de fusão entre a ZANU e a ZAPU proposto por Mugabe. A fusão representaria o fim definitivo das aspirações ao poder do líder da ZAPU.

Mas a posição de Nkomo também se enfraqueceu durante os dois anos de independência. Começou a isolar-se tanto da jovem guarda do seu partido, como dos veteranos da guerrilha. Os velhos líderes da ZAPU passaram a acreditar que Nkomo deixara de ter hipóteses de chegar ao poder e começaram a admitir abertamente a possibilidade de uma reconciliação.



Mugabe mais forte após dois anos de poder

Um dos principais defensores dessa tese era George Silundika, que esteve integrado numa comissão encarregada de estudar a fusão entre os dois partidos antes de morrer no ano passado. Outro que passou a defender abertamente a fusão foi Josiah Chinamano, vice-presidente da ZAPU. A corrente dos que apoiam uma reaproximação com a ZANU conta também com o apoio de Cephas Msipa, vice-ministro da Mão-de-Obra e um dos membros da direcção nacional da ZAPU. O sector jovem do partido de Nkomo começou a afastar-se do seu líder, no momento em que o governo passou a adoptar uma atitude não sectária na escolha de candidatos aos cargos públicos.

Outro elemento fundamental no enfraquecimento de Nkomo foi a perda de valiosos aliados brancos, que passaram a achar que já não valia a pena apostar no velho Joshua, num momento em que Mugabe começava a colher os resultados da sua campanha para neutralizar a oposição de origem europeia. Vários dos 20 deputados brancos no Parlamento romperam com a oposição extremista de Ian Smith e passaram a preconizar uma atitude conciliadora. Tiny Rowlands, ao que tudo indica, foi um dos que mudou de atitude. Até mesmo os soviéticos, que no passado mantiveram privilegiadas relações com Nkomo, passaram a mostrar-se desinteressados numa campanha contra Mugabe.

O caso das armas

Assim, o líder da ZAPU estava numa posição muito vulnerável, quando em Fevereiro passado o governo descobriu um grande depósito de armas escondido numa fazenda pertencente à firma *Nitram*, da qual Nkomo é co-presidente. Era a prova que faltava para

configurar uma possível conspiração. Também não está eliminada a possibilidade de que Dumiso Dabengwa, ex-comissário político da ZAPU, estivesse envolvido na questão das armas escondidas. Dabengwa demitiu-se do exército por ser contra a fusão com a ZANU e afirmava abertamente que Nkomo já cedera demais face a Mugabe.

As reacções à demissão de Nkomo não chegaram a ameaçar a estabilidade do governo e nem chegaram a arranhar o prestígio político de Mugabe. No dia 27 de Fevereiro, o Comité Central da ZAPU reuniu-se para discutir o afastamento do seu líder, chegando à surpreendente conclusão de que não haveria uma retirada em bloco dos ministros da ZAPU do gabinete de Mugabe. Isto teve como resultado que Nkomo saiu ainda mais enfraquecido de uma reunião na qual o partido deveria supostamente solidarizar-se com o seu líder.

O rompimento definitivo da frágil aliança ZANU-ZAPU foi sempre associado à possibilidade de sangrentos conflitos raciais entre os *shona* e os *ndabele*, as duas principais etnias do Zimbábue. Os *shona* formam aproximadamente 75% da população e votaram maciçamente em Mugabe nas eleições de 80. Os *ndabele* totalizam 19% da população e sempre foram considerados um reduto da ZAPU. Em Fevereiro de 81, vários batalhões da ZAPU amotinaram-se na guarnição de Entumbane, perto da cidade de Bulawayo, contra os planos de integração dos exércitos guerrilheiros dos dois maiores partidos negros numa única força militar.

A rebelião foi neutralizada, mas ficou o temor de novos distúrbios se Nkomo fosse afastado do governo. Por isso, em Fevereiro desta ano, houve um clima de muita tensão logo após a descoberta das armas escondidas na fazenda da *Nitram*. Mas não houve a esperada explosão de ódios raciais porque o governo já concluiu praticamente o seu programa de integração militar, Quarenta e dois batalhões foram já formados com a cooperação de instrutores ingleses, os três batalhões responsáveis pela rebelião em Entumbane foram desmobilizados, e quatro outros estão em vias de formação.

Cerca de três mil guerrilheiros foram encaminhados para funções civis e mais quatro mil devem seguir o mesmo caminho em breve. Desta maneira, desapareceu praticamente o contingente de dez mil guerrilheiros que não tinham que fazer e constituíam um foco permanente de tensão. Ainda no terreno militar, a balança de poder dentro do exército favorece hoje a ZANU. O controverso 5.º batalhão já é operacional, depois da preparação fornecida por 106 instrutores norte-coreanos a soldados recrutados exclusivamente entre as forças da ZANU. Trata-se da tropa de elite do governo, totalmente fiel a Mugabe. Três comandantes militares da ZAPU não passaram nos exames de alto comando organizados por instrutores britânicos, fazendo com que a cúpula do exército esteja hoje sob a chefia incontestável de Rex Nhongo, o principal chefe militar da ZANU. Além disso, apenas um dos cinco

comandantes de brigada é branco e não existem hoje mais do que 300 militares de origem europeia dentro do exército do Zimbabwe, segundo dados da *África Confidential*, uma publicação inglesa bastante ligada aos serviços secretos do Ocidente.

Os camponeses

Depois de conseguir evitar o caos económico, após alcançar uma relativa tranquilidade no sector militar mediante a neutralização quase completa do poderio dos oficiais brancos, e no momento em que Nkomo passou a perder a influência dentro da própria ZAPU, Mugabe e a cúpula da ZANU acharam que estavam criadas as condições para a passagem a uma segunda fase política dentro do projecto socialista do partido.

Mas há um grande problema que se coloca agora perante o governo: o problema económico. Milhares de camponeses que voltaram às suas terras após a guerrilha ainda estão à espera de ajuda oficial para saírem de uma situação de extrema penúria. Nestes dois anos de independência, o Zimbabwe teve colheitas inéditas na sua história, mas elas beneficiaram, em grande parte, apenas os fazendeiros brancos que ainda controlam 90% das melhores terras do país. A colheita do milho bateu recordes nunca alcançados e poderia ter lançado nas mãos dos brancos uma enorme quantidade de dinheiro, se não fosse o bloqueio ferroviário das exportações pela África do Sul.

O problema agrário passou a ganhar uma grande importância desde o final do ano passado, quando Mugabe iniciou uma série de viagens ao interior para reuniões com dirigentes políticos e camponeses. Até mesmo os brancos admitem que a actual estrutura rural é incompatível com as necessidades alimentares e económicas do país. Eles propõem, no entanto, uma solução capitalista para o problema: incentivos aos fazendeiros privados que, por sua vez, se comprometeriam a elevar a produção, aumentando o nível de empregos e de salários, de forma a absorver a mão-de-obra desempregada. Isso manteria nas mãos dos europeus o sector mais importante da economia do Zimbabwe, um país que apesar dos enormes recursos minerais ainda é basicamente agrícola.

O projecto do governo aponta numa direcção diferente, apontando para a socialização do campo através da criação de cooperativas. Por mais que os brancos se tenham mostrado sensíveis ao problema dos camponeses sem terra e sem trabalho, apenas uma fracção muito pequena dos fazendeiros de origem europeia se mostra disposta a abrir mão dos seus privilégios. Assim, o governo será obrigado a mexer num elemento básico da estrutura económica do país. Desapropriar terras para distribuí-las aos camponeses significará, a curto prazo, um boicote mais ou menos acentuado da parte de um considerável número de fazendeiros brancos. Resultará também, quase que



Nkomo perdeu apoio dentro do seu partido

inevitavelmente, numa queda da produção, porque o governo não dispõe dos recursos necessários para fornecer adubos, sementes, maquinaria e instrução técnica para que o camponinato mantenha os mesmos índices de colheitas.

Muitos técnicos do Ministério da Agricultura do Zimbabwe admitem que o governo necessitará de desenvolver um grande trabalho político no interior para convencer os trabalhadores rurais a suportarem dificuldades temporárias. Por extensão, o mesmo problema deve afectar as populações urbanas, caso a produção agrícola caia, e com ela os níveis de alimentação e consumo. No final do ano passado foi concedido um aumento de 66% aos trabalhadores rurais, o que atenuou as reivindicações mas não resolveu o problema. Os camponeses do Zimbabwe foram os que suportaram o maior peso da guerra contra o regime racista de Ian Smith. São também os mais politizados e os que mais tempo tiveram de esperar pelos frutos da independência.

Essa situação chegou a provocar focos de tensão dentro da ZANU, como aconteceu por ocasião do incidente numa fazenda branca envolvendo o ex-ministro Edgar Tekere, também secretário-geral do partido de Mugabe. Tekere, na época, chegou a ser apontado como um possível líder dos sectores mais radicalizados e «apressados» do partido. A mesma linha foi mais ou menos defendida pelo ex-ministro da Saúde, Herbert Ushewokunze, que foi afastado do cargo em 1981 por uma aparente tentativa de atrapalhar o projecto político do governo.

Esses dois episódios mostraram a Mugabe que já não era possível retardar durante muito tempo o ataque ao problema central do país, a sua estrutura económica. A independência política foi alcançada no momento em que os brancos verificaram a impossibilidade de continuar uma guerra na qual seriam inevitavelmente derrotados. Na conferência de Lancaster House, em Londres, o *establishment* europeu decidiu ceder o controlo político, na tentativa de manter o controlo económico. A ZANU aceitou um acordo temporário, baseada na experiência de muitos dos seus líderes, exilados em Maputo, que tiveram oportunidade de conviver com a difícil situação gerada pela fuga em massa dos colonos portugueses. Mas, após dois anos de extrema habilidade na consolidação do seu poder, Mugabe está agora diante de um novo desafio político, no qual, mais uma vez, ele se inspira na experiência moçambicana. É o desafio de criar um partido forte e hegemónico.

Outro factor que levou o governo a abordar a questão económica é a possibilidade, que para muitos é quase uma certeza, de que a África do Sul aperte o cerco económico sobre o Zimbabwe no momento em que detectar qualquer sinal de vulnerabilidade da ZANU perante a esperada resistência dos fazendeiros brancos às desapropriações de terras. Os sul-africanos podem estrangular todo o comércio externo do Zimbabwe porque controlam os acessos marítimos do país. A escapatória de Mugabe seria a intensificação do comércio através de portos moçambicanos, como a Beira. Nessa região têm-se verificado acções de sabotagem, realizadas por pequenos grupos de um autodenominado «Movimento de Resistência Nacional», estimulado e apoiado pelos sul-africanos. As medidas políticas e de segurança tomadas pelo governo moçambicano têm, contudo, assegurado o tráfego eficaz na linha férrea Umtali-Beira, vital ao abastecimento de petróleo do Zimbabwe.

Além do interesse óbvio em tentar explorar eventuais dificuldades internas no país vizinho, a África do Sul terá certamente motivos adicionais para detestar Mugabe. O agravamento das tensões raciais no *apartheid* deve conduzir a ZANU, por uma questão de solidariedade, a dar cada vez mais apoio ao ANC (Congresso Nacional Africano), a maior organização negra que luta contra o racismo na África do Sul.

Assim, o governo do Zimbabwe, mesmo reconhecendo que a questão imediata é basicamente económica, sabe que ela só será resolvida no terreno político. Este tem sido o tom da maior parte dos discursos pronunciados por Mugabe nas suas viagens ao interior do país. Outro factor que comprova essa tendência é a reactivação do debate político interno na ZANU. Depois de quase dois anos de pouca actividade, o Comité Central do partido voltou a reunir-se com frequência, preparando o futuro congresso nacional, cuja data ainda não foi marcada. Em 80 e 81, o

partido foi envolvido pelas tarefas administrativas e burocráticas destinadas a assegurar um mínimo de funcionamento do aparelho estatal. Mugabe ficou praticamente sozinho na formulação das grandes linhas políticas do seu governo.

Neste período de relativa inactividade do Comité Central, Mugabe foi obrigado a assumir a responsabilidade directa pela condução de uma complicada política de equilíbrio. E teve um notável êxito reconhecido inclusive pelos brancos do Zimbabwe. Conseguiu aquilo que muitos consideravam impossível: afastar Nkomo, alcançar a unificação militar, garantir a hegemonia da ZANU no novo exército, impedir choques raciais e, ao mesmo tempo, evitar a debandada dos brancos. Hoje, mesmo tendo condições para endurecer o jogo em relação ao sector económico europeu, ele mantém uma linha de avanços cautelosos.

A unidade política

Na sua mensagem do final do ano em 81, Mugabe abordou as linhas gerais da sua acção para 82:

«A última reunião do nosso Comité Central, disse ele, tomou decisões fundamentais no que se refere ao relacionamento entre partido e governo.

O governo, representado pelo ministério, no futuro, somente adoptará as medidas que forem aprovadas pelo Comité Central». Essa frase deixou claro para o sector económico branco que os projectos de desapropriação de terras, criação de cooperativas e participação crescente do Estado no terreno da mineração, serão acelerados a curto prazo.

No começo de Março, o governo publicou uma nova lei sobre comercialização de minérios que coloca sob o controlo estatal as vendas para o exterior, os *stocks* de minerais como o cromo (do qual o Zimbabwe é um dos maiores produtores mundiais) e os preços cobrados pelos importadores europeus. No ano passado, o país arrecadou cerca de 600 milhões de dólares, metade do rendimento nacional, com a exportação de minérios. Ao justificar a medida, Mugabe disse que «o poder político não tem importância sem o poder económico». Apesar da medida afectar directamente poderosos interesses económicos, não houve reacção imediata das companhias transnacionais, como a *Lonrho*, que exploram diversas minas no Zimbabwe.

Essa cautela dos sectores económicos foi motivada em parte pelas últimas decisões ministeriais adoptadas por Robert Mugabe. O branco Dennis Morgan foi mantido no Ministério da Agricultura, enquanto dois outros técnicos negros nomeados por Mugabe, mas que têm boa aceitação nos meios económicos privados, foram também confirmados. São eles: Bernard



Chidzero, ministro do Planeamento, e Simbi Mubako, na pasta da Justiça e Assuntos Constitucionais. Na passagem do segundo aniversário da independência do país, Mugabe decide dar mais um passo na sua «política de conciliação nacional». Chama para o governo mais dois brancos: Chris Andersen, ministro de Estado para o Serviço Público, e John Landaw, vice-ministro do Comércio e antigo líder parlamentar do partido de Ian Smith. Passam também a fazer parte do executivo três novos membros vindos da ZAPU: Callistinos Ndlovu (ministro da Construção), Cephas Msipa (ministro dos Recursos Hídricos e Desenvolvimento), John Nkomo que, contrariamente ao que o seu nome possa indicar, não tem qualquer laço de parentesco com o presidente da ZAPU.

Todas estas decisões indicam que Mugabe mantém a sua política de evitar desequilíbrios graves na questão económica. Só que, daqui por diante, a velocidade do programa de socialização deve ser acelerada e com ela o fortalecimento da unidade política. Os sectores mais radicalizados da ZANU ficaram satisfeitos com o regresso do ex-ministro Herbert Ushewikunze ao governo, agora no Ministério do Interior. Com isso desapareceram algumas resistências no interior do partido onde esses focos de resistência achavam que Mugabe devia ter feito menos concessões aos brancos e a Nkomo.

Embora o governo esteja a concentrar agora os seus esforços no terreno político, a luta pela formação do partido único talvez venha a ser longa. Para atingir esse objectivo, Mugabe terá que contar com a maioria total dos membros do Parlamento, porque os acordos de Lancaster House, ainda em vigor, prevêem que

O esforço para redistribuir as riquezas do país vai eliminar as regalias dos brancos



qualquer reforma constitucional só poderá ser feita com a aprovação de, pelo menos, uma parte dos deputados brancos.

Isto hoje ainda parece impossível, porque apesar do desmembramento do Partido Republicano, — o partido de Ian Smith — os brancos não parecem dispostos a entregar todos os seus privilégios a Mugabe. Mas não se pode excluir totalmente a possibilidade de um acordo. Afinal de contas, Mugabe já conseguiu muitas coisas que os europeus achavam impossíveis. □

TORNE LUCRATIVOS OS SEUS TEMPOS LIVRES

EM 10 LIÇÕES

A COLEÇÃO DA FAMÍLIA DOS ANOS 80

Livros sobre saúde, electricidade, «bricolage», pesca, jardinagem, «karaté», ioga, arranjos florais, costura, etc.

JÁ
À VENDA
NAS
LIVRARIAS

POUPE DINHEIRO!
VIVA COM SAÚDE!
OCUPE OS TEMPOS LIVRES!



EM 10 LIÇÕES

os livros que tornam
a sua vida mais fácil
e agradável

 uma edição de
**PUBLICAÇÕES
EUROPA-AMÉRICA**

DISTRIBUIDORES

EM ANGOLA: EDIL - Caixa Postal 1245 - Luanda
EM MOÇAMBIQUE: INLD - Caixa Postal 2034 - Maputo

Diálogo sem complexos

Angola

A recente viagem de Ramalho Eanes à República Popular de Angola, além de ter demonstrado o prestígio que o Presidente português desfruta na pátria de Agostinho Neto, serviu para abrir excelentes perspectivas no domínio económico

Hugo Neves

QUANDO, no fim da manhã do passado dia 19 de Abril, Ramalho Eanes trocou um apertado abraço com José Eduardo dos Santos no aeroporto internacional 4 de Fevereiro, em Luanda, momentos antes de entrar no «Boeing 747» que o traria de regresso a Portugal no final de uma visita triunfal à Pátria de Agostinho Neto, encerrava-se um ciclo, e outro começava, nas relações entre Portugal e Angola.

Foi um momento histórico, esse — como o havia sido já quatro dias antes, no mesmo local, o momento em que os dois presidentes, dominados pelo espírito de Bissau e com o pensamento em Agostinho Neto, trocaram o primeiro abraço.

Quatro dias, pois, entre dois abraços — e era o encontro entre dois nacionalismos de idades diferentes, era a vitória de dois povos, era o diálogo, sem saudosismos nem complexos, entre angolanos e portugueses.

Um encontro, uma vitória e um diálogo que irão ter, inevitavelmente, reflexos bem positivos não só nas relações entre os dois países, mas também na aproximação entre a Europa e a África, onde o problema da Namíbia e, de um modo geral, a situação na África Austral, são pontos críticos para a paz no mundo.

Da recepção em Luanda à visita a Lubango

Em Luanda, todos foram unânimes: nunca um Chefe de Estado foi recebido pela população tão calorosamente como Ramalho Eanes. Um mar de

gente encheu as ruas que levavam do aeroporto até Futungo de Belas, com passagem pelo centro da cidade. E era gente sentidamente alegre, entusiasta, empunhando cartazes e fotografias dos dois presidentes, gritando com vigor «dos Santos, dos Santos, dos Santos» e «Eanes, Eanes, Eanes».

Mostrando conhecer por dentro o sentir do povo angolano, e certamente dando também largas ao que ele próprio sentia, Eanes, cuja presença nos funerais de Agostinho Neto não foi nem será esquecida, escolheu, para primeira cerimónia oficial, uma visita ao sarcófago do Guia Imortal da Revolução angolana.

Duas escassas horas após ter chegado a Luanda, o Presidente português estava no Palácio do Povo, antigo Palácio dos governadores coloniais e, num gesto recolhido, depôs uma coroa de flores junto da urna com os restos mortais de Agostinho Neto, guardada permanentemente por quatro soldados das FAPLA's.

Foi uma cerimónia simples e breve, na presença de Evaristo Domingos (Kimba), membro do Bureau Político do Comité Central do MPLA — Partido do Trabalho, ministro da Coordenação Provincial e Comissário Provincial de Luanda. Mas foi igualmente um acto cheio de simbolismo e significado — como o viria a ser, também, a intencional visita a Lubango, bem no sul de Angola, em plena zona de guerra.

Na verdade, Eanes não quis ficar apenas pelas palavras na condenação, que calou fundo nos angolanos, da agressão infame que a África do Sul vem cometendo, de uma forma sistemática e criminosa, no território livre e soberano de Angola.

E daí a escolha corajosa de Lubango, onde, acompanhado pelo Presidente José Eduardo dos Santos, pôde ver os efeitos dos bombardeamentos que a aviação sul-africana fizera tempos atrás, indiscriminadamente, sobre a cidade. De resto, como pôde observar na serra da Leba, uma pequena povoação totalmente destruída por um comando racista heli-transportado —



Segundo declarações de Sam Nujoma, a SWAPO veria com agrado a presença de tropas portuguesas numa força internacional que venha a supervisionar o processo de independência da Namíbia



A calorosa recepção que a população angolana dispensou a Ramalho Eanes e os cordiais encontros que o presidente português teve com José Eduardo dos Santos, permitem concluir estarem desbloqueadas as relações entre os dois países

um comando que assassinou, na altura, já lá vão quase dois anos, dezoito angolanos e um português.

Amizade, compreensão e comunidade portuguesa

A visita de Eanes desenrolou-se, assim, no melhor clima de amizade e compreensão. O diálogo entre os dois Presidentes foi constante — encontraram-se repetidamente, ultrapassando em muito o que oficial e protocolarmente estava previsto — e o mesmo aconteceu com os membros das duas delegações. A identidade de pontos de vista quanto aos problemas da África Austral foi praticamente total, o mesmo acontecendo quanto à necessidade de dinamizar «as extensas potencialidades que se abrem a Portugal e Angola, designadamente nos sectores sócio-cultural, científico e técnico e no plano de cooperação económica — empresarial» (do comunicado final).

Quanto aos portugueses que residem ou cooperam neste momento em Angola, o mínimo que se poderá dizer é que muito esperam da visita de Eanes. Este, que em Luanda e Lubango recebeu a comunidade portuguesa, exortou os seus compatriotas e não se deixarem dominar nem por saudosismos nem por complexos; a não confundirem o estatuto de afectividade que os liga a Angola com o seu estatuto jurídico que deve ser escrupulosamente respeitado com todos os deveres e direitos daí decorrentes; a manterem a unidade necessária entre si; pois todos são portugue-

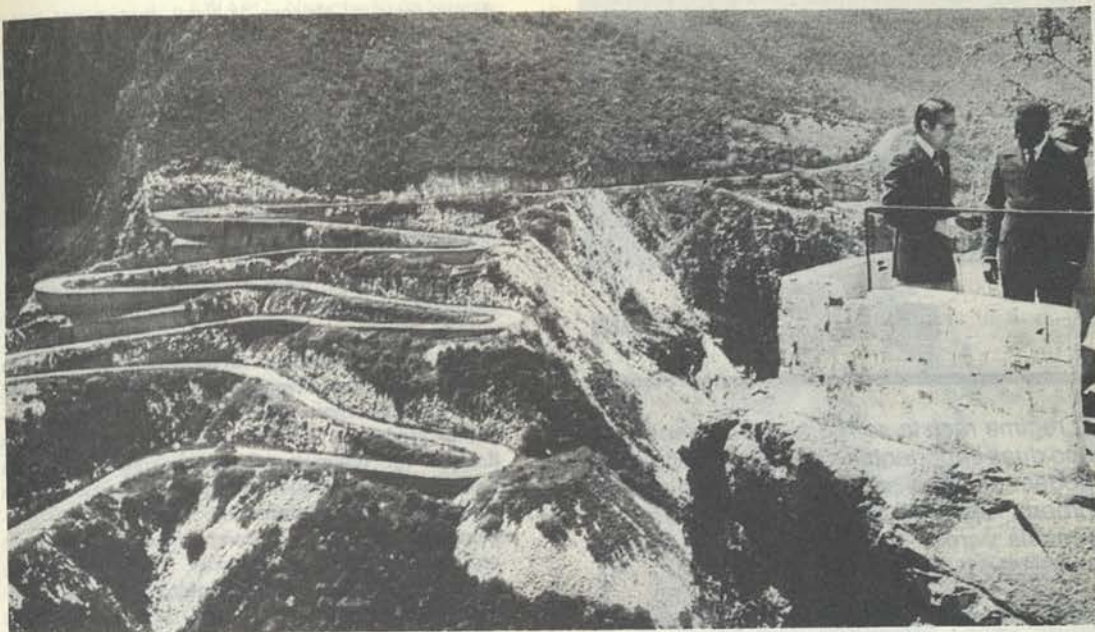
ses; e a trabalharem com vigor e honestidade, pois ajudando Angola ajudam Portugal. E de viva-voz foi testemunho do interesse que as autoridades angolanas têm no incremento da cooperação portuguesa.

Filosofia em 4 pontos e 300 milhões em contratos

Por fim, um dos pontos mais importantes na visita de Eanes, que bem demonstra o salto qualitativo que se verificou nas relações entre Portugal e Angola: os empresários que acompanhavam Eanes fecharam contratos com as autoridades angolanas que ascendem a quase 300 milhões de dólares. Alguns desses empresários não regressaram com o presidente português, tendo ficado mais uns tempos em Luanda para ultimarem outros contratos que entretanto se haviam esboçado.

Na verdade a abertura dos responsáveis angolanos foi total, chegando ao ponto de, num gesto de boa vontade e grande significado político, terem desbloqueado uma dívida que Angola tinha desde 1979 para com a Companhia Nacional de Navegação, garantindo o pagamento de cerca de 12 milhões de dólares.

Como disse aos jornalistas o ministro português da Indústria, Baião Horta, durante esta visita presidencial foi estabelecida uma filosofia de cooperação entre Portugal e Angola assente em quatro pontos: revigoração das unidades de produção já existentes em Angola; estabelecimento de novas áreas de coopera-



Ao visitar a região de Lubango, acompanhado por José Eduardo dos Santos, Ramalho Eanes pode observar pessoalmente os efeitos dos bombardeamentos causados pela aviação sul-africana. Na foto, os dois presidentes na serra da Leba, vendo-se a estrada que liga Lubango a Moçamedes

ção principalmente viradas para a satisfação das necessidades primárias da população, como os ramos agro-alimentar e agro-industrial; criação de acções conjuntas que dêem origem a uma corrente de exportações de Angola para Portugal; criação do que é chamado «cruzamento de interesses» (exemplo adiantado para este último ponto: tudo indica que Angola virá a participar no capital da empresa estatal portuguesa Equimetal, no seu sector de fabrico de vagões, podendo esta empresa vir a estabelecer-se em Angola numa base de laboração para exportação).

Empresários não perderam tempo

Esta filosofia, evidentemente, terá resultados significativos a curto prazo. Mas os empresários que acompanharam Eanes não perderam tempo...

Assim, dois consórcios, representados pela Soma-gue, vão adjudicar os projectos de alteamento da barragem de Cambambe (que Eanes visitou) e a construção da segunda central, no valor de 200 milhões de dólares; a Fapobol concretizou um contrato para a recuperação, gestão e assistência no domínio da indústria de artefactos de borracha; a FOC (mobiliário metálico) vai recuperar uma unidade fabril montada em 1968 em Luanda e obteve um chorudo contrato para dotar a rede escolar angolana, do ensino primário ao superior, com mobiliário escolar; a Sociedade Nacional de Sabões virá a estender a assistência que já

presta a uma unidade de produção no Huambo a três outras na linha Lobito-Benguela; a Mabor portuguesa discutiu a assistência que vai prestar à Mabor angolana e vai intervir na recuperação da indústria angolana de recauchutagem; a Equimetal vai construir 900 vagões para os Caminhos de Ferro de Benguela, num valor aproximado de 40 milhões de dólares (parte desses vagões serão montados em Angola nas oficinas dos CFB, formando a Equimetal quadros para esse fim); A MDF (Metalúrgica Duarte Ferreira), que já possui instalações em Angola, propôs às autoridades angolanas, e teve boa aceitação, um projecto para uma unidade de produção de alfaias agrícolas, tendo apresentado também um camião militar, com base na tecnologia francesa da Berliet; a Sociedade Textil Riopete (Lujo representante foi dos que ficou mais tempo em Angola) apresentou projectos de produção e beneficiação de algodão, tendo tido grande receptividade por parte dos angolanos — o que poderá significar que em breve teremos a Riopete a produzir em Angola algodão para a indústria angolana e portuguesa.

Mas estes são apenas alguns dos muitos exemplos que poderiam ser adiantados. Por agora resta apenas acrescentar que o caminho está desbloqueado, as sementes foram lançadas, e a receptividade de Luanda à cooperação portuguesa é grande. Como lembrou Ramalho Eanes no início da sua visita, chegou a hora da eficácia e competência. Esperemos que o governo português tenha ouvido, tenha percebido e aprendido e actue agora com realismo. □

As cisões no apartheid

Namíbia

O regime racista sofreu neste começo de ano duas importantes derrotas políticas que podem mudar a situação na Namíbia e na própria África do Sul. E a resposta de Pretória parece ser a mesma de sempre: repressão e belicismo

AS hipóteses de uma vitória de grupos políticos favoráveis à África do Sul numa eventual eleição na Namíbia ficaram seriamente abaladas, depois do afastamento de Peter Kalangula, dirigente do Partido Democrático da Namíbia (NDP), da direcção do movimento Aliança Democrática Turnhalle (DTA). Kalangula e o NDP têm as suas principais bases políticas entre os *ovambo*, a maior etnia da Namíbia, e eram um elemento-chave do governo sul-africano na tentativa de neutralizar a influência da SWAPO.

Se as hipóteses eleitorais da Aliança Democrática Turnhalle já eram reduzidas, agora desapareceram praticamente. A DTA mesmo antes da saída de Kalangula não tinha possibilidades de alcançar a maioria simples na Assembleia Constituinte cuja formação está a ser discutida entre os vários países interessados na solução do impasse gerado pela ocupação ilegal deste território pelo governo racista sul-africano. O rompimento do NDP com a DTA tem ainda uma outra consequência mais importante: dar à SWAPO a possibilidade de chegar perto dos 2/3 dos votos, conforme o sistema de votação que ficar decidido.

O regime de Pretória ficou assim numa posição difícil, agravada pela intensificação da crise interna no próprio governo branco do primeiro-ministro sul-africano P. W. Botha. No mais sério desafio à liderança *afrikaaner* em trinta anos, um grupo de aproximadamente trinta deputados ultraconservadores rompeu com o partido de Botha, decidindo criar um movimento de extrema-direita, contrário a qualquer tentativa de atenuar o racismo. E para aumentar ainda mais as dificuldades do primeiro-ministro, os brancos

da província sul-africana de Natal, juntamente com o chefe negro dos *zulu* (o maior grupo étnico da África do Sul) apresentaram ao governo racista um plano para aumentar a participação dos negros na administração regional. O plano foi rejeitado sem discussão pelo primeiro-ministro, gerando um clima de grande descontentamento em Natal.

A soma destes três factores terá grande influência no futuro imediato da Namíbia. Para uma melhor compreensão do problema vamos dividi-lo em partes:

1) Onze países, além da África do Sul, estão actualmente envolvidos em complicadas negociações para permitir a independência completa da Namíbia, uma ex-colónia alemã que foi incorporada ao território sul-africano após a Primeira Guerra Mundial. A ONU já aprovou, por maioria absoluta de votos, uma resolução exigindo que a África do Sul se retire, mas a decisão foi ignorada. O movimento nacionalista SWAPO desencadeou uma luta de libertação contra a presença militar sul-africana na Namíbia, conseguindo um grande apoio interno e externo. Temendo uma derrota militar dos racistas, um grupo de cinco nações ocidentais (Estados Unidos, Inglaterra, Canadá, França e Alemanha Federal), tenta negociar uma solução com os seis países da Linha da Frente (Angola, Moçambique, Zimbabwe, Botswana, Zâmbia e Tanzânia) que apoiam a SWAPO.

2) O mais recente plano apresentado pelas cinco nações ocidentais que se auto-intitulam Grupo de Contacto, prevê numa primeira fase um acordo para a realização de eleições visando a formação de uma Assembleia Constituinte, seguido, numa segunda fase, por um cessar-fogo, garantias internacionais da trégua e finalmente a realização do acto eleitoral. O que está actualmente em discussão é o princípio que orientará o acordo para a realização de eleições. A SWAPO e os países da Linha da Frente concordam em que a votação deve ser realizada na base de «um voto-um homem», embora aceitem alguma forma de representação proporcional. A África do Sul e a DTA só aceitam o princípio da representação proporcional, porque com ele pretendem que o voto dos brancos valha mais do que o voto dos negros, para evitar que a SWAPO venha a ter uma maioria de 2/3 na futura Assembleia Constituinte. O acordo está a ser negociado no meio de enormes dificuldades criadas pela África do Sul e pelas vacilações do Grupo de Contacto, formado na sua totalidade por nações que têm fortes vínculos económicos e políticos com o *apartheid*.

3) Nas últimas eleições regionais, realizadas em Novembro de 80, sob patrocínio branco e nas quais a SWAPO não participou, a afluência média de eleitores nas zonas maioritariamente negras não ultrapassou os 55%.

Os partidos da DTA ganharam a maioria dos lugares em assembleias regionais, mas o resultado geral mostrou que eles teriam muita dificuldade em chegar à maioria simples, se as eleições fossem livres e a elas

tivesse concorrido a SWAPO. Na votação de Novembro de 80 não participaram os eleitores da etnia *ovambo*, a maior do país e o principal reduto tanto do chefe Kalangula como da SWAPO. Nos distritos maioritariamente brancos, houve uma surpresa. O Partido Republicano, membro da DTA e liderado pelo branco Dirk Mudge, perdeu para o Partido Nacionalista, uma sucursal do Partido Nacionalista sul-africano e muito mais à direita.

O fortalecimento da SWAPO

A maioria dos observadores admite que a situação mudou ainda mais, de Novembro de 80 até hoje. Cresceu o descontentamento da população negra em relação ao sistema político posto em prática pelos racistas, ao mesmo tempo que surgiu uma acentuada tendência de extrema-direita entre os eleitores *afrikaaners*. Por isso, especialistas consultados pelas publicações *Africa News* e *Africa Confidential* afirmam que se o mesmo sistema de votação de Novembro de 80 fosse adoptado hoje, o índice de afluência dos negros não alcançaria os 35% e aumentaria a votação dos extremistas brancos contrários a qualquer concessão à SWAPO.

Em condições ideais, levando-se em conta que a população total da Namíbia gira hoje em torno dos 900 mil habitantes, os brancos não conseguiriam mais do que 100 mil votos, se votassem unidos. As possibilidades eleitorais da DTA são avaliadas em cerca de 250 mil votos, incluindo os eleitores do Partido Republicano de Dirk Mudge, que conta com o apoio de aproximadamente 40% dos votos brancos, num cálculo optimista. Os *ovambo* formam cerca de 46% da população da Namíbia, o que daria um total ideal de pouco mais de 420 mil votos, que poderia subir para 550 mil se somarmos os votos da etnia *damara*, cujo partido, Conselho de Damara, liderado por Justis Garoeb, tem fortes simpatias pela SWAPO.

É em face destes números que ganha importância o afastamento de Kalangula e do seu NDP da DTA. Sem Kalangula, a DTA está ameaçada de perder o controlo da Assembleia Legislativa da Namíbia, um organismo criado pela África do Sul para dar uma fachada de semi-autonomia ao território. Além disso, um considerável sector do NDP parece ter perdido as esperanças de ganhar uma fatia do poder em eleições livres, e resolveu saltar o muro. Não pode ser excluída a possibilidade de Kalangula formar um grupo independente e, inclusive, de negociar com a SWAPO. Peter Kalangula pessoalmente acha que não tem futuro se continuar atrelado aos brancos da DTA, cujo reformismo está a ser devorado pela radicalização do eleitorado *afrikaaner*.

Se a aliança NDP/SWAPO for possível nas eleições, acredita-se que os guerrilheiros liderados por Sam Nujoma possam obter cerca de 600 mil votos, num cálculo ideal. Provavelmente este número será



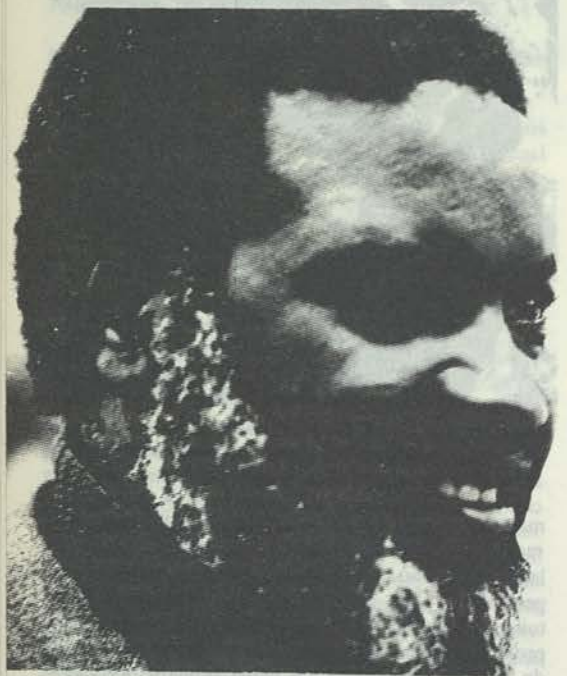
A guerrilha mantém a pressão militar enquanto colhe vitórias no terreno diplomático

maior na medida em que a campanha eleitoral colocar mais claramente as propostas políticas de ambos os lados. Com isso, a oposição negra passa a ficar muito perto dos 2/3 dos votos na futura Assembleia Constituinte, o que lhes dá direito a imporem todos os seus projectos sobre a minoria racista. É isto que a África do Sul não quer e que vai tentar impedir por todos os meios.

A posição da DTA, o maior trunfo da África do Sul numa eventual eleição na Namíbia, tem-se deteriorado gradualmente nos últimos meses. O partido é na verdade uma frente de dez organizações, escolhidas segundo um critério racial e não pelas suas posições políticas. Este critério de origem racista foi adoptado por pressão sul-africana quando a DTA foi criada em 1976. O grande problema do partido é que os seus



O apoio dos presidentes da Linha da Frente serve de rectaguarda diplomática para Sam Nujoma



membros, principalmente os negros, têm sido submetidos a uma crescente pressão das bases insatisfeitas com a continuidade da *apartheid*.

A crise do reformismo

Originalmente, a Aliança Democrática Turnhalle propunha-se eliminar os aspectos mais violentos da

discriminação racial em escolas, lugares públicos, cinemas, teatros e hospitais. Na prática, no entanto, nenhuma destas promessas foi cumprida porque há um «poder oculto» dentro do regime títtere estabelecido na Namíbia. Sempre que a Assembleia onde a DTA tem a maioria (foi eleita de forma a garantir o poder dos brancos) aprova algum projecto reformista, a burocracia executiva amplamente controlada por Pretória bloqueia a execução do projecto. E, com isso, os grupos negros que aceitaram coexistir com o *apartheid* perdem apoio entre os seus simpatizantes.

Os últimos acontecimentos, tanto na Namíbia como na África do Sul, mostram claramente o desgaste e a crescente inviabilidade das soluções do tipo reformista. Como já vimos, na Namíbia a DTA perde força política perante as suas próprias contradições. E na África do Sul, o fenómeno parece ser semelhante. Os ultraconservadores ministros da Educação, Ferdi Hartzenberg, e da Administração Estatal, Andries Treurnicht, rebelaram-se contra o primeiro-ministro P.W. Botha, renunciando aos seus cargos para, juntamente com 14 outros parlamentares do Partido Nacionalista (no poder), passarem à oposição. Logo em seguida, os 16 rebeldes fundaram um novo partido, que deve receber o apoio dos extremistas de direita do Partido Nacional Herstigte, que não tem nenhum deputado no Parlamento, mas tem crescido de votação a cada eleição.

O aparecimento do novo grupo de extrema-direita não chega a ameaçar a maioria do governo Botha no Parlamento sul-africano. Mas não há a menor dúvida de que o chefe do governo deve, a partir de agora, fazer concessões cada vez maiores à extrema-direita e aos arquiconservadores do *apartheid*, na tentativa de continuar no poder. E uma maneira de fazer concessões é aumentar a repressão contra os guerrilheiros da SWAPO, intensificar os ataques contra o território angolano e bloquear o acordo para as eleições na Namíbia. Esta solução, que já vem sendo posta em prática há meses, visa acima de tudo tentar acalmar os brancos mais reaccionários que estão convencidos de que a perda da Namíbia significará um golpe mortal no *apartheid*.

O relatório de Natal

Em meados de Março, uma comissão da província de Natal, que incluía alguns importantes empresários como Harry Openheimer, o poderoso chefe da *Anglo-American Corporation*, sugeriu ao governo central um sistema regional de decisão política onde todas as raças teriam participação. O projecto da comissão está contido num relatório de sete volumes e 1200 páginas que nem chegou a ser lido pelos membros do governo. Embora rejeitando a tese do governo de maioria negra, o documento reproduz uma sondagem da opinião pública na qual 99 % dos negros

consultados achavam inevitável uma revolução no país se o *apartheid* não for eliminado a curto prazo. Mais ainda, 50 % dos entrevistados disseram que já não há condições para uma mudança pacífica na África do Sul, porque os brancos se negam a aceitar o princípio da igualdade racial e os direitos da maioria negra do país.

A recusa do governo em discutir o plano de Natal foi especialmente contundente para o chefe *zulu*, Gatsha Buthelezi, um político reformista e conciliador, com um nebuloso passado de negociações com o *apartheid*. Para os capitalistas anglo-saxões de Natal, Buthelezi é uma espécie de alternativa reformista para o nacionalismo do Congresso Nacional Africano (ANC), a mais antiga e coerente organização revolucionária negra que luta contra o *apartheid*. Mas a intransigência de Pretória está a esvaziar o prestígio do autoproclamado chefe dos *zulu*.

Dificuldades económicas

Além das dificuldades políticas, o regime do *apartheid* enfrentará este ano uma situação particularmente dura no sector económico. A queda do preço do ouro no mercado internacional provocará em 82 uma redução de cerca de um bilião de dólares nas receitas externas da África do Sul. Os economistas acham que o país não poderá manter o ritmo de crescimento de 5% no PNB. O *deficit* orçamental deve crescer muito acima dos cinco biliões de dólares previstos, provocando um aumento da inflação e a queda do poder aquisitivo dos assalariados. Em 1980, o ouro constituía cerca de 51% das exportações sul-africanas. Hoje, mal chega à casa dos 20%.

A soma de todos estes factores deixa claro que o regime do *apartheid* mostrará, a curto, prazo uma marcada tendência para o endurecimento político, tanto internamente, como na questão da Namíbia. Um endurecimento que terá como consequência inevitável um isolamento ainda maior do regime branco. O radicalismo *afrikaaner* tornou impossível soluções reformistas para o *apartheid*, quando a maioria negra ainda não havia tomado consciência da sua exploração. Hoje, o fortalecimento do ANC como resultado da crescente insatisfação da população negra polarizou a luta política. Por isso, quando o primeiro-ministro P. W. Botha tenta salvar o *apartheid* com o slogan «mudar ou morrer», o efeito que ele consegue é justamente o oposto. A extrema-direita entrincheira-se atrás do pavor, e ganha força, aumentando o radicalismo. Por seu lado, o ANC também cresce na medida em que a maioria negra passa a verificar a impraticabilidade de soluções que não passam pela afirmação directa do seu poderio político e da sua organização. O próprio relatório de Natal reconhece que metade dos negros entrevistados já ajuda, ou admite ajudar, o movimento de libertação que tenta derrubar o governo de minoria branca. **Carlos Castilho** □

Regressar de novo às tabancas?

Guiné-Bissau

«O sector primário, e em particular a agricultura, é a opção que melhor se adapta à difícil situação que vivemos» — afirma a «cadernos do terceiro mundo» Vasco Cabral, ex-ministro guineense da Coordenação Económica e Plano(). Os erros cometidos num passado recente, os problemas com que se defronta um dos países menos avançados do mundo.*

Baptista da Silva

COM uma população estimada em 800 mil habitantes (777 mil segundo o censo de Abril de 1979), a Guiné-Bissau, a exemplo da quase generalidade dos países do Terceiro Mundo não produtores de petróleo, apresenta uma dívida externa preocupantemente elevada: em finais de 1981, situar-se-ia em 170 milhões de dólares. Em termos simplistas isso significa que cada guineense deve ao estrangeiro aproximadamente 212,5 dólares. Para se ter um quadro aproximado das dificuldades que enfrenta aquele país — que não poderá ser apontado como excepção, antes como exemplo corrente de dependência a que as nações subdesenvolvidas, em particular as africanas, se encontram sujeitas — basta dizer que o rendimento *per capita* em 1981 se cifrou em 170 dólares.

Refira-se que, e partindo do particular para o geral, a dívida externa do Terceiro Mundo era avaliada pelo Banco Mundial no seu relatório referente ao ano de 1980 na soma fabulosa de 400 mil milhões de dólares; mas o mesmo relatório adiantava que 60 por cento das novas dívidas contraídas por esses países se destinavam a pagar dívidas anteriores. De então para cá esta situação não se alterou, antes pelo contrário.

«O que é mais grave — referia recentemente a *cadernos do terceiro mundo* o ministro da Coordenação Económica e Plano da Guiné-Bissau, Vasco

Cabral — é o facto da dívida externa da quase totalidade dos países do Terceiro Mundo vir sistematicamente a aumentar, e não ter diminuído como seria lógico». Sendo opinião daquele dirigente que «só a aceitação de uma Nova Ordem Económica Internacional (NOEI) que leve à erradicação das práticas discriminatórias e injustas que caracterizam o relacionamento entre o Norte e o Sul» poderá conduzir à superação do actual endividamento do Terceiro Mundo e ao fosso que cada vez mais separa as nações ricas das nações pobres. «Ora uma das primeiras medidas que deveriam ser tomadas no âmbito dessa Nova Ordem Económica — acrescentaria o ministro guineense — deveria ser precisamente o perdão das dívidas contraídas pelo Terceiro Mundo».

Vasco Cabral é um conhecedor habilitado da problemática do Terceiro Mundo; conhecimento que deriva não só da sua reconhecida competência como economista mas igualmente do facto de se encontrar, desde a libertação completa do seu país, em 1975, à frente do Ministério da Coordenação Económica e Plano da Guiné-Bissau e, nessa qualidade, participar nas reuniões das organizações das Nações Unidas ligadas ao comércio e desenvolvimento, ou nos encontros que sobre essa temática têm tido lugar no continente africano — seja no âmbito da OUA ou no das diferentes organizações de cooperação económica regional —, ou ainda no forum dos países ACP (África, Caraíbas e Pacífico) associados à Comunidade Económica Europeia (CEE) pela convenção de Lomé, à qual a Guiné-Bissau aderiu. Ainda muito recentemente, durante a reunião ministerial dos Países Menos Avançados (PMA) africanos, que decorreu em Trípoli, capital líbia, nos passados dias 26 e 27 de Abril, Vasco Cabral ver-se-ia eleito por unanimidade pelos seus colegas africanos para a presidência do *bureau* coordenador desse órgão, cargo que desempenhará durante o período de um ano (1).

A crise económica mundial e a dependência do Terceiro Mundo

Na opinião de Vasco Cabral, as perspectivas para o Terceiro Mundo são pessimistas. «Enquanto a Nova

(*) No momento em que este número de «cadernos do terceiro mundo» estava em impressão, notícias provenientes de Bissau davam-nos conta de vasta remodelação governamental. O dr. Vasco Cabral deixou, desde o passado dia 17 de Maio, de pertencer ao elenco governativo da República da Guiné-Bissau.

O novo governo passa a ser chefiado por Vítor Saúde Maria, vice-presidente do Conselho da Revolução, que exercia até à altura da remodelação o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros, enquanto o presidente «Nino» Vieira chamou a si as pastas das Forças Armadas e Interior. Economia e Finanças integram um único ministério, o qual foi confiado a Vítor Freire Monteiro, anterior governador do Banco Nacional.

Ordem Económica não for aceite, enquanto as dívidas do Terceiro Mundo não forem perdoadas» — como defende, — ou pelo menos renegociadas, os países pobres como a Guiné-Bissau terão de continuar a defrontar-se com o *statu quo* que rege a economia internacional, que, no contexto da crise que abala o sistema capitalista mundial, apresenta sinais visíveis de agravamento para os países subdesenvolvidos.

Na verdade são múltiplos os factores de agravamento surgidos ou simplesmente intensificados nestes tempos mais recentes; a par da contínua degradação dos termos de troca entre aquilo que exportam (geralmente matérias-primas ou produtos agrícolas) e o que importam (produtos manufacturados), afectada por aquilo que Vasco Cabral classifica de «coisa tremenda» — a inflação —, os países do Terceiro Mundo deparam com o crescente protecçãoismo por parte das economias desenvolvidas de mercado; o que dificulta enormemente a colocação dos produtos do Sul nos países do Norte, seus tradicionais e quase que exclusivos clientes. As altas taxas de juro — «para obtermos empréstimos em condições normais temos que pagar juros elevadíssimos» — e a subida do dólar são factores que vêm ensombrar o já de si cinzento quadro das relações internacionais Norte/Sul.

A degradação dos termos de troca é de tal forma chocante que os números se encarregam de falar por si. Assim, e apenas para dar um exemplo, se em 1981 dez camiões eram pagos com um valor equivalente a 1.500 toneladas de arroz, o trabalho de 1.500 camponeses do Terceiro Mundo, esses mesmos camiões custarão em 1985 à Guiné-Bissau — segundo dados da Comissão das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (CNUCED) — não o equivalente a 1.500 toneladas, mas sim já a cerca de 1.744 toneladas de arroz.

Mas muito embora essa canga de dependência que recai sobre a generalidade dos países do Sul pareça constituir uma «maldição» a que dificilmente eles poderão fugir, esforços têm sido feitos no sentido de encontrar possíveis saídas, ou pelo menos minorar esta situação. Os encontros têm-se multiplicado quer no seio das diferentes organizações ligadas ao comércio e desenvolvimento das Nações Unidas, quer no âmbito dos Não-Alinhados ou da própria Organização de

Por seu lado, o Ministério da Coordenação Económica e Plano passará ao estatuto de secretaria de Estado do Plano e Cooperação Internacional.

Vasco Cabral e Mário Cabral, anterior ministro da Educação, irão, segundo fontes oficiais, «exercer outras funções», que, provavelmente, se prenderão às actividades partidárias.

Muito embora desactualizado — e não se conhecendo até agora as medidas que irão ser tomadas pelas novas autoridades no que respeita a política económica — decidimos, ainda assim, inserir o presente artigo nesta edição.

Não esboça ele, ainda que em traços gerais, o quadro de dificuldades com que o novo governo se irá confrontar?

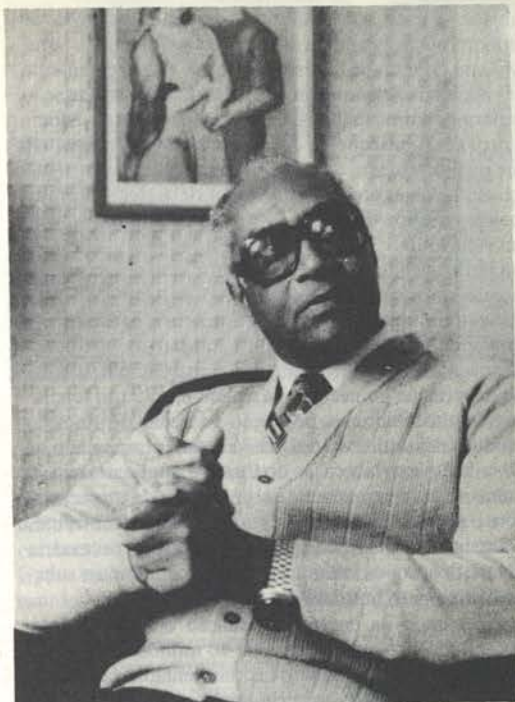
Unidade Africana. No caso africano ressalta pela sua importância o «Plano de Acção de Lagos», adoptado em Abril de 1980 pelos chefes de Estado do continente, no qual após uma exaustiva caracterização da situação actual se salienta que «nenhum programa de libertação económica pode ter sucesso se não se atacar o coração deste sistema de subjugação e exploração», que leva a região «a produzir o que não consome e a consumir aquilo que não produz; a exportar matérias-primas a preços baixos e em geral declinantes, para importar produtos acabados ou semi-acabados a preços elevados e crescentes». Daí que o plano ponha o acento tónico na redefinição da estratégia de utilização dos recursos naturais do continente, de modo a que estes venham a ser aplicados» antes de tudo, em função das suas próprias necessidades e dos seus próprios objectivos».

Nesse sentido o Programa de Lagos aponta como prioridade na actual fase o sector primário, com particular atenção para o mundo rural, com vista, sobretudo, a promover o auto-abastecimento alimentar das populações desse conjunto de países. Estas mesmas orientações vieram a ser retomadas não só na reunião dos países menos avançados realizada em Paris em Setembro passado, como na recente reunião de Trípoli a que fizemos já referência. A opinião do Banco Mundial quanto a esta questão não é porém coincidente com a vontade expressa pela maioria dos países do Terceiro Mundo. «Na realidade — refere-nos Vasco Cabral — o recente relatório do Banco Mundial, ao mesmo tempo que aponta uma série de medidas com as quais na generalidade podemos estar de acordo, sugere-nos, a nós países do Terceiro Mundo, a escolha da agricultura como «opção eterna» para o nosso desenvolvimento. Ora nós pensamos — embora houvesse ainda algumas vozes discordantes — que, de facto, o sector primário e em particular a agricultura é a opção que melhor se adapta à difícil situação que atravessamos, mas, a prazo, há inevitavelmente que enveredar pela industrialização». É a própria história que no-lo ensina. Sem ela o desenvolvimento das forças produtivas ficaria espartilhado e a nossa independência económica nunca poderia ocorrer».

Guiné-Bissau: uma industrialização gravosa

De que modo esta situação é encarada pela Guiné-Bissau? Até que ponto os desvios à orientação económica do PAIGC verificados no período que mediou entre a independência total do país e a deposição do presidente Luís Cabral, em 14 de Novembro de 1980, condicionam as opções actuais do governo guineense? Foi isso que procurámos saber de Vasco Cabral.

Atentemos antes, porém, no passado recente da Guiné-Bissau. Analisando a presidência de Luís Cabral de forma fria e desapassionada, forçoso é concluir que as medidas de política económica então tomadas se desviavam desmedidamente do rumo traçado desde



Vasco Cabral

os temas da luta de libertação, pelo programa do partido, reafirmado, de resto, pelo III Congresso, em 1977. Nele se definia correctamente uma estratégia que assentava em grande parte «em contar com as próprias forças», o que implicava, em coerência, fazer da agricultura o sector prioritário e do campesinato — principal artífice da luta de libertação nacional — o beneficiário primordial do desenvolvimento. A prática posterior viria, no entanto, progressivamente a afastar-se das directivas aprovadas: Bissau e a sua periferia tornam-se local de implantação de numerosos projectos industriais de duvidosa rentabilidade e benefício nacionais em desfavor do campo — com notável incremento do êxodo rural; a pequena burguesia cidadina, os quadros da administração e do partido alvos de privilégios em prejuízo do campesinato. Grande parte das motivações que levaram os militares a encabeçar o golpe de 14 de Novembro contra o presidente Luís Cabral terão de ser procuradas precisamente na constatação desses desvios e das suas consequências. Ainda que não necessariamente «teorizado» esse sentimento traduzia-se por coisas bem mais simples como a falta de géneros alimentares, crítica à ostentação exibida por alguns dirigentes, polémica quanto às graduações introduzidas nos ramos das Forças Armadas, sentir este caldeado por algumas inimizades e disputas herdadas dos tempos difíceis da guerra de libertação (ver n.ºs 29 e 34 dos *cadernos do terceiro mundo*)

Efectivamente, os projectos industriais aprovados e

levados a cabo no período de Luiz Cabral em vez de minorarem a dependência do estrangeiro, antes a agravavam: criaram-se indústrias que em vez de pouparem divisas mais aumentavam a necessidade de importação (energia, outros factores de produção, técnicos estrangeiros) e o conseqüente endividamento. E nem sequer se poderia dizer que tais indústrias absorvessem quantidades expressivas de força de trabalho, muito pelo contrário. «Fizeram-se erros graves na escolha de investimentos» — diz-nos Vasco Cabral, sobre os quais diz na altura ter mostrado profundo desacordo. É o caso do projecto agro-industrial do Cumeré. Avaliado num custo global de 24 milhões de dólares a unidade instalada oferece uma capacidade de transformação de mancarra (amendoim, o principal produto de exportação guineense) da ordem das 70 mil toneladas, muito embora a produção nacional do referido produto nos últimos anos não tivesse ultrapassado as 30 mil. A plena laboração do Cumeré implicaria não só intensificar maciçamente a produção de mancarra, com o esgotamento dos solos agrícolas daí decorrente, como igualmente a contrariar em absoluto a necessária diversificação agrícola de forma a melhorar-se substancialmente o auto-abastecimento alimentar.

No campo da energia a situação era semelhante: ter-se-iam despendido cerca de 40 milhões de dólares em grandes centrais eléctricas (alimentadas com derivados do petróleo, matéria-prima de que o país é carente) e pouco foi realizado no campo do aproveitamento da energia dos rios e da pequena hidráulica, com o devido aproveitamento de irrigação dos terrenos. De resto a questão da energia, a par da gestão das divisas, tornou-se desde a independência total do território no principal quebra-cabeças das autoridades de Bissau. Basta dizer que durante 1980 o valor total das exportações do país — na sua quase totalidade produtos do sector primário — foi de 11 milhões de dólares, quando as importações de combustíveis durante o mesmo período ultrapassaram os 12 milhões de dólares (2).

Enquanto isso, a situação no campo não apresentava melhorias de fundo. Subsistiam as inultrapassáveis dificuldades de comercialização entre regiões, os efeitos nefastos da seca do sahel atingiam particularmente a região nordeste do território, os camponeses a braços com carências de produtos de primeira necessidade para consumo das suas tabancas. Não obstante o enorme esforço realizado pós-independência no sentido de estabelecer vias de comunicação com as regiões do interior, o contacto entre as cidades e o campo não era suficientemente conseguido, com prejuízo para o escoamento dos produtos agrícolas. Pós 14 de Novembro constatou-se que do parque industrial entretanto criado e da frota de meios de transporte até então adquirida, só 25 por cento da sua capacidade estava a ser efectivamente utilizada. E se no caso das infra-estruturas industriais muitos factores contribuísem para a explicação desse baixo aproveitamento, no caso dos transportes ela era mais linear: desgaste,



O presidente «Nino» Vieira

destruição, ausência de sobressalentes, pouco cuidado na manutenção.

Melhor controlo da economia

O novo poder surgido após o 14 de Novembro de 1980 viu-se confrontado com uma realidade que, no fundo, conhecia bem. O elenco ministerial poucas alterações sofreu. De então para cá foi empreendido um levantamento exaustivo dos projectos antes iniciados ou simplesmente aprovados, bem como um estudo sobre as suas incidências na vida económica do país. Aprovaram-se directivas que promovessem o melhor relacionamento e coordenação entre ministérios ou outros órgãos da administração, procurou-se racionalizar e disciplinar as importações. Mas não será exagero afirmar que a «gestão do curtíssimo prazo» condicionou enormemente a governação na Guiné-Bissau, dado que se avolumavam ameaças sérias de ruptura no país, o que obrigou as autoridades a desmultiplicarem-se no sentido de obterem ajuda internacional. «Efectivamente está-se a caminho de um melhor controlo de toda a economia — diz-nos Vasco Cabral. Instituiu-se um melhor relacionamento e coordenação entre os vários departamentos estatais tendo sido mesmo criado um grupo de trabalho interministerial encarregado de elaborar um programa de racionalização das importações: em relação ao primeiro semestre do corrente ano o trabalho está concluído e encontra-se em fase de ultimação o referente ao segundo semestre. Por outro lado, criámos um *Bureau* de Segurança Alimentar encarregado de assegurar *stocks* de emergência para fazer face aos maus anos agrícolas. De resto — adianta o ministro — a necessi-



dade de assegurar *stocks* coloca-se a diversos níveis: seja a nível de petróleo, seja a nível de sobressalentes, seja ainda no que respeita aos materiais de construção, já que a paralização das obras ou da produção oneram extremamente as finanças públicas».

O ministro Vasco Cabral refere-nos a iminente aprovação do Plano de Estabilização Económica e Financeira, que terá vigência de aproximadamente um ano, plano através do qual se procura introduzir medidas correctivas e de emergência a curto prazo, findo o qual, caso não surjam atrasos, entrará em execução o Plano Quadrienal 1983-86 previsto para meados do próximo ano. Antes disso, porém, terá lugar em Bissau um encontro entre o governo guineense e responsáveis de diferentes comissões das Nações Unidas ligadas ao desenvolvimento e outros instituições internacionais com vista a obter o necessário financiamento deste plano de médio prazo, através do qual os responsáveis pelo Estado da Guiné-Bissau e os dirigentes do PAIGC esperam balizar o rumo do desenvolvimento para o seu país.

Tudo leva a crer que as prioridades desse plano de médio prazo recaiam nos sectores da agricultura e dos recursos naturais já que é essa desde sempre a orientação do PAIGC, uma vez mais reafirmada no congresso extraordinário do Partido em Novembro do ano passado. Nele se estabelecerá «salários, preços e um orçamento que diminua as despesas e aumente as receitas. Orientar-se-à o orçamento de investimentos por programas integrados e não como até aqui por projectos dispersos». Nele se consagrará o destino a dar aos projectos industriais criados no tempo de Luis Cabral, em particular o Cumeré para o qual parecem existir no seio do governo diversas opiniões quanto à sua utilização futura. Vasco Cabral não se furtou porém a dar-nos a sua: «acho que ele deve ser pura e simplesmente abandonado. É preferível perdermos agora que virmos a perder muito mais no futuro, com a dependência do exterior a que esse projecto nos obriga. Não podemos arrastar esqueletos!»

Crê-se igualmente que projectos como o aproveitamento hidroeléctrico do rio Corubal, em conjugação com a vizinha Guiné-Conakry, ou a exploração da



bauxite em regime de sociedade com a URSS venham já a ser consagrados neste Plano de médio prazo. Em termos de recursos naturais a maior esperança dos dirigentes guineenses reside — e estes não o escondem — no petróleo. «Contudo ele não é ainda uma certeza — refere com moderação o nosso interlocutor. É, no entanto, uma hipótese muito viável. Segundo estudos feitos parece que existirá mesmo petróleo».

Enquanto a sua exploração não vier beneficiar o país (de resto esse problema prende-se ainda com o problema da delimitação das águas territoriais tanto com o Senegal como com a Guiné-Conakry) o caminho a seguir — Vasco Cabral salienta-o — é prosseguir na linha económica traçada pelo PAIGC de prioridade ao sector primário. Tal como a luta de libertação política partiu da cidade e do porto de Pídjiguiti para o interior, onde o campesinato, sem distinção de etnias, a alimentou até à vitória final, é um imperativo da luta de libertação económica o regresso ao campo, à base social da luta libertadora na Guiné-Bissau. Os laivos de macrocefalia da capital — onde vive cerca de 15 por cento da população guineense — a «acomodação» de certos quadros dirigentes do partido e do Estado, as pressões de uma relativamente importante pequena-burguesia citadina e alguma apetência consumista em padrões desfazados da realidade nacional são factores importantes que haverá certamente que vencer, mas parece inegável que o desenvolvimento da Guiné-Bissau passa necessariamente pelos mais de 600 mil hectares de terras aráveis inaproveitadas do interior, pelo desenvolvimento e progresso do mundo rural. São essas as directrizes do PAIGC, como o são igualmente as grandes orientações tomadas nos mais diversos encontros de responsáveis pelos sectores económicos e chefes de Estado do Terceiro Mundo. □

(1) — A Guiné-Bissau é um dos 31 países que compõem o grupo dos Países Menos Avançados (PMA) do mundo. Desses 31 países, 21 são africanos (ver *cadernos do terceiro mundo* n.º 37)

(2) — «Relações Norte-Sul, um quadro de luta decisivo para o Terceiro Mundo», de Ladislau Dowbor, *cadernos CIDAC* — Maio de 1982.

Compelmada

SOC. COOP. MONTAGENS METÁLICAS SCARL



★ PROJECTO, FABRICO E MONTAGEM DE:

Reservatórios de pressão
Reservatórios de armazenagem
Tubagens industriais
Estruturas metálicas
Permutadores de calor
Pontes e pórticos rolantes
Aparelhos de processo
Silos em aço carbono,
aço inox e alumínio

- ★ Mecânica geral
- ★ Reconstrução de motores
- ★ Manutenção fabril

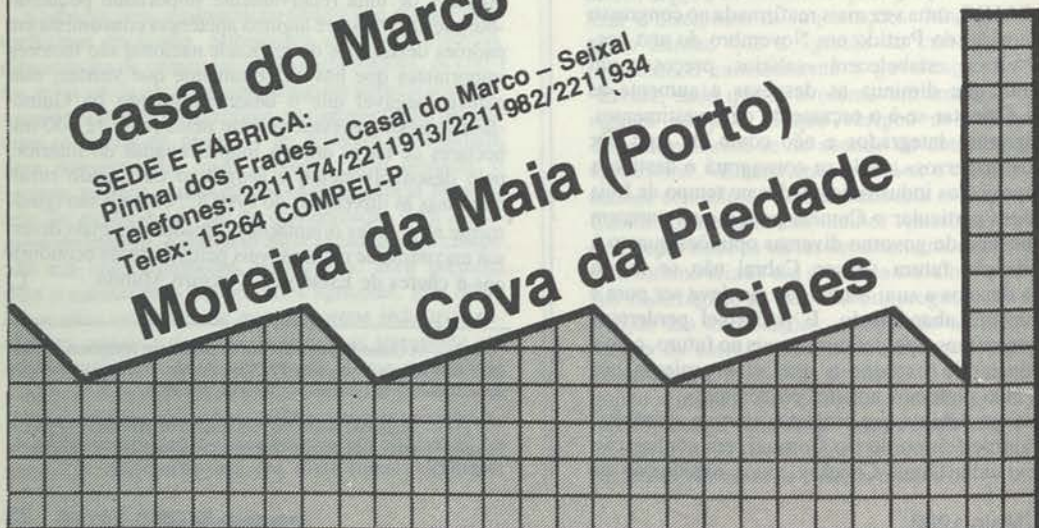
Casal do Marco

SEDE E FÁBRICA:
Pinhal dos Frades - Casal do Marco - Seixal
Telefones: 2211174/2211913/2211982/2211934
Telex: 15264 COMPEL-P

Moreira da Maia (Porto)

Cova da Piedade

Sines



A difícil posição de Siad Barre

Somália

Rebeliões militares sufocadas com repressão e fuzilamentos sumários de oficiais demonstram que o governo de Mogadíscio enfrenta um descontentamento cada vez maior do povo e das forças armadas

Micaela Ramada

EM Janeiro deste ano, Siad Barre queixava-se ao correspondente de *Newsweek* em Nairobi, Ray Wilkinson, que não tinha recebido dos Estados Unidos «nem mesmo uma simples bala», apesar dos acordos firmados. (Em Janeiro de 1980, o Congresso norte-americano aprovou um modesto plano de ajuda militar à Somália no valor de 42 milhões de dólares.) Poucas semanas depois, em fins de Fevereiro, as tropas somalis enfrentavam, nas ruas de Hargeisha, não os etíopes — que o próprio Siad Barre reconhecia não poderem invadir a Somália* — mas sim indefesos manifestantes, alguns dos quais foram mortos.

Nesse dia, 37 detidos eram sujeitos a julgamento sob a acusação de estarem vinculados aos movimentos oposicionistas ao governo que reivindicavam a queda de Siad Barre e a instalação de um regime democrático no país. Três deles tinham sido condenados à morte, causando a indignação da numerosa assistência ao julgamento, a qual saiu às ruas para manifestar o seu protesto. Segundo versões de testemunhas, teriam sido assassinados pelas forças de segurança mais de uma dúzia de manifestantes, além dos 40 que ficaram feridos. A agência oficial de notícias reconheceu apenas dois mortos.

Apenas duas semanas antes, nos primeiros dias de Fevereiro, também em Hargeisha, tinha acontecido um levantamento militar sufocado depois de vários dias de intensos choques com as forças leais ao governo de Mogadíscio, com a execução sumária de 11 dos oficiais amotinados (84, segundo outras versões). A maior parte do 8.º exército participou na rebelião.

Os levantamentos militares, embora pouco conhecidos no exterior, não são novidade na Somália depois

que o governo de Siad Barre fez uma viragem de 180 graus e, de uma definição socialista e uma aliança estratégica com a União Soviética, «passou» para o campo capitalista. A situação interna agravou-se ainda mais depois da guerra de Ogaden, da qual a Somália saiu muito debilitada em termos militares e económicos, além de ter aumentado o seu isolamento internacional. Em Abril de 1978, houve uma tentativa de golpe de Estado — o primeiro de uma série que continua até hoje — que também terminou com vários fuzilamentos. Mas um dos oficiais, o coronel Abdullahi Yusuf Ahmed pôde escapar e fundou, no exterior, a Frente Somali de Salvação Nacional, responsável por várias acções de sabotagem e perseguição ao regime.

A unidade dos rebeldes

A 17 de Outubro de 1981 — por coincidência um ano depois de Siad Barre ter decretado o estado de emergência interno — foi anunciada a unificação dos diferentes movimentos e frentes revolucionárias oposicionistas, constituindo-se a Frente Nacional de Reconstrução da Somália.

A Frente contesta a política interna e externa do governo de Mogadíscio, em particular o papel que o país começou a representar no «Corno da África», aliado à estratégia norte-americana na região. Por um acordo firmado a 22 de Agosto de 1980, os Estados Unidos podem utilizar a base aeronaval de Bérbera (ao norte do país) e o porto de Mogadíscio. Em Novembro de 1981, durante as manobras conhecidas com o nome de «Estrela Brilhante», 300 sapadores militares norte-americanos de Fort Bragg utilizaram a base de Bérbera. Pertenciam ao contingente da Força de Intervenção Rápida, criada por James Carter durante a crise dos reféns norte-americanos no Irão.

Depois de ter tido um poderoso exército em relação ao tamanho do país e à sua população (637.657 Km² e 3,9 milhões de habitantes), a Somália tem actualmente entre 25 e 30 mil homens servindo nas forças armadas. Quarenta por cento do orçamento do país está destinado à defesa, apesar da Somália ser o sétimo país mais pobre do planeta. (A receita *per capita* anual está calculada em 100 dólares.)

Os refugiados

Devido às calamidades naturais (a Somália pertence ao Sahel africano e durante vários anos esteve submetida a secas rigorosas que dizimaram os rebanhos e obrigaram o governo a deslocar para a costa grandes contingentes de nómadas que estavam ameaçados de morrer de inanição juntamente com os seus animais) e à guerra de Ogaden, a quarta parte da população somali vive em campos de refugiados. *

* — Apesar de formalmente a ajuda militar se justificar por causa da ameaça exterior a que a Somália estaria submetida

Esta enorme quantidade de refugiados, num país pobre que ainda não recuperou da guerra com a Etiópia, vive uma vida de pesadelo, amenizada em parte pela cooperação da ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados) e outras agências da ONU e cerca de 30 organizações não-governamentais de todo o mundo, que promovem a ajuda financeira e humana à Somália para evitar uma catástrofe. A ACNUR conseguiu 41,8 milhões de dólares para este ano (1982) e proporcionou a ida de 250 especialistas de todos os sectores para ajudarem os refugiados.

Com essa ajuda, no decorrer deste ano deverá concretizar-se o objectivo de abastecer em água potável, de forma permanente, todos os campos de refugiados.



Os nómadas foram os mais atingidos pela guerra

Apesar de, em Agosto de 1981, Siad Barre ter recebido dois empréstimos de 47 milhões de dólares do Fundo Monetário Árabe, com sede em Abu Dabi, para compensar o *deficit* da Balança de Pagamentos, o presidente somali justifica a sua decisão de se aliar aos Estados Unidos, acusando os árabes. Segundo ele, viu-se obrigado a oferecer instalações militares a Washington pela reticência árabe em lhe proporcionar ajuda financeira. Na mesma entrevista, publicada pelo jornal *An Nahar*, de Beirute, Siad Barre afirmou que concedeu aos Estados Unidos «o direito de utilizarem os nossos portos e aeroportos sempre e quando for necessário fornecer combustível aos seus navios e aviões», mas negou que o acordo incluísse a instalação de bases militares norte-americanas.

O acordo é semelhante aos assinados pelos governos do Quênia e de Oman, que depois da queda do xá do Irão passaram a ser peças privilegiadas da estratégia norte-americana nessa região vital do oceano Índico, do mar Vermelho e do golfo Árabe. A Organização da Unidade Africana (OUA) e o Movimento dos Países Não-Alinhados consideram que acordos desse tipo são contrários à sua plataforma de fazer do oceano Índico uma zona desmilitarizada.

O actual desafio

Com 12 anos de exercício do poder, Siad Barre, originalmente um oficial de polícia, não é o que se pode chamar um neófito. Os seus adeptos garantem que, apesar de ter posições criticáveis, o presidente tornou-se um factor de equilíbrio entre os clãs rivais e que, nesse sentido, «é insubstituível». Explicam, de acordo com esse raciocínio, que a rebelião militar de Hargeisha (antiga capital da Somália inglesa) reflecte mais a divisão histórica do país (o sul foi colonizado pelos italianos) que uma postura ideológica. Além das diferentes vivências coloniais, o norte tem uma maioria da etnia *issa*, enquanto que o presidente é oriundo do sul e filho de mãe originária de Ogaden.

No entanto, parece simplista reduzir os problemas da Somália a vícios de antigas disputas entre os clãs. Na verdade, a viragem de Siad Barre foi dada passando por cima de uma prática e uma doutrinação socialista — é mais ainda, marxista, por definição explícita adoptada na Carta fundamental do país — que durante quase oito anos formou a consciência dos quadros jovens das forças armadas e do partido único, o Partido Socialista da Somália. Nessas irrupções de descontentamento pode estar a prova de que, apesar da cúpula — pagando um alto preço político interno e internacional — «ter passado para o outro lado», essa decisão nunca foi aceite, muito menos apoiada, por grande parte da oficialidade e do povo somali, que tinha muito orgulho de que um pequeno país pobre como a Somália estivesse a realizar uma das mais atraentes experiências renovadoras do Terceiro Mundo. □

* Com 1,6 milhão de refugiados, a Somália tem a maior percentagem de todo o continente africano.

A oposição tenta unir-se

Nigéria

Apesar de fortes divergências, os opositores de Shagari negociam uma coligação com vistas às eleições presidenciais do próximo ano

O presidente da Nigéria, Shehu Shagari, e o NPN, Partido Nacional, situacionista, mostram-se cada vez mais preocupados com as eleições de 1983 depois de ter sido anunciado, em Janeiro último, uma possível «aliança eleitoral» entre os principais partidos da oposição.

Em discurso pronunciado recentemente na Universidade de Jos, no estado do Platô, Shagari salientou a necessidade de uma «revolução ética» e atacou veementemente os que continuam a semear a desunião e a contestação política — numa referência mal dissimulada aos elementos da oposição parlamentar que mais se pronunciam contra o governo.

Dias antes, num contexto estritamente político, o líder nigeriano havia declarado, durante uma convenção do NPN, que a fusão dos partidos minoritários constituiria uma «aliança e conluio mal intencionado» que poriam em risco «a estabilidade e o bom desenvolvimento da nossa política nacional».

Para muitos observadores, as mudanças ministeriais efectuadas em Fevereiro passado foram destinadas a remover os ministros de menor expressão política, com vista a fortalecer a posição do governo nas eleições de 1983. Ao que consta, porém, uma grande parte da população mostrou-se desapontada com o facto de tais mudanças não terem sido acompanhadas de iniciativas mais amplas na reorientação do governo.

A principal mudança foi a transferência de Adamu Ciroma do Ministério da Indústria para o Ministério da Agricultura. O sector agrícola representa a prioridade económica número um do governo de Shagari, e provavelmente espera-se que Ciroma, com a sua reputação de eficiência, produza pelo menos alguma coisa de concreto que o governo possa exhibir aos olhos do povo na época das eleições.

A gravidade do desafio ao NPN de Shagari dependerá, em grande parte, do resultado das negociações actualmente em curso entre o Partido Unitário (UPN), Partido Popular Nigeriano (NPP), o Grande



A queda dos preços do petróleo aumentou as injustiças e criou grandes problemas para Shehu Shagari

Partido Popular Nigeriano (GNPP) e uma facção dissidente do Partido de Redenção Popular (PRP). Após uma reunião realizada em Janeiro no Benin, entre membros dos quatro partidos, o líder do Senado pelo UPN, Jonathan Odebiyi, foi eleito presidente de uma comissão interpartidária para determinar a forma que seria dada à fusão, mas, depois disso, já declarou que não acredita que uma verdadeira coligação seja possível antes das eleições de 1983.

Aliança eleitoral opositorista

Consequentemente, as especulações da imprensa nigeriana têm-se concentrado na possibilidade de uma cooperação eleitoral limitada, na qual os partidos

oposicionistas apoiariam um único candidato presidencial, o chefe Obafemi Awolowo, líder do UPN, concordando provavelmente em não disputarem postos legislativos para os quais outros membros da coligação seriam facilmente eleitos. Mas, como observa a revista *West Africa*, um arranjo desta natureza significaria que «cada partido conservaria os seus baluartes tradicionais, sem alterações na geografia ou no clima políticos da Nigéria». Excepto, naturalmente, para o NPN, que sofreria inúmeros reveses.

Embora a Constituição nigeriana exija que os partidos políticos registados se mostrem activos e mantenham delegações em todas as regiões do país, o que se viu nos resultados das últimas eleições foi o peso dos factores regionais e étnicos. O UPN é evidentemente mais forte entre os *iorubas* (no oeste); o NPP tem os seus mais ardentes partidários entre os *ibos* (no leste); o PRP tem no norte o seu reduto inexpugnável; e o GNPP é mais forte no norte e no centro do país. Quanto ao partido governamental, o NPN, é frequentemente visto como um agrupamento de negociantes e profissionais, de carácter nacional, mas tem também o seu ponto de apoio mais firme entre os muçulmanos do norte.

A «Segunda República» nigeriana tem tido problemas muito graves desde que os militares entregaram o poder aos civis em 1979, mas alguns observadores afirmam que a política tradicional, baseada nas etnias e nos interesses regionais, vem lentamente a ceder o lugar a uma política baseada na ideologia. As actuais negociações em torno da fusão oposicionista porão à prova esta teoria.

Na coligação proposta, a união ideológica mais provável será aquela entre o UPN e os dissidentes do PRP. O partido de Awolowo, embora esteja longe de ser uma força revolucionária socialista, tem assumido posições «progressistas», apresentando como programa básico o ensino gratuito em todos os níveis e assistência médica também gratuita, desenvolvimento rural integrado e pleno emprego. Seguindo praticamente a mesma orientação, a plataforma inicial do PRP, que alguns consideram o manifesto mais radical, exige melhores serviços sociais, a revogação de certos impostos tradicionalmente cobrados aos camponeses e outras reformas económicas que visam beneficiar os trabalhadores assalariados e rurais, há tanto tempo esquecidos na história do país.

Pouco tempo depois da divulgação do manifesto, o líder do PRP, Aminu Kano, decidiu evitar qualquer confrontação com o NPN vitorioso. Grande número dos radicais do partido, porém, discordaram dele e, em 1980, houve uma cisão.

Entre os líderes da facção radical do PRP, que terá de registar-se novamente com outro nome se quiser competir nas eleições de 1983, estão o governador do estado de Kano, Muhammed Abubakar Rimi, e o ex-governador de Kaduna, Balarabe Musa. Em Junho do ano passado, Musa foi vítima de *impeachment* (impedimento) pelo legislativo estadual, controlado

pelo NPN, num confronto que agravou os sentimentos de antipatia em relação ao partido governamental e fez surgir a nova frente de oposição. Semanas depois, Rimi, governador de Kano, viu-se às voltas com violentos distúrbios na cidade de Kano — aparentemente provocados pelas críticas feitas pela sua administração de tendência esquerdista contra o emir local.

Awolowo, líder do UPN, bem como os radicais do PRP, tendem a fazer as suas críticas contra Shagari e contra o NPN em termos de classe. «Não devemos subestimar os reaccionários feudais que actualmente usam o NPN como plataforma para a sua retaguarda», declarou Awolowo durante um congresso do partido em Dezembro passado. «Eles estão obcecados pela ideia de que é seu destino governar... e consideram servos e inferiores todos aqueles que não pertencem à sua classe».

Quanto a Rimi, viu na violência de Julho do ano passado uma prova de que o *establishment* feudal e tradicional dos muçulmanos do norte está disposto a lançar mão de todos os recursos para combater qualquer tentativa de reforma social. «Esse terrível escândalo», diz ele, «confirma em grande parte o temor do povo nigeriano quanto ao papel partidário da política no apoio ao regime neofascista do NPN no nosso corpo político».

Não obstante, nem o UPN nem os dissidentes do PRP estabeleceram até agora os pormenores de uma plataforma para 1983; e, mesmo que o que o tivessem feito, a sua retórica não encontraria ecos no NPP nem no NPN. Alex Fom, secretário-geral do PNP, acusa o partido governamental de ser «desavergonhadamente materialista», mas, ao mesmo tempo, afirma que qualquer discussão de um programa «socialista» para a coligação oposicionista seria «uma perda de tempo». Da mesma forma, os dirigentes do GNPP são vistos como comprometidos com uma atitude moderada e «pragmática».

Evidentemente, os organizadores da coligação contra o NPN ver-se-ão praticamente de mãos atadas nos próximos meses, mas até mesmo uma pequena medida de sucesso na coordenação da estratégia eleitoral e no apoio aos principais candidatos traria prejuízos ao partido de Shagari. Durante algum tempo, o NPN desfrutou de maioria no legislativo, graças a uma aliança provisória com o NPP, mas agora controla apenas cerca de 40% dos lugares legislativos da Câmara e do Senado — enquanto que o presidente tem tido problemas com as suas medidas legislativas, como o demonstrou a disputa do ano passado em torno da distribuição do rendimento interno.

Por irónico que pareça, até mesmo a Lei Eleitoral proposta pelo governo tem visto a sua aprovação retardada devido a inúmeras revisões, tendo o próprio Shagari endereçado recentemente uma carta aos parlamentares, pedindo-lhes que se abstenham de introduzir novas emendas. Dizem as autoridades que, caso a lei seja aprovada rapidamente, as eleições de 1983 talvez tenham de ser adiadas por vários meses. □

Antes de Tripoli

OUA

O que está por detrás da maior crise da história da Organização de Unidade Africana. As manobras que visam boicotar a próxima cimeira da organização na capital líbia.

Alice Nicolau

ADDIS-ABEBA, Dakar, Harare — eis as três etapas mais recentes da desunião que estalou à luz do dia, com uma gravidade pouco habitual, na Organização da Unidade Africana (OUA) e que justifica vivos receios de estarmos em vésperas da divisão (tantas vezes profetizada, nunca consumada) do *forum* máximo do continente africano. Recapitulemos: a capital etíope foi palco, em 22 de Fevereiro passado, de uma reunião ministerial, que se destinava primordialmente a discutir a questão angustiante das finanças da OUA. Inesperadamente para muitos, a República Árabe Saharaui Democrática tomou assento na reunião na sua qualidade de 51.º membro da Organização. Foi o pretexto para que 19 países abandonassem os trabalhos e tornassem o conselho inoperante por falta de *quorum*. No dia 15 de Março, uma reunião da Agência Pan-africana de Informação, marcada para Dakar, foi boicotada por 14 países, que se indignaram ao tomarem conhecimento de que a delegação saharauí não estava presente nos trabalhos, porque o governo senegalês havia recusado entrada no país aos representantes da RASD, alegando que «não tinha conhecimento da existência desse Estado». No dia 31 de Março, na capital do Zimbábwe, nove países boicotaram a reunião de peritos da 6.ª comissão da OUA para protestarem contra a presença da RASD.

Neste sinuoso caminho, merece também especial referência uma singular reunião do Bureau, inicialmente marcada para a Nigéria, e que por reunir em Nairobi os chefes de Estado do Quênia, do Uganda, da Tanzânia e os ministros dos Negócios-Estrangeiros do



Congo, Gâmbia, Alto Volta, Lesoto e Líbia. Esta reunião, boicotada pelo outro membro do Bureau — Angola — por absoluta falta de validade e objectivo da sua convocatória, não tendo resolvido nada quanto ao problema que pretensamente divide a OUA — a admissão da RASD — representou uma vitória diplomática para a Líbia. Na verdade, convocada para «discutir a situação criada com a admissão da RASD», não discutiu nada disto, mas reafirmou a escolha de Tripoli como sede da XIX Cimeira da OUA. Significa isto que dois dos 19 países que abandonaram a sessão de Addis Abeba assumiram agora, de certo modo, o compromisso de não boicotar Tripoli.

Este aspecto da questão tem a sua importância, porque a fractura surgida na OUA — não por causa da RASD, mas a pretexto dela — é dupla: dum lado, estão os países africanos enfeudados ao «consenso» norte-americano em África e no Médio Oriente, do outro, estão os regimes progressistas. Esta é, digamos, a fractura essencial que se produziu no seio da OUA e que tem estado desde sempre latente na Organização. Mas além desta, há outra que, secundária embora, vem

agravar a presente situação: a que separa a Líbia, por um lado, da Argélia e dos países progressistas da África Austral, por outro.

Há dois anos e agora

O conflito secundário a que acima aludimos já se patenteara na última cimeira da OUA em Nairobi. Recorde-se que na capital queniana, a OUA deu um espectacular salto para trás, passando por cima da admissão da RASD, aprovada por 26 votos em Freetown, para reconhecer o direito do povo saharauí à autodeterminação e fixar as modalidades de um cessar-fogo e referendo com vista a pôr termo à guerra no antigo Sahara Ocidental. Numa volta-face surpreendente para muitos, astuciosa para alguns, Marrocos reconheceu os direitos do povo saharauí e, na votação final, aprovou Tripoli como sede da próxima cimeira da OUA. Para os líbios, foi uma evidente vitória diplomática, cuja importância não é de mais sublinhar, quando se sabe como o regime progressista de Tripoli se encontra na mira do imperialismo em três frentes essenciais para a correlação mundial de forças: africana, árabe e petrolífera.



Muammar Kadhafi, futuro presidente em exercício da OUA

Contudo, e apesar de terem acabado por saudar os resultados dessa cimeira, tanto a Polisário como a Argélia como os Estados progressistas da África Austral não esconderam as suas reservas quanto à nova situação criada.

Na altura tal resultado foi possível porque Marrocos se encontrava permeável a pressões diplomáticas: a mudança do poder em França constituía uma incógnita para o regime de Rabat que se defrontava com uma periclitante situação interna (recorde-se os massacres de Casablanca) e sob o fogo da Polisário (que pouco antes lhe havia infligido uma dura derrota no campo militar). No entanto, era já visível que Marrocos cedia na aparência, apenas para ganhar tempo, esperando em que depressa poderia regressar ao ponto de partida.

As primeiras reuniões do comité *ad hoc* criado em Nairobi para determinar as modalidades de cessar-fogo e de referendo ainda puderam parecer favoráveis à causa da RASD. Mas, à medida que o tempo foi passando, a situação política internacional foi-se alterando: o «perigo» parisiense esfumou-se, os EUA assinaram um acordo de cooperação estratégica com Israel (adiante veremos as suas implicações), Marrocos foi apanhado na nova diplomacia norte-americana que progressivamente tem vindo a ocupar as posições anteriormente ocupadas pela França no continente africano e que ficaram totalmente desacreditadas com a vitória militar líbia no Chade.

Estes factores criaram uma nova situação mais favorável para Marrocos na sua luta contra a Polisário e fortaleceram o poder de manobra dos EUA sobre os Estados neocolonialistas africanos. Tudo isto viria a ter a sua tradução na «minicimeira» reunida em Nairobi, a chamada Nairobi III, e nos resultados que dela advieram. A tal ponto que podemos considerar Nairobi III como o verdadeiro ponto de ruptura da OUA. Foi a partir de então que o grupo reaccionário africano passou verdadeiramente à ofensiva, aproveitando a situação de vazio criada no Chade com a retirada líbia e o envolvimento de Rabat com Washington para adotar duas decisões de extrema gravidade: uma sobre o Chade, outra sobre o Sahara.

Na decisão tomada sobre o Chade, ficou a nu o verdadeiro objectivo da chamada força de intervenção pan-africana, cozinhada sob os auspícios do governo de Paris, depois de conseguida a retirada líbia daquele país. O governo chadiano foi convidado a entrar em negociações com a facção Hissene Habré e a comprometer-se com a instauração de um cessar-fogo e a realização de eleições para escolha de um regime «representativo». Quanto ao Sahara, Nairobi III fez uma inovação de peso: omitiu a definição das partes em luta no conflito, conferindo assim tacitamente o apoio da OUA à tese de Marrocos, segundo a qual a luta se trava entre Rabat e Argel e não entre as forças armadas marroquinas de ocupação e um movimento de libertação (ou, para maior rigor jurídico, entre dois Estados da OUA — o Marrocos e a RASD).

Estes resultados de Nairobi exigiam que a Argélia e os países progressistas da África Austral acelerassem



a solução da questão do Sahara. De facto, havia o risco imediato de internacionalizar o conflito, depois de Marrocos ter obtido armas e financiamentos dos EUA, conselheiros americanos e fundos da Arábia Saudita para uma guerra, cujo custo diário é avaliado em 3,3 milhões de dólares. A Argélia — que a própria OUA tacitamente passara a considerar como parte beligerante — encontrava-se directamente ameaçada. Mas não só. As novas relações entre Rabat e Washington transformaram a capital marroquina em ponta de lança da conspiração africana e internacional contra Angola. Rabat tornou-se a «capital diplomática» da UNITA e dos sucessores de Holden Roberto. Os encontros da Administração Reagan com os fantoches contra-revolucionários angolanos, as visitas de missões militares norte-americanas sucediam-se (e sucedem-se) na capital marroquina. Manietada pela emenda Clark, a Administração Reagan serve-se de Rabat para apoiar os fantoches anti-angolanos e para, através de Marrocos, lhes fornecer armas.

Como é evidente, tanto a Argélia como os países progressistas da África Austral tinham a maior urgência em fazer rebentar o abcesso da Polisario, obrigando a OUA a respeitar as decisões de Freetown, depois de se ter tornado por de mais claro que nem Marrocos nem as instâncias da organização pan-africana iriam solucionar pacificamente o conflito pelas modalidades acordadas na cimeira do Quênia.

Até onde se julga saber, chefes de Estado africanos que tinham votado pela admissão da RASD em Freetown exortaram o secretário-geral da OUA a usar dos poderes que lhe são conferidos pelo Artigo 28.º da



A luta de libertação do povo saharauí tem provocado uma série de reveses militares e diplomáticos ao regime de Hassan II de Marrocos (na foto à esquerda). A admissão da República Árabe Saharaui Democrática no seio da OUA — finalmente desbloqueada administrativamente pelo secretário geral da organização, Edem Kodjo (na foto, em baixo) na reunião ministerial do Addis-Abeba — veio apenas comprovar até que ponto se encontra isolado o expansionismo de Rabat.

Carta da Organização, cuja aplicação ele vinha abusivamente protelando há dois anos. E foi assim que a RASD surgiu em Addis Abeba como o 51.º membro da OUA.



As finanças da OUA

SOMANDO-SE aos problemas políticos que dividem a OUA, existe um outro, igualmente ameaçador para a sobrevivência da Organização: o financeiro. Neste momento, a OUA tem um défice de 20 milhões de dólares. Os 19 Estados que abandonaram a reunião de Adis-Abeba fornecem 30% do financiamento da Organização. Cinco outros Estados, considerados neutros, representam 25%. Mas dois destes «neutros» têm um grande peso financeiro: o Egipto e a Nigéria (10% cada um). Saliente-se que os 19 Estados divisionistas de Adis-Abeba dizem que contam com um 20.º apoiante, o qual, segundo se supõe, é o Egipto.

A ligação entre os problemas da OUA e do Médio Oriente é bem visível também nesta questão das finanças, pois os países árabes da Organização — Egipto, Líbia, Marrocos, Tunísia, Argélia e Sudão — contribuem em conjunto com 41,3% das finanças do «forum» africano.

É também curioso assinalar o facto de alguns dos países boicotadores da reunião de Adis-Abeba (que, como dissemos, ia discutir o problema financeiro) serem, por coincidência, grandes devedores. É o caso do Sudão, Marrocos, República Centro-Africana, Costa do Marfim, Zaire, Somália... Alguns desses Estados não pagam as suas anuidades desde... 1965.

Também é verdade que a grande maioria dos Estados membros — quarenta — se encontra em situação de dívida para com a OUA. A isso não escapam os próprios países progressistas e mesmo alguns dos considerados ricos no contexto africano. A Líbia e a Argélia contam-se entre esses países, mas prometeram regular muito em breve as suas dívidas. Madagascar, a Etiópia e Moçambique também devem dinheiro.

O Estado que mais dinheiro deve à OUA é exactamente o Egipto: 3 713 569 dólares. A Organização estava a contar com uma rápida entrega deste capital para minorar os efeitos do seu défice. Se o Egipto boicotar a cimeira de Tripoli, a Organização ver-se-á ameaçada de paralisia, a não ser que a Líbia e a Argélia se apressem a pagar os mais de quatro milhões que em conjunto devem.

Segundo parece, a Líbia não teve conhecimento prévio desta admissão nem esteve envolvida no caso. Esta interpretação é lícita, pois, embora a Líbia continue a apoiar a RASD, a sua situação de próxima anfitriã da cimeira da OUA sofre claramente com as consequências da admissão do 51.º membro, uma vez que fornece aos Estados africanos reaccionários um pretexto muito oportuno para boicotarem o encontro de Tripoli. Se pensarmos nos trunfos diplomáticos que a Líbia espera da sua qualidade de anfitriã da cimeira e de presidente da OUA, compreenderemos como o regime de Tripoli tem vindo a considerar esta questão quase prioritária na sua política externa, de tal modo que um certo «abandono» da RASD em Nairobi, na cimeira anterior, e a própria retirada do Chade não terão sido estranhos a estes objectivos.

Durante todos estes meses, a Líbia tem desenvolvido intensa actividade diplomática junto dos países africanos procurando garantir que a cimeira não seja boicotada. A comparência da Líbia na reunião do Bureau em Nairobi deve ser entendida nesse contexto, e, como acima dissemos, saldou-se, ao que parece, pelo «ganho» de dois países.

Um ponto assente

No essencial o que divide a Líbia dos outros países africanos progressistas é apenas uma questão de «timing»: para a Argélia e seus apoiantes nesta questão, a admissão da RASD em 22 de Fevereiro em Addis Abeba era urgente e inadiável. Para a Líbia, era inoportuno.

Mas a Argélia já ganhou inquestionavelmente um ponto. Neste momento e para todos os efeitos, ainda que os países africanos reaccionários tentem agora contornar o problema, recorrendo ao estratagemas da exclusão de um Estado membro, a RASD é um «Estado» da OUA e o conflito armado desenrola-se entre dois «Estados» da OUA: a República Árabe Saharaui Democrática e o Marrocos.

É muito provável que daqui até Agosto próximo a Líbia desenvolva a sua acção diplomática junto dos restantes países africanos que pretextam o caso da RASD para boicotar a próxima cimeira, convencendo-os a separar a questão saharauí da realização da cimeira propriamente dita. Desde que Tripoli ganhe para esta causa um número suficiente de Estados que, conjuntamente com os países africanos progressistas e não reaccionários, cheguem para garantir o *quorum* à cimeira, toda a África tem sobejas razões de contentamento para saudar essa vitória diplomática líbia.

O que parece líquido, depois da reunião do Bureau em Nairobi, no dia 23 de Abril, é que o Quénia — presidente da OUA — não aceitará a mudança da sede da cimeira. Há também razões fortes para supor que pelo menos sete dos países que abandonaram os trabalhos em Addis Abeba estão ganhos para a comparência em Tripoli. Sob uma condição à qual decerto Kadhafi dará o seu acordo: que a questão da RASD fique «congelada» até à cimeira de Tripoli.

Algumas interrogações

A escolha da capital líbia para acolher a cimeira da OUA e a futura presidência da organização pan-africana reveste-se, nesta hora, de profundo significado político. Com efeito, nunca como hoje os conflitos africanos e do Médio Oriente estiveram tão perigosamente interligados.

Uma cláusula secreta do acordo de cooperação estratégica entre Israel e os EUA prevê que o estado sionista abrigue equipamento militar que Washington poderá utilizar para intervenção em qualquer ponto do Médio Oriente ou do continente africano. Além disso, prevê-se que Israel sirva de agente de vendas de armamento para países africanos (e de outras regiões). Estes dois factos reforçam a influência de Israel nos conflitos africanos, agravando ainda mais a velha aliança — inclusivé nuclear — entre o sionismo e a África do Sul.

Neste momento os sionistas tentam restabelecer laços diplomáticos com diversos Estados africanos. Se ainda o não conseguiram, já obtiveram bons resultados noutras esferas. Assim, uma visita que uma missão israelita, chefiada pelo «falcão» Ariel Sharon, ministro da Defesa, fez pelo continente africano em Novembro, foi coroada de êxito. Países visitados: o Zaire, o Gabão, a Costa do Marfim, a República Centro-Africana, a Nigéria e a África do Sul. Significativamente, os quatro primeiros citados foram alguns dos 19 Estados que abandonaram a reunião de Addis Abeba. De acordo com declarações do ministro israelita Sharon, essa viagem saldou-se em contratos de vendas de produtos (sobretudo militares) da ordem das centenas de milhões de dólares.

Apesar de a esmagadora maioria dos países africanos ter cortado relações com Israel depois de 1973, o certo é que os sionistas continuaram activos no continente africano. A central sindical israelita Histradut continua a operar em África por duas vias: formação de quadros sindicais (no Quénia, por exemplo) e investimentos directos (como na Nigéria). Os serviços secretos de certos países do continente como os do Quénia, Zaire, Libéria e Gana (antes do golpe do capitão Rawlings) actuam em coordenação com os sionistas.

Mas a ligação entre os problemas africanos e os do Médio Oriente passa ainda por outra via: a do petróleo. Como se sabe, há países africanos membros da OPEP. Destes, o mais importante, para o caso que nos interessa, é a Nigéria. Ora, a OPEP é dominada pela Arábia Saudita, que, conjuntamente com os Estados-satélites do Golfo, tem posto a sua política do petróleo ao serviço dos interesses ocidentais. Neste momento, Riad está vitalmente empenhada no consenso estratégico com Washington. Depois da queda do xá do Irão, finalizada — como parece óbvio — a vigência dos acordos de Camp David, chegou a hora de a Arábia Saudita exercer um papel político preponderante no mundo árabe «moderado», através de uma aliança privilegiada com os EUA. A Nigéria, que se

viu pressionada pelas companhias petrolíferas ocidentais a baixar os preços do seu petróleo, salvou-se dessa situação delicada mediante a intervenção saudita que ocorreu em seu auxílio. Acontece que Riad apoia o Marrocos contra a RASD, financiando mesmo o seu esforço de guerra, como acima dissemos. Será a influência saudita tão forte sobre a Nigéria que conduza este país a boicotar a cimeira de Tripoli? Uma primeira indicação no sentido contrário decorre do facto de os nigerianos terem recusado à última hora a reunião do «Bureau da OUA» na sua capital, obrigando-o a acolher-se a Nairobi.

Para os EUA e para os seus aliados no conflito do Médio Oriente (Sudão, Egipto) bem como para os estados envolvidos no cerco de bases que Washington montou no continente africano (Marrocos, Somália e Quénia) haveria todo o interesse em fazer falhar a cimeira de Tripoli. Por duas razões: pela derrota diplomática que isso representaria para um país progressista do Médio Oriente, do continente africano e da OPEP, e pelos efeitos que tal falhanço necessariamente teria sobre os problemas da Namíbia e do «apartheid». A divisão da OUA seria, fora de toda a dúvida, do maior interesse para o imperialismo.

Mas, por mais ligados que certos Estados africanos e afro-árabes estejam aos interesses imperialistas, há determinados comportamentos que eles não poderão assumir, sob pena de se isolarem nos seus contextos regionais ou de fazerem perigar os seus regimes. Daí que apesar de tudo seja previsível que países como o Quénia, a Tunísia, as Comores, o Niger, o Alto Volta, a Libéria, a Gâmbia, estejam presentes em Tripoli. Quanto à Nigéria, seria um passo demasiado imprudente para um país tão preponderante em África colocar-se como um dos covetores da OUA. Tanto mais que as pressões exercidas sobre Lagos não são apenas do lado dos «anti-RASD». Os saharauis também têm o seu peso diplomático na Nigéria.

Por mais grave que a situação seja neste momento, por mais ameaçador que surja o espectro da divisão, há dois factos a ter em conta: primeiro, os que jogam na divisão são manifestamente minoritários; segundo, a saída de certos Estados da OUA não constituiria, por si só, uma tragédia. Quando as tensões mundiais, a luta de classes a nível global, se exacerbam como nesta hora histórica, surge evidente aos olhos de todos que a unidade não se pode fazer por simples critérios geográficos. Que interessa que a OUA, como organização, defenda unanimemente a solução do problema namíbio e condene o regime do «apartheid», se, nas costas dos seus povos, traindo os superiores interesses da libertação do continente africano, certos governos se aliam directa ou indirectamente com Pretória e seus apaniguados? Uma vez mais, a crise da OUA põe de manifesto uma grande verdade: a libertação da África passa também pela libertação de cada um dos seus povos, pelo fim dos regimes neocoloniais, pela queda dos que ousam em Nairobi III ditar soluções do passado a alguns dos problemas mais prementes do presente da África. □



VESPER
Importação e Exportação

Empresa de capitais mistos Luso-Angolana

Associadas:

IMPORTANG U.E.E.

Central Angolana de Importação

EXPORTANG U.E.E.

Central Angolana de Exportação

ANGODESPACHOS U.E.E.

Empresa de Despachos Alfandegários de Luanda

COTECO

Sociedade de Cooperação Técnica e Comercial, Lda.

Comércio Geral de
Importação e Exportação
Representações, Serviços,
Actividades Conexas e
Agência de Empresas
Nacionais e Estrangeiras

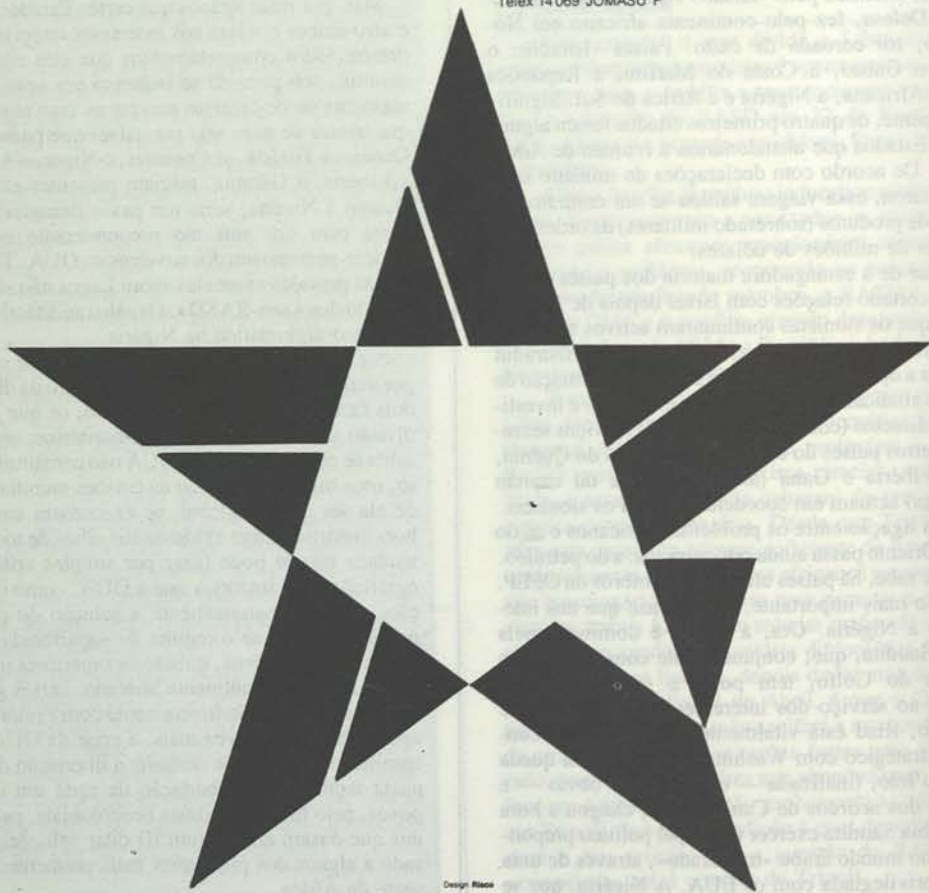
VESPER

Importação e Exportação, Lda.

Av. António José de Almeida, 44, 1.º-D.
1000 LISBOA Portugal

Telefs. 73 11 23 | 73 13 23 | 73 14 23

Telex 14 069 JOMASU P



Design: Nicas

S. Tomé e Príncipe



Da escravatura à libertação

A história de S. Tomé e Príncipe são cinco séculos de monocultura e escravatura, as duas faces da mesma moeda. E de incessante revolta

Carlos Pinto Santos

SE se perguntar a um estudante europeu ou americano a localização da República Democrática de S. Tomé e Príncipe é quase certo que ele nos olhará silencioso ou balbucie uma região do globo que poderá ser as Caraíbas ou, na melhor das hipóteses, a África e é habitual que esse desconhecimento seja extensivo até a um africano. Salvam-se dessa ignorância universal os povos de língua portuguesa, os africanos por possuírem um passado comum, os portugueses que aprenderam na escola ter S. Tomé e Príncipe pertencido ao império, mas não são muitos os brasileiros a saber que alguns dos seus antepassados vieram há séculos de duas pequenas ilhas da Baía do Biafra, no grande Golfo da Guiné, precisamente onde passa a linha do Equador.

Análogo mutismo se encontrará na informação internacional. Quem procurar saber quem são e como vivem 96 mil pessoas num país que não chega a ter 1000 km², terá de percorrer a imprensa angolana ou moçambicana porque na portuguesa é necessário esperar um acontecimento político importante (ou feito importante) para se descobrir algumas linhas numa página interior, e desse esquecimento noticioso não está isento *cadernos do terceiro mundo* onde a última referência a S. Tomé e Príncipe foi feita na edição de Janeiro de 1980.

Fotos de Aires Cruz e Manuel Nazaré

E no entanto é um país fascinante: pela beleza da terra, por um passado secular de revolta, pelo carácter da sua gente, pelos contornos do seu desenvolvimento actual.

Cadernos do terceiro mundo esteve um mês em S. Tomé e Príncipe, durante o qual percorreu grande parte do país, entrevistou o presidente, conversou com ministros e mais responsáveis, contactou com uma população hospitaleira. Disso resultou a reportagem que se segue.

Entrepasto de escravos

As ilhas que hoje constituem a República Democrática de S. Tomé e Príncipe foram visitadas pela primeira vez, a maior em 21 de Dezembro de 1470 (dia do apóstolo S. Tomé) e a menor a 17 de Janeiro de 1471, dia de Santo António (mais tarde o seu nome foi mudado para Príncipe «porque dela se tirava um tributo para o filho mais velho d'El-Rei») por navegadores portugueses que a mando do rei Afonso V exploravam a costa ocidental africana, não só movidos pelo interesse científico mas sobretudo atraídos pelo comércio do ouro e do marfim.

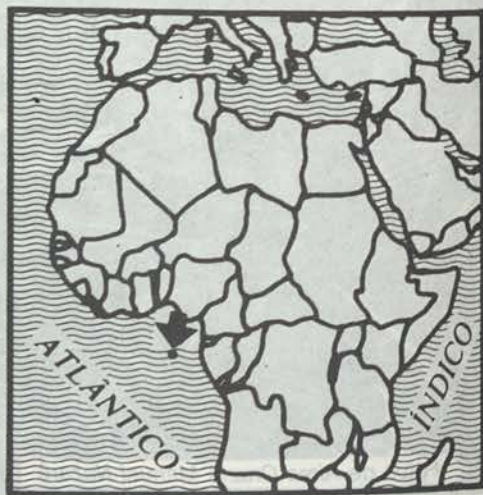
Ainda no século XV foi introduzida em S. Tomé e Príncipe a cultura da cana-de-açúcar por recomendação do rei aos seus mandatários que levaram para o território os primeiros colonos — judeus, degredados e toda a espécie de criminosos — a quem foi concedido «a cada um, uma escrava para dela se servir e a dita ilha povoar». Com os engenhos de açúcar, a exploração de madeiras, o cultivo da pimenta e outras especiarias, surgiu o comércio de escravos que rapidamente se transformou no principal sustentáculo da economia das ilhas.

S. Tomé foi durante séculos o mais importante entreposto de escravos da África ocidental que, capturados da costa da Guiné à costa angolana, por ali passavam a caminho das plantações açucareiras do Brasil, substituindo nos engenhos os índios dizimados pelas guerras e moléstias levadas pelos portugueses. Segundo os historiadores, que se basearam nas contabilidades das autoridades coloniais da época, ao longo do século XVI partiam anualmente de S. Tomé mais de 30 mil escravos para o Brasil, Portugal e Índias Ocidentais.

O ciclo do açúcar e as revoltas dos escravos

A indústria açucareira desenvolve-se rapidamente em S. Tomé e Príncipe a partir do início do século XVI. Estimulada pela população judia, permite às

Superfície total: 971 km² (S. Tomé, 857 km², Príncipe, 114 km²). As duas ilhas distam 150 km (82 milhas) entre si, estando o Príncipe separado do continente por 160 milhas



ilhas manter um importante comércio de exportação que atinge o Mediterrâneo e a Europa. Em 1554 S. Tomé conta sessenta engenhos que produzem 150 mil arrobas de açúcar vindo a atingir 400 mil arrobas por volta de 1624. É o *Ciclo da cana-de-açúcar* que perdurará dois séculos.

O desenvolvimento da monocultura açucareira é acompanhado bem cedo pelos levantamentos da mão-de-obra escrava que resiste durante três séculos numa longa *Guerra de Mato* feita de ataques de surpresa e retiradas rápidas para a floresta.

A primeira revolta de que há registo deu-se em 1517 desencadeada pelos escravos de uma família de grandes proprietários de nome Lobato a que se juntam escravos de outras plantações. Em 1530 eclodiu a rebelião chefiada por um escravo cego conhecido por Johann ou Yon Gato. Mais tarde, em 1574, estalam as revoltas dos «angolares», segundo a tradição sobreviventes de um naufrágio de barco negreiro verificado junto às costas de S. Tomé e que se teriam estabelecido entre 1540 e 1550 numa zona despovoada da ilha. Armados de arcos e zagaias os angolares arrastam outros escravos, invadem as roças e a cidade, incendiam plantações, destroem engenhos de açúcar e atacam a fortaleza de S. Sebastião. Em 1585 provocam um incêndio que destruiu grande parte da cidade de S. Tomé.

Porém a mais célebre revolta dos angolares foi chefiada em 1595 pelo lendário rei Amador cujo perfil está hoje impresso em todas as notas de banco da República. Aproveitando-se das rivalidades entre o governador e o bispo, consegue conquistar o controlo quase total da ilha e da cidade proclamando-se rei. Domina o território durante um ano até que os portugueses usando a astúcia e a traição de alguns dos seus companheiros, conseguem capturá-lo e executá-lo.

Vencida a revolta do rei Amador, os angolares regressam aos seus redutos na floresta, os *Kilombos*, donde continuarão a desencadear surtidas contra as plantações e a cidade.

A *Guerra do Mato* não cessa até meados do século XVIII, coordenando a população rebelde muitas vezes as suas acções com os ataques de corsários franceses e holandeses (que vêm interferir no comércio português) e com os motins das guarnições militares.

A desorganização do poder colonial e a instabilidade permanente causada por um constante clima de revolta provocam a fuga dos roceiros sobretudo para o Brasil e conduzem ao declínio acelerado da produção do açúcar. De novo a economia de S. Tomé fica praticamente limitada ao tráfico de escravos.



Effigie do rei Amador, chefe da mais célebre revolta de escravos do século XVI. Hábil estratega, teve o domínio quase total da ilha de S. Tomé durante um ano

O ciclo do cacau e o contrato

Intensamente cobiçado nos mercados europeus, o café tipo arábica é transportado do Brasil para S. Tomé no ano de 1800. É o *Ciclo do Café* que vai até 1822, ano da introdução do cultivo do cacau. A partir de então, devido às condições excepcionais do clima e do solo, e à alta rentabilidade da nova cultura, S. Tomé e Príncipe transforma-se na terra do cacau. A febre do lucro que se apodera dos colonos faz relegar para segundo plano todas as outras culturas, mesmo a do café, arruinando a agricultura de subsistência e obrigando à importação da quase totalidade dos produtos alimentares, situação que ainda hoje caracteriza a economia do país.

O *Ciclo do Cacau* desenrola-se com profundas alterações da posse da terra. Os antigos proprietários que tinham ficado no país e os que se lhes juntam usurpam (através de burlas, da protecção da administração colonial e do uso da força e massacres) grandes extensões de terra aos naturais que dela se tinham tornado donos no decorrer dos séculos anteriores. Em meados do século XIX as duas ilhas ficam assim divididas em grandes roças pertencentes a um reduzido número de proprietários.

A abolição da escravatura nas colónias portuguesas em 1869, depois de dezenas de anos de pressões internacionais sobre o governo de Lisboa, veio abalar a produção do cacau, a qual exige abundante mão-de-obra. Na posse da *carta de alforria* que os libertava, pelo menos à face da lei, da sua condição de escravos, os *forros* recusam o trabalho nas roças e resistem ao recrutamento forçado que camufla a escravatura: o *contrato*.

Esta nova forma de servidão, que persistiu até à década de 50 do nosso século, apesar das constantes denúncias reveladas à opinião pública e das sanções

internacionais a que o governo português é sujeito, consistia na angariação compulsiva de trabalhadores que eram transportados para as plantações onde ficavam submetidos a um cruel regime de trabalho. (*)

Perante a arregaçada resistência dos santomenses ao trabalho forçado, as autoridades coloniais viram-se na necessidade de procurar noutras colónias a mão-de-obra reclamada pelos roceiros. Dezenas de milhares de angolanos, moçambicanos e mais tarde cabo-verdianos foram então enviados à força para as ilhas do cacau. A maioria dos registos que poderiam fornecer dados exactos sobre a importação de trabalhadores perdeu-se no tempo e os que chegaram até nós apenas dão números parciais. No entanto sabe-se, por exemplo, que entre 1876 e 1900 entraram em S. Tomé 55 mil angolanos; de 1901 a 1928 foram cerca de 100 mil vindos de Angola, Moçambique e Cabô Verde. Em 1956 chegaram 4 mil «contratados». (*)

Se atendermos a que o censo de 1960 assinala para S. Tomé e Príncipe 63 mil habitantes e que o repatriamento de trabalhadores durante a época do contrato foi bastante reduzido, temos de constatar que a despro-



Desenho popular santomense integrando os dois elementos que dominaram a história das ilhas: escravatura e cacau

★ Uma imagem elucidativa dos métodos coloniais é dada pelo horário estipulado no Regulamento do Código de Trabalho Indígena de S. Tomé e Príncipe de 1947: 5.30 horas, alvorada; 6.30 h, formatura, chamada do pessoal e distribuição de serviços; 8.00 h, pausa de meia hora para o mata-bicho; 8.30, serviço até ao meio-dia; 12.00 h, segunda refeição e repouso até às 14 horas; 14.00 h, serviço até às 18 horas; 21.00 h, apagar as luzes, encerramento exterior das habitações e silêncio. Era, no entanto, habitual que os administradores das roças obrigassem os trabalhadores a horários semanais superiores a 70 horas privando-os do descanso dominical. As faltas eram severamente punidas. Aos que tentavam pela primeira vez a fuga era-lhes marcado um F no peito com um ferro em brasa, à segunda amputava-se-lhes uma orelha ou um dedo do pé. A morte era o castigo que esperava os trabalhadores apanhados pela terceira vez, que eram geralmente lançados nas fornalhas.

★ Os dados relativos ao tráfico de escravos e ao «contrato» foram retirados de «Contribuição para a História de S. Tomé e Príncipe...» de Carlos Espírito Santo e «O tráfico de escravos negros. Séculos XV até XIX», Edições 70.

porção dos números só pode ser entendida por uma elevadíssima taxa de mortalidade provocada pelo inumano regime colonial.

O massacre de Batepá

«Há muitos anos morreram aqui muitas pessoas», disse Fernando, 15 anos de idade, guardador de cabras durante a manhã, estudante do 3.º ano do ensino secundário à tarde, apontando as terras verdes que estão diante de nós. Nesse dia quente de Dezembro de 1981 é difícil imaginar que ali, na antiga roça da Saudade entre as ruínas do hospital e a única parede que resta da casa onde nasceu o escritor-pintor Almada Negreiros, homens, mulheres e crianças foram massacrados no mês de Fevereiro de 1953 pela fúria dos colonos.

Face à necessidade de diminuir a importação de contratados, que as sanções internacionais dificultavam cada vez mais, a administração colonial tinha intensificado nos últimos anos as rusgas em S. Tomé para recrutar mão-de-obra. A resistência dos santomenses e o propar de boatos lançados pelos próprios roceiros referindo planos de assalto a postos policiais, fez o governador armar centenas de colonos que se lançaram contra povoações indefesas queimando casas e matando gente indiscriminadamente. A repressão alastrou pelo interior da ilha após a morte pela população indígena de um oficial que chefiava um grupo de colonos e em duas semanas mais de mil pessoas foram assassinadas.

No inquérito efectuado, o governo português concluiu que se tratara de acções provocadas por comunistas e louvou por competência e zelo o governador que ordenara o massacre conhecido pelo nome da pequena povoação onde se iniciou a chacina —Batepá.

O fim do colonialismo

Na mesma época histórica em que surgem os movimentos de libertação das outras colónias portuguesas, um grupo de nacionalistas funda em Setembro de 1960, na ilha de S. Tomé, o Comité de Libertação de S. Tomé e Príncipe (CLSTP), que no ano seguinte participa em Rabat, em conjunto com o MPLA, PAIGC e FRELIMO, na criação da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP) destinada a fazer convergir as acções político-militares dos movimentos na luta contra o domínio português. Em 1962 a OUA reconhece o CLSTP como único e legítimo representante do povo de S. Tomé e Príncipe.

Instalada em Accra (Gana), até ao golpe militar de 1966 que depôs Kwame N'Krumah, a direcção do Comité sediou-se sucessivamente em Brazzaville, Santa Isabel (então capital da Guiné Equatorial) e mais tarde em Libreville.

No congresso de 1972 realizado em Malabo (Guiné Equatorial) é tomada a decisão de transformar o CLSTP em Movimento de Libertação de S. Tomé e Príncipe (MLSTP) para o cargo de secretário-geral do qual é escolhido Manuel Pinto da Costa.

Neste território insular de reduzidas dimensões, a luta anti-colonialista assentou na denúncia do modo de trabalho roceiro e na consciencialização nacionalista da população a quem eram destinadas as missões radiofónicas transmitidas regularmente de Libreville.

Os anos que antecederam o derrube do regime colonial-fascista português decorreram nas duas ilhas sem os grandes acontecimentos que a guerra fazia registar nas três frentes de combate. Porém, após o 25 de Abril de 1974, a opinião pública portuguesa descobre subitamente que também na população de S. Tomé e Príncipe está enraizada uma vontade nacionalista até aí ignorada.

Para isso contribuem as manifestações de apoio ao MLSTP (no comício promovido em Julho pela Associação Cívica pro-MLSTP chegaram a reunir-se 20 mil pessoas), as reivindicações e as acções de protesto dos trabalhadores das roças e dos serviços públicos, as greves dos estivadores e as movimentações da população contra os aumentos dos preços.

A independência

As negociações entre o governo português e o MLSTP, iniciadas em Setembro de 1974 em Libreville, concluem-se sem problemas de maior a 26 de Novembro, com a assinatura do Acordo de Argel, que fixa a independência do país para 12 de Julho de 1975. Em Dezembro toma posse o Alto Comissário de Portugal em S. Tomé e Príncipe e a 21 do mês entra em funções o Governo de Transição, tendo como primeiro-ministro Leonel D'Alva, membro do Bureau Político do MLSTP.

A 17 de Março de 1975 no seguimento de um conflito que opõe a direcção do MLSTP ao Alto Comissário Pires Veloso, a propósito da dissolução de parte do corpo do Exército português constituído por militares santomenses, Manuel Pinto da Costa chega a S. Tomé, antecipando o seu regresso apenas previsto para o dia da independência. Ainda neste mês surge publicamente o primeiro conflito interno do MLSTP quando o Bureau Político decide demitir dois membros do Governo de Transição ligados à Associação Cívica: Gastão Torres, ministro do Trabalho e Pedro Umbelina, ministro da Comunicação Social.

Cinco dias antes da independência decorrem em todo o país as eleições para a Assembleia Constituinte com larga participação popular.

Em 18 de Setembro de 1975, a República Democrática de S. Tomé e Príncipe é admitida como o 140.º membro da Organização das Nações Unidas. A 30 de Setembro o presidente Pinto da Costa anuncia num discurso a nacionalização das 23 principais em-



12 de Julho de 1975. Com a assinatura da transmissão de poderes nasce o Estado de S. Tomé e Príncipe

presas agrícolas, o que significa que a partir de então o governo passa a dispor do controlo da economia do país.

Ameaças externas

Carlos Graça, ministro da Saúde desde o Governo de Transição, abandona o País em Janeiro de 1976 e do estrangeiro torna pública a sua dissidência, passando a partir daí a residir no Gabão de Omar Bongo, a quem o ligam laços pessoais de amizade.

Numa comunicação ao país, em Julho de 1977, o presidente Manuel Pinto da Costa denuncia pela primeira vez manobras imperialistas visando a desestabilização do regime e nos meses seguintes são efectuadas algumas prisões e julgamentos de indivíduos acusados de conspiração contra as instituições revolucionárias e o presidente da República. A situação agrava-se em Fevereiro de 1978 quando é destituído e preso — mas posteriormente absolvido — José Fret, ex-ministro da Administração Interna e membro do Bureau Político do MLSTP que é acusado de ligações a uma tentativa de derrube do regime e do presidente Pinto da Costa. Em paralelo a esta oposição interna, que segundo as autoridades de S. Tomé é liderada por Carlos Graça, desenvolve-se uma ameaça externa com o aparecimento de barcos não identificados ao largo das ilhas, violação do espaço aéreo por aparelhos também não identificados, desembarque de pseudo-náufragos e a entrada no país de estrangeiros suspeitos.

A situação política é considerada de tal forma grave que leva o governo de S. Tomé e Príncipe a denunciar internacionalmente propósitos de uma invasão estrangeira (embora as autoridades santomenses nunca tenham dito onde partiria a ameaça, as aten-

ções voltam-se inevitavelmente para o vizinho Gabão onde Bongo patenteava uma crescente animosidade em relação ao regime de S. Tomé e a pedir auxílio militar à Guiné-Bissau e a Angola. O contingente guineense das FARP, cerca de cem homens, permanece até Maio de 1980, enquanto o destacamento das FAPLA ainda hoje estaciona em S. Tomé e Príncipe.

Os acontecimentos do censo

Numa altura em que se faz sentir no país problemas de abastecimento de géneros, desenrolam-se em Agosto de 1979 os incidentes em torno do primeiro recenseamento pós-independência.

Não acatando a indicação oficial de permanecer em casa num domingo, a população de S. Tomé agita-se e recusa o recenseamento, o que dá origem a confrontos com as forças de segurança. Os incidentes, que, segundo o governo, elementos contra-revolucionários aproveitam e empolam politicamente, têm sobretudo origem na histórica aversão dos santomenses aos controlos administrativos efectuados pelas autoridades coloniais na época do contrato. A memória da opressão foi neste caso determinante em relação às explicações oficiais sobre a necessidade e vantagens do recenseamento populacional.

Caso Miguel Trovoada

Um mês após os acontecimentos do recenseamento regista-se um outro, largamente noticiado na Imprensa internacional: a prisão do ex-primeiro-ministro Miguel Trovoada.

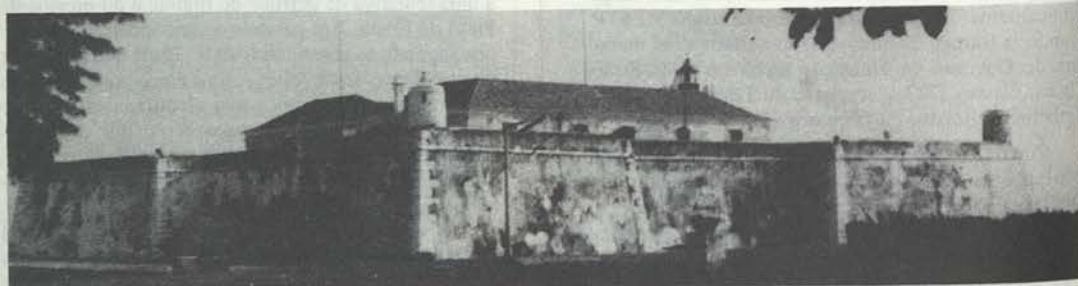
Num intervalo de uma reunião do Conselho Coordenador do MLSTP onde a sua política fora objecto de forte crítica, este antigo dirigente dos primeiros núcleos nacionalistas santomenses, resolve pedir asilo político na embaixada de Portugal. O encarregado de negócios, numa atitude que levantou grande controvérsia em Lisboa, nega a permanência na embaixada a Miguel Trovoada que encontra refúgio na subdelegação do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Oito dias mais tarde o antigo primeiro-ministro é retirado *manu militari* pelas forças de segurança e preso enquanto decorriam conversações sobre a sua situação.

Antes deste episódio o Conselho Coordenador já havia formulado contra ele graves acusações de «conivência na tentativa de desestabilização do país; conhecimento da tentativa de assassinato do presidente do MLSTP; aliciamento com vista à criação de divisionismo; não cumprimento das tarefas que lhe foram confiadas pelo MLSTP e pelo governo; fuga constante das responsabilidades». Expulso das fileiras do MLSTP, Miguel Trovoada ficou detido durante meses, sendo mais tarde libertado sem julgamento. Desde então estabeleceu residência no Gabão.

Os incidentes do Príncipe

Em fins de Dezembro de 1981, S. Tomé e Príncipe volta a ser notícia para os órgãos de Informação. Desta vez são os incidentes ocorridos em Santo António do Príncipe que, partindo de um baile público não autorizado, gera conflitos entre algumas dezenas de manifestantes e as forças de segurança. Exaltados os ânimos, no meio de protestos contra a falta de géneros numa época festiva (o Natal tinha sido na véspera) surgem pequenos panfletos manuscritos contra a «discriminação a que o Príncipe está sujeito» e exigem a separação imediata da ilha da República reivindicando uma independência de viabilidade política e económica extremamente duvidosa, se se tiver presente que a população da ilha conta pouco mais de cinco mil habitantes muitos dos quais originários da ilha de S. Tomé.

Face aos manifestantes concentrados junto das instalações militares, as forças armadas disparam algumas rajadas para o ar que provocam, no meio da correria gerada alguns feridos ligeiros. São efectuadas oito detenções no rescaldo destes incidentes, interpretados mais como uma expressão de descontentamento popular pelos problemas de abastecimento e uma sensação de abandono relativa à capital, do que uma vontade real de separatismo. Duas semanas depois, numa reunião distrital do MLSTP são expulsos do movimento seis membros por terem participado na manifestação. □



Antiga fortaleza de S. Sebastião (séculos XVI e XVII). Após a independência foi adaptada para Museu Nacional abrigando imagens vivas da história do colonialismo.



Alda Espírito Santo, presidente da Assembleia Popular Nacional, dirigente nacionalista histórica e figura cimeira da poesia santomense

NO começo de 1980 iniciou-se em S. Tomé e Príncipe o processo conducente à institucionalização do Poder Popular.

Precedidas de uma campanha de esclarecimento à escala nacional, as eleições para as Assembleias Populares Distritais foram iniciadas a 8 de Março de 1980. O voto, livre e directo, foi normalmente acompanhado por declarações dos eleitores — e nestes estiveram incluídos os trabalhadores estrangeiros residentes — sobre os motivos da escolha de tal ou tal delegado num «clima de participação popular extraordinário», segundo expressão de Alda Espírito Santo, presidente da Assembleia Popular Nacional e segunda personagem hierárquica do regime santomense.

As Assembleias Populares Distritais escolheram em seguida os 40 deputados da Assembleia Popular Nacional que, reunida em 12 de Maio, elegeu o presidente da República para o seu segundo mandato.

Os deputados são responsáveis perante os eleitores da circunscrição por onde foram eleitos, a quem têm de prestar contas de quatro em quatro meses, podendo ser destituídos pela Assembleia Popular Distrital.

A 21 de Dezembro de 1980 (data que passou a ser comemorada como «Dia do Poder Popular») foi adoptado um regulamento interno dos Órgãos de Base de Controlo Popular, segundo o qual os seus membros, que funcionam como auxiliares dos delegados das Assembleias Distritais, variam conforme o número de eleitores de cada uma das 124 circunscrições existentes.

«Uma experiência nova que está a ser enraizada no terreno mas ainda longe da perfeição desejada», segundo assinala Alda Espírito Santo ao comentar os resultados obtidos na introdução desta nova forma de poder do povo de S. Tomé e Príncipe. □



As verdes ilhas

Terra de vegetação exuberante, de riquíssimas flora e fauna, as ilhas guardam em si espécimens raros e curiosas estórias de bichos disseminadas no imaginário popular

ANTES mesmo de poisar na curta pista do aeroporto de S. Tomé (onde permanecem ainda as carcaças de dois quadrimotores utilizados na Guerra do Biafra), enquanto o avião sobrevoa a ilha em semicírculo é natural lembrar um velho projecto do governo português que propunha a alteração do nome de S. Tomé para Ilha Verde (*). A ideia reforça-se ao penetrar no interior das duas ilhas e se é envolvido pela vegetação exuberante da floresta virgem — o *obó* — onde se depara subitamente com plantas e árvores que recordamos apenas ter visto nos manuais escolares de botânica.

A abundância das chuvas de uma terra de micro-climas faz com que as mesmas espécies noutras regiões do planeta pareçam raquíticas quando comparadas às que se descobrem em S. Tomé e Príncipe.

Para fazer esses percursos no *obó* é necessário porém não pensar demasiado num eventual encontro com a cobra-preta, terrível bicho que atinge um tamanho de quatro metros e a grossura de uma coxa de homem, cuja mordedura é fatal se não houver socorro

(*) — Um antigo estudo do Instituto Português de Investigação Científica detectou em S. Tomé e Príncipe 55 tonalidades de verde.



Pelas suas extraordinárias dimensões este exemplar de oca é raro no mundo. Atente-se na proporção entre o homem e a árvore

do antídoto num período de 45 minutos. Mas se se confiar nas escassas probabilidades de a encontrar e acreditar que a cobra-preta só ataca quando pisada ou assustada, podemos então apreciar devidamente fetos arbóreos e begónias de cinco metros, bambus com dez. A lemba-lamba; trepadeira curiosíssima cujas sementes, levadas pelo vento, se depositam nos ramos altos das grandes árvores donde deitam uma haste que pende para o chão em que se fixa, retesando-se como uma corda, paralela ao tronco da árvore. Assim fixada deita rebentos que se enleiam ao tronco subindo por ele

até à copa. Depois cruzam-se, multiplicam-se e enlaçam de tal modo a árvore que esta, estrangulada, seca e morre. Fica apenas a lemba-lamba substituindo a árvore, cujo espaço está vazio. A oca, árvore centenária que pode atingir 80 metros de altura, como o exemplar da empresa agro-pecuária Monte-Café que tem um diâmetro na base de 15 metros e que permite arrumar sete jeeps entre as saliências das suas raízes!



Como para este miúdo da ilha do Príncipe que carrega duas grandes jacas, os frutos tropicais estão ao alcance da mão das crianças santomenses. Em segundo plano vêem-se as residências de trabalhadores da empresa agro-pecuária Sundy

A generosidade da terra

No discurso de 31 de Dezembro de 1981, proferido num tom frontal e severo, o presidente Pinto da Costa afirmou aos seus compatriotas que apesar de todos os aspectos graves da situação económica – baixa de produção, dificuldades de abastecimentos, falta de géneros essenciais – nunca eles conheceram a fome. O que é um facto incontestado.

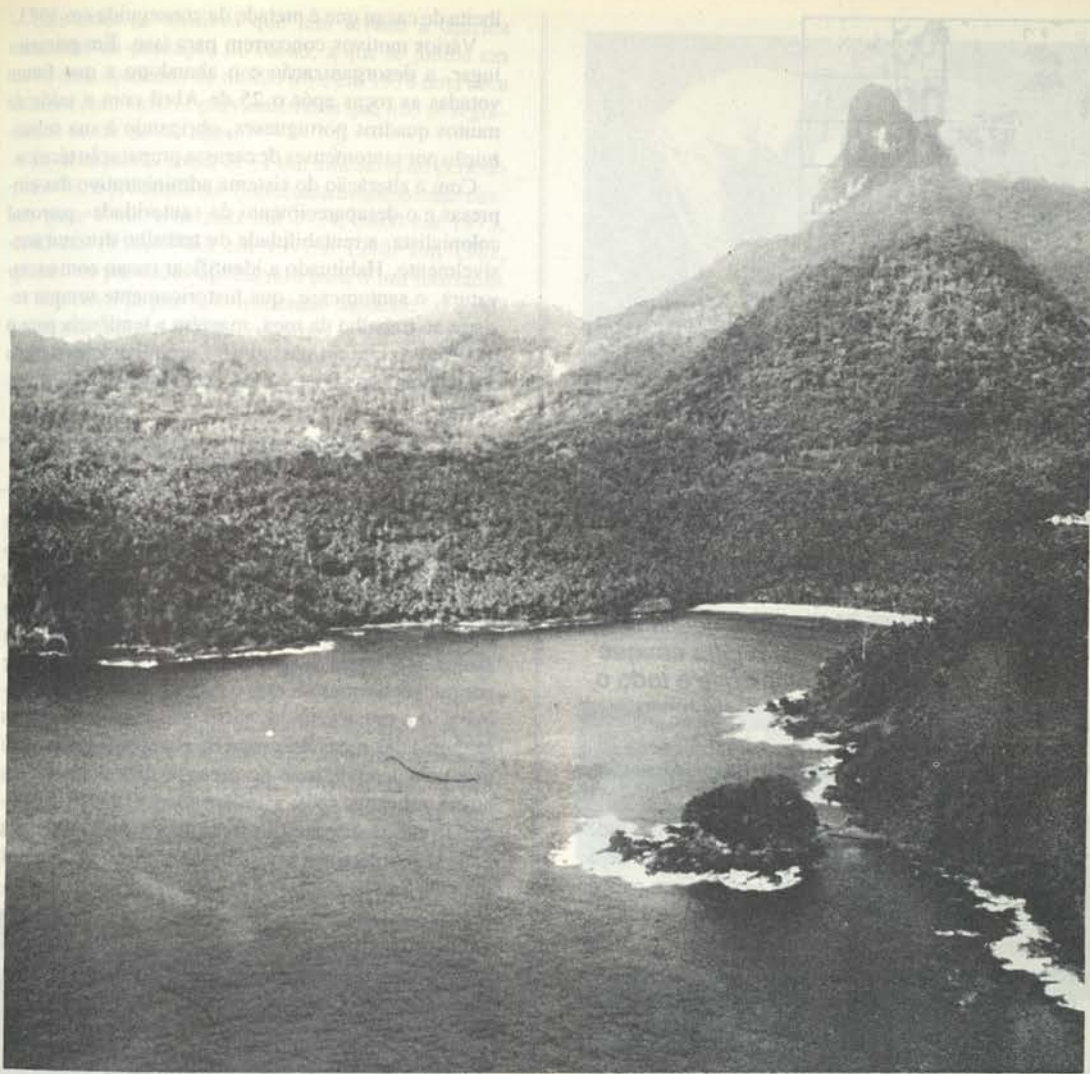
A terra é de tal forma generosa para os habitantes destas ilhas de verdes exuberantes, que terão sempre ao alcance da mão os meios necessários para uma dieta alimentar que não permitirá a presença do flagelo, comum a muitos países do continente, enquanto não faltarem a matabala, o inhame, as sete qualidades de banana, a fruta-pão que cai da árvore só quando está bem madura, a jaca, o mamão, a manga, não haverá em S. Tomé e Príncipe crianças de ventres dilatados, membros esqueléticos e olhos esbugalhados, imagem terrível de muitos países do continente.

Aos que entraram no obó chega-lhe um pouco de perseverança pa. a apanharem os caracóis do mato, grandes como ouriços (que põem ovos do tamanho dos de pomba) ou para caçarem morcegos e macacos que, assados ou estufados, são óptimos pitéus muito apreciados pelo santomense.

Uma história de pesca

O mar também não é padraço, dependendo a qualidade do pescado apenas dos meios de captura usados. Para os mais hábeis e melhor equipados, a caça submarina pode constituir um modo de vida.

É o caso de Lulo, o «rei» dos caçadores submarinos, lugar a que ascendeu depois de Xino nunca ter regressado da gruta para onde o tinha arrastado enorme



barracuda. Os mergulhos de 30 metros de Lulo significam 300 ou 400 quilos de peixes, não sendo necessários muitos disparos para que ele atinja este número: basta-lhe caçar corvinas e garoupas de 60 Kg, barracudas e tubarões de 200.

As tartarugas gigantes (por vezes com dimensões de um Volkswagen), Lulo, depois de as arpoar, monta sobre a carapaça e dirige-as para as praias onde elas lentamente expiram. E da tartaruga tudo se aproveita, a carne saborosíssima e requintada e a carapaça que os tartarugueiros pagam a bom preço como matéria-prima para as suas obras de artesanato.

Conta-se em S. Tomé uma curiosa história de pesca com honras de relato no jornal *Revolução* e que diz bem dos espécimes que habitam as águas profundas das ilhas.

O protagonista é um velho pescador que, quando se dedicava à faina diária na sua piroga de *oká*, sentiu uma violenta picada na linha e começou a ser puxado pelo mar afora numa corrida infernal que durou dois dias e duas noites. Durante essas horas intermináveis, o homem conseguiu resistir ao desejo – que decerto o assaltou muitas vezes – de pegar no machim e cortar a linha, libertando-se daquilo que assim o arrastava para muitas milhas de distância da terra. Não desistindo da luta e aguentando firme acabou por vencer quando, exangue, o peixe esgotou as forças. Foi então a vez do pescador arrastar a sua presa e remar para a praia onde todos já o tinham dado como desaparecido. Seguiu-se a consagração fixada na foto, exposta no mercado da cidade, do velho pescador posando orgulhoso junto de um peixe-sombra de 600 quilos. □



No ciclo do cacau

O cacau, que foi o símbolo da dominação colonial, permanece como o pilar em que assenta a economia santomense e todo o desenvolvimento do país

AO formar o seu primeiro governo após a independência, o Movimento de Libertação de S. Tomé e Príncipe recebeu em mão um país de estruturas económicas quase exclusivamente orientadas para a produção de uma só cultura, o cacau. Os restantes produtos que cobriam as roças — copra, coconote e café — tinham uma importância muito reduzida na economia das ilhas, representando nos anos em que o cacau atingia cotação apreciável no mercado internacional, apenas 5% do valor total das exportações. Esta situação, que se mantém quase sete anos volvidos após a independência, está hoje agravada por dois factos: uma brusca queda da produção do cacau em relação aos últimos anos da época colonial e uma acentuada descida do preço internacional do produto.

A primeira acção de soberania económica que o governo tomou após a independência, foi a nacionalização, a 30 de Setembro de 1975, das 23 principais empresas agrícolas do país (1).

Mas se a partir dessa altura o Estado santomense tem em seu poder o controlo da riqueza nacional, a situação herdada apresenta aspectos preocupantes que se traduzem numa acentuada quebra de produção: o primeiro ano de independência termina com uma co-

lheita de cacau que é metade da conseguida em 1973.

Vários motivos concorrem para isso. Em primeiro lugar, a desorganização e o abandono a que foram votadas as roças após o 25 de Abril com a saída de muitos quadros portugueses, obrigando à sua substituição por santomenses de escassa preparação técnica.

Com a alteração do sistema administrativo das empresas e o desaparecimento da «autoridade» patronal colonialista, a rentabilidade do trabalho diminui sensivelmente. Habitado a identificar cacau com escravatura, o santomense, que historicamente sempre resistiu ao trabalho da roça, mantém a tendência para o recusar e o que no passado foi uma bandeira da luta anticolonialista, hoje é uma barreira difícil de ultrapassar.

O envelhecimento do cacauzal

O envelhecimento das plantações é outro factor que contribui para a quebra da produção. Grande parte do cacauzal de S. Tomé e Príncipe já ultrapassou o período de rentabilidade máxima que se situa entre os cinco e os trinta anos, atingindo muitos arbustos idades superiores a 40 e por vezes 50 anos. Talvez porque pressentissem que o ciclo colonial se aproximava do seu termo, a partir da década de 60 os senhores das roças deixaram de renovar o cacauzal, o que veio a reflectir-se no presente. (A plantação de novos arbustos após a independência tem sido mínima, mas a substituição total do cacauzal velho faz parte dos objectivos prioritários do Plano Quadrienal iniciado em 1982).



A «apanha» é efectuada com a ajuda do «gancho» para os frutos mais altos ou com o machim para os mais baixos. O fruto é em seguida introduzido no saco que o trabalhador traz a tiracolo

São estes os motivos que têm levado à descida constante da produção do cacau, a que se juntou em 1976 uma epidemia de mildio (2) e em 1978 uma seca relativa com valores pluviométricos que não se registavam desde há 40 anos.

De uma média anual de 11 mil toneladas no período 1969-73, a produção da monocultura santomense desceu para 6 mil toneladas em 1974, 5800 em 1975, 4100 em 1976, 7 mil em 1977 e 1978. Em 1981, quando as previsões apontavam para 8 mil toneladas — objectivo já por si considerado modesto — a colheita não atingiu 5 mil, conforme anunciou o presidente Manuel Pinto da Costa no comício de 31 de Dezembro.

Brusca queda do preço internacional

A esta grave situação dos níveis de produção vem juntar-se uma brusca queda do preço do cacau no mercado internacional que de 4.600 dólares (170 mil dobras) por tonelada em 1977 passou a 1.600 dólares (60 mil dobras) em 1980, o que representou nesse período uma perda para S. Tomé e Príncipe superior a 500 milhões de dobras, ou seja, 13,7 milhões de dólares (3).

Para um país que depende de um só produto, em que todo o seu desenvolvimento económico e social tem de recorrer à entrada de divisas provenientes da sua venda, a quebra de produção e as flutuações de mercado tomam proporções dramáticas. Do cacau tem de vir tudo ou quase tudo: os projectos industriais, a reestruturação e a expansão do ensino, a institucionalização da medicina nacionalizada, a assistência social, enfim, todo o desenvolvimento do país. O cacau tem de pagar também a diversificação das culturas agrícolas na fuga à monocultura que impõe a dependência alimentar do estrangeiro.

Mas para se libertarem do cacau-todo-poderoso os santomenses só têm uma solução: produzir cada vez mais cacau. Isto mesmo dirá o presidente Pinto da Costa na sua entrevista. A situação de S. Tomé e Príncipe é similar à dos outros países de monocultura que ascendem à independência sem recursos minerais.

(1) À data da independência existiam cerca de 40 roças que se estendiam por 93% do território. Sujeitas ao redimensionamento verificado a partir de 1979 estão hoje agregadas em 15 Empresas Agro-Pecuárias (13 em S. Tomé e 2 no Príncipe) visando um melhor aproveitamento das infra-estruturas e das capacidades financeiras.

(2) Doença das plantas provocada por fungos.

(3) Em 1981, com o estabelecimento de um acordo internacional, o cacau chegou ao preço de 2300 dólares (85 mil dobras)/tonelada, mas no momento em que escrevemos o cacau de S. Tomé cotado na bolsa de Londres vale 2000 dólares (75 mil dobras)/tonelada. Um dólar corresponde a cerca de 36,5 dobras.



Fase da «quebra». Rachada a cápsula do cacau com um golpe de machim, extrai-se à mão as sementes, que estão envolvidas numa substância branca e gomosa. Após fermentarem e secadas em estufas mecánicas, as sementes adquirem o aspecto de um fava castanha avermelhada e o sabor característico do cacau



A escolha manual dos grãos é a última fase do processamento do cacau antes do enchimento dos sacos de exportação

A partir do produto que foi a sua corrente colonial, têm de fortalecer-lo para, alargando a corrente, poderem escapar. Por isso o Ciclo do Cacau não terminou em S. Tomé e Príncipe e muito tempo perdurará ainda.

A situação dos três outros produtos que completam o quadro das exportações é semelhante à do cacau: quebra acentuada de produção, envelhecimento das culturas, abandono de algumas áreas de exploração. O



A renovação completa do cacauzal está prevista até 1985. Na foto, novos arbustos plantados numa empresa do Príncipe

café, famoso no mundo pela sua qualidade, deixou de contribuir na folha de exportação, estando hoje a produção destinada unicamente ao consumo interno. O abandono a que foi sujeito, antes e após a independência, fez com que as 129 toneladas da colheita de 1974 se reduzissem para 75 em 1980 e menos de 40 toneladas em 1981. A produtividade actual é insignificante, rondando os 50 Kg por hectare, quando é possível e normal que atinja 1000 Kg por hectare.

Os projectos de recuperação

Foi com este sombrio panorama agrícola que a Assembleia Nacional Popular definiu, em Sessão Extraordinária realizada em Dezembro último, as linhas directrizes do Plano Perspectivo para o período de 1982-85. Nas longas conversas que tiveram com *cadernos do terceiro mundo*, os ministros do Plano, Henrique Pinto da Costa, e da Agricultura, Arlindo Gomes, relataram detalhadamente as intenções governamentais na recuperação agrícola que se extraem do Plano Perspectivo.

Como já se disse, foi decidido neste quadriénio a renovação do cacauzal, havendo o projecto de substituir em 1982 mil hectares, que passarão para 1500 nos anos seguintes e 2 mil hectares a partir de 1986, até cobrir a superfície total do monoproduto que será no entanto reduzida de 23 mil para 20 mil hectares, futura

extensão máxima. O projecto de renovação prevê a sua aplicação nas empresas onde as plantas são mais velhas, ao mesmo tempo que se elabora uma Carta do Cacau que indicará as zonas do país mais propícias ao arbusto. Se as condições climáticas e a rentabilidade do trabalho decorrerem favoráveis, está ao alcance de S. Tomé e Príncipe que as colheitas atinjam os níveis de outrora no termo do Plano Perspectivo.

Do mesmo modo se pensa renovar as oleaginosas com a plantação de novos palmares e coqueirais, havendo para isso projectos no quadro da colaboração com países da CEE (Comunidade Económica Europeia). Quanto ao cafezal, projecta-se alargar a actual superfície de 800 para mil hectares, renovando cerca de 80% da área total.

Disciplinar o trabalho

Todos os projectos estão, no entanto, condicionados a um elemento essencial — o empenho produtivo do trabalhador santomense. Nas conversas com dirigentes políticos, todos eles realçam este problema como o obstáculo determinante com que depara a luta contra o subdesenvolvimento em que o país está envolvido. Sem um aumento substancial da produtividade, sem uma alteração radical dos hábitos de trabalho, nada é possível.

O governo, o MLSTP e as outras organizações de massas têm, nos últimos anos, dedicado crescente

atenção a este aspecto. Nesse sentido vão importantes medidas legislativas aprovadas pela Assembleia Popular Nacional, campanhas de mobilização dos trabalhadores e permanentes acções de agitação e propaganda que tentam por diversos meios sensibilizar a população a participar mais activamente no processo produtivo.

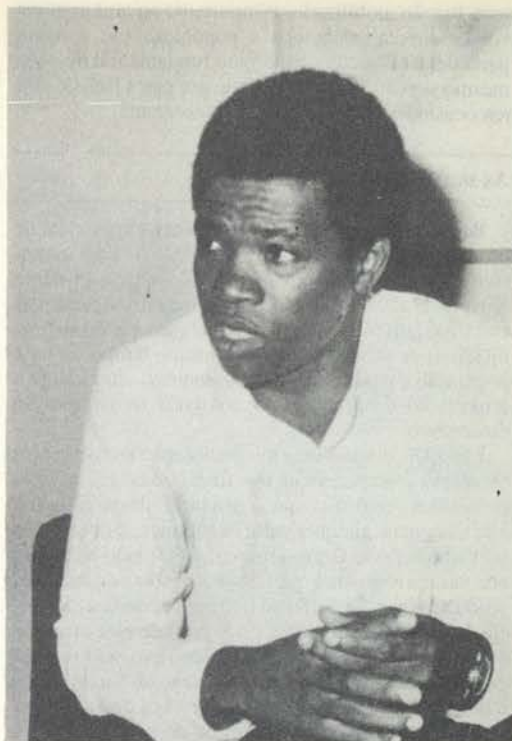
Têm sido introduzidas na vida do país, sobretudo a partir de 1979, leis visando diminuir o absentismo, a disciplinar a assiduidade ao trabalho e a combater o «amiguismo», o desperdício e a fuga às responsabilidades. A título de exemplo, cite-se uma resolução tomada na 2.ª Assembleia Extraordinária do MLSTP que prevê, para o não cumprimento do Plano em cada trimestre, «por razões inaceitáveis, nomeadamente negligência, fuga de responsabilidade, liberalismo e esbanjamento» a substituição imediata do «dirigente no sector, dependência, departamento, direcção ou organismo da administração central do Estado». Outro domínio — faltas por doença — a lei prescreve que sejam descontados no salário do trabalhador os três primeiros dias a 100 % e os restantes a 25 %. Uma falta não justificada significa um dia retirado nas férias anuais de 30 dias, direito de todos os trabalhadores de S. Tomé e Príncipe.

As normas do trabalho agrícola

Em Setembro de 1980 foi introduzida em três empresas agro-pecuárias uma experiência piloto que tenta vincular o salário ao trabalho. Depois de um ano durante o qual os técnicos observaram pormenorizadamente a capacidade produtiva de um trabalhador realizada em condições normais ao longo das sete horas de trabalho diário, foram estabelecidas as Normas de Trabalho Agrícola que incidem sobre todas as fases do processamento do cacau. Definiu-se assim qual o volume de trabalho que é possível realizar tendo em conta diversos factores. Para a «apanha», por exemplo, o número de sacos enchidos durante um dia por um trabalhador — que pode variar entre 6 e 20 — é estabelecido pelas características do terreno (se é muito accidentado, pouco ou normal); se o cacau está muito ou pouco maduro; se o grau de concentração dos arbustos é elevado ou baixo, etc.

Encontraram-se normas para a «capinagem», «arranque de tocos» (plantas de cacau mortas), «decoração» (capinagem à volta do cacauzeiro na fase de limpeza), «quebra» (extração das sementes do interior das cápsulas), «escolha» (selecção dos bagos), etc.

Segundo nos declarou o ministro Arlindo Gomes o governo pensa em estender até ao fim do primeiro semestre de 1982 a introdução das Normas do Trabalho a todas as empresas agro-pecuárias do país e de forma a abrangerem não só a produção do cacau mas todas as outras culturas. Existe também a intenção de estender a política de Normas do Trabalho a outros sectores da vida económica, depois de definida,



Henrique Pinto da Costa, ministro do Plano. Se os objectivos do Plano Perspectivo forem cumpridos, a economia do país registará um arranque decisivo nos próximos quatro anos

quantificada e avaliada a experiência que entretanto se vai obtendo.

A aplicação das Normas do Trabalho, até agora circunscritas a três empresas, não tem decorrido de maneira inteiramente pacífica. O carácter de obrigatoriedade produtiva fixado com influência no salário (3000 dobras de salário mínimo nas empresas-piloto) tem provocado reacções de recusa ao seu estabelecimento e disso se fez eco o presidente Pinto da Costa no comício de 31 de Dezembro.

A consciencialização do trabalho é permanente em S. Tomé e Príncipe: na organização de massas, através da rádio, nas intervenções dos responsáveis. No último dia de cada ano, durante o comício em que o presidente da República traça o balanço de doze meses e refere as perspectivas do futuro, faz-se a entrega de diplomas e prémios (que podem ser relógios, aparelhos de rádio, máquinas de costura ou bicicletas) aos trabalhadores que se distinguiram nas empresas.

As Campanhas de Trabalho Cívico efectuadas no período da grande colheita (Outubro a Dezembro) que levam nos fins-de-semana o pessoal dos serviços e os estudantes às plantações de cacau para jornadas de trabalho voluntário, além de proporcionarem a mão-de-obra exigida pelas empresas nesse período, têm

uma função mobilizadora importante ao tentarem envolver directamente toda a população (ou a maior parte dela) no sector económico fundamental do país, mesmo se o afincio demonstrado por esses trabalhadores ocasionais nem sempre seja excelente.

As novas culturas agrícolas

Para alterar a quase total dependência do exterior de produtos alimentares a que a condição de país monicultor obriga, os governantes de S. Tomé e Príncipe têm procurado desde a independência introduzir novas culturas agrícolas, desenvolver alguns produtos tradicionais de subsistência e, ao mesmo tempo, levar a população a modificar a dieta alimentar, aligeirando a importação de produtos só possíveis na compra ao estrangeiro.

Em 1977 iniciou-se, em colaboração com técnicos chineses, a experiência do arroz, mas cinco anos decorridos verifica-se que a produção desta gramínea não tem ainda qualquer valor económico. Sobre isso o ministro Arlindo Gomes refere não ter sido até agora encontrada resposta à questão de se saber se é rentável produzir arroz em S. Tomé e Príncipe, dada a exigência de grandes áreas planas e o grau de mecanização que este produto requer. Nada ficou provado na fase experimental, em que a mecanização foi bastante reduzida e os encargos de mão-de-obra elevaram excessivamente os custos. Chegou-se no momento à conclusão de que vários tipos de arroz se dão no país — o que muitos punham em dúvida — com rendimentos razoáveis da ordem das 3,5 toneladas por hectare em comparação com as 5 a 6 toneladas possíveis nos países desenvolvidos.

O alargamento da área do milho teve inicialmente níveis aceitáveis, mas no último ano várias causas contribuíram para uma acentuada queda de produção. Causas que vão desde o atraso verificado nas chuvas, não permitindo que as sementeiras se fizessem a tempo, à carência de peças sobresselentes para tractores e ao desvio de mão-de-obra para a colheita do cacau. Tudo isto, e também uma deficiente coordenação dos serviços agrícolas, fez com que, em 1981, dos 570 hectares preparados para o plantio de diversas culturas — não apenas de milho — apenas 140 receberam sementes, ou seja apenas 25 por cento.

Quanto aos demais produtos agrícolas, uns estão actualmente em fase de experimentação (como é o caso do feijão), outros alcançam já níveis de produção que permitem prever, para 1983, a sua auto-suficiência, como a cebola, produto de que o país era totalmente carente até há pouco tempo.

As potencialidades agrícolas de S. Tomé e Príncipe ainda não estão devidamente estudadas e os levantamentos que técnicos de diferentes nacionalidades realizam nesta fase de desenvolvimento levarão alguns anos a produzir resultados. É porém um dado adquirido que não faltam condições naturais para transformar o país num «jardim agrícola humanizado» (con-



O cruzamento do gado local com animais oriundos da Europa tem dado resultados animadores

forme expressão do ministro Henrique Pinto da Costa) auto-abastecido em produtos alimentares, alguns dos quais — especialmente hortícolas, frutas, produtos frescos e até floricultura rara tal como a rosa-porcelana — poderão futuramente incluir-se nas exportações quando forem criadas infra-estruturas adequadas, como por exemplo o alargamento urgente da pista do aeroporto.

A pecuária

Animal pouco exigente na sua alimentação e com óptimas capacidades de adaptação, o porco foi sempre a carne mais consumida pelos santomenses e estava habitualmente integrado na economia familiar. Em 1979, porém, uma grave peste suína alastrou por todo o país de tal forma que o governo, depois de ouvir veterinários da FAO, teve de tomar a drástica medida de abater todo o gado suíno existente e proibir por decreto-lei a sua criação doméstica. Salvaram-se deste abate generalizado os javalis de *obó*, não atingidos pela moléstia conforme asseguraram as pesquisas efectuadas.

Esta peste suína, que foi comum a muitos países africanos, asiáticos e latino-americanos não possuidores de medidas preventivas rigorosas, teve para a economia de S. Tomé e Príncipe efeitos graves ao sobrecarregar a lista de importações com a compra de mais carne ao exterior.

A situação actual permite, — segundo os veterinários da FAO que visitaram recentemente o país — retomar a produção de porcos sob rigorosas medidas sanitárias e em condições de muita segurança. Arlindo

Gomes pensa que no final do Planó Quadrienal se possa satisfazer 50% da procura e que antes da década de noventa a situação esteja normalizada.

O desenvolvimento de gado bovino para a produção de carne e leite começou há alguns anos com a oferta pelo governo holandês de 75 cabeças que, ao chegarem a S. Tomé e Príncipe, tiveram problemas de adaptação. Habitados aos ricos pastos dos Países Baixos, os animais ressentiram-se do clima e do terreno, feriam-se facilmente nas patas, contraindo infecções; alguns morreram pouco tempo depois. Num país sem infra-estruturas pecuárias, sem preparação de pastagens e experiência nesse domínio e com carência absoluta de forragens, as vacas têm tido forçosamente um rendimento bastante baixo, nomeadamente na produção de leite que ainda não é suficiente para cumprir o objectivo do governo, isto é, o total abastecimento dos hospitais e creches. O cruzamento com gado local tem-se efectuado com bons resultados e as crias entretanto nascidas demonstram uma maior capacidade de adaptação, o que justifica um certo optimismo neste sector pecuário. Em 1979, foi também importado da Europa um lote de cabras para cruzar com o gado ovino local e se poder perspectivar a utilização de leite de cabra.

A avicultura é desde 1977 considerada um sector prioritário da pecuária, ano a partir do qual se construíram muitos aviários para a produção de galinhas poedeiras e frangos de carne. O atraso de rações no último trimestre de 1981 fez com que nos pavilhões de 10 mil galinhas poedeiras a produção de ovos não fosse superior a dois mil diários e os frangos, que deveriam ter saído com um peso médio de 1.300 gramas, não ultrapassassem 700 gramas. Prevê-se para o ano em curso a produção de 6 milhões de ovos e 300 mil frangos, que é o objectivo do Plano, e para 1983 — com a construção de novos aviários e a instalação em curso de incubadoras — a autosuficiência neste sector.

Para que todos estes planos pecuários se cumpram há que resolver o problema do fornecimento das rações, alterando substancialmente a dependência do exterior, não só pelas divisas que o país é obrigado a despendar mas igualmente para evitar os prejuízos causados pelos atrasos dos carregamentos. E é nesse sentido que o ministro da Agricultura fala dos projectos de fabrico de rações em S. Tomé e Príncipe, utilizando milho, mandioca e farinha de bagaço de copra ou coconote rica em proteínas. Com o desenvolvimento da pesca, a produção de rações estará facilitada se for construída uma fábrica de farinha de peixe, aliás já projectada.

A pesca: lulas e atum

À primeira vista, peixe é coisa que não falta em S. Tomé e Príncipe. No mercado pode comprar-se por bom preço, e a qualquer hora, corvina, salmonete, voador, linguado ou tubarão, entre outras variadíssimas



Arlindo Gomes, ministro da Agricultura. Fazer com que S. Tomé e Príncipe não viva só de cacau

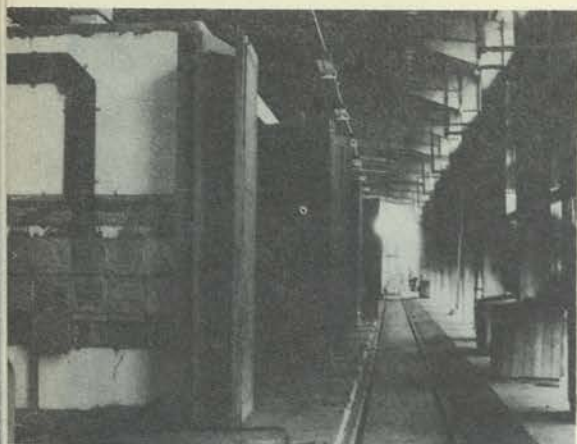
mas espécies, sendo raro o dia em que o santomense não come peixe. E só o pescador muito inábil regressa da faina de mãos vazias. Mas isto só é verdade em termos de pesca artesanal ou desportiva, porque para a pesca industrial é necessário sair das águas territoriais e navegar até à costa angolana e encher os porões do arrastão «30 de Setembro».

A razão é geológica e está na característica vulcânica das ilhas, que não têm plataforma continental, e sem esta não há abundância de pescado (*).

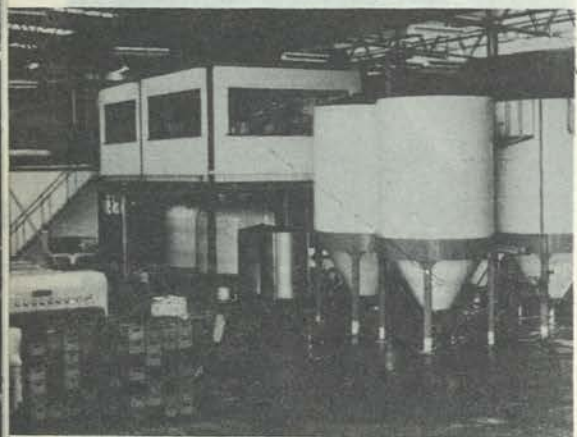
Há no entanto dois casos que habilitam o governo a acalentar esperanças na exploração da pesca industrial. O primeiro está na existência de bancos de lulas de uma espécie cujo peso atinge uma média de dois quilos; o outro é o facto de 40% do atum que faz a viagem entre o Golfo do México e o Mediterrâneo passar duas vezes em águas territoriais santomenses. E este último caso talvez possa explicar uma certa lentidão na conclusão de acordos pesqueiros visando a criação de empresas mistas com alguns países que operam na zona marítima de S. Tomé e Príncipe.

Está atribuída à secretaria do Estado das Pescas,

(* O mesmo se passa com os hidrocarbonetos: os prolongamentos dos *off-shore* petrolíferos de Cabinda ou do Gabão chegam muito provavelmente a S. Tomé — as pesquisas já realizadas parecem indicá-lo — mas é impossível extrair o cobiçado combustível a 3 mil metros de profundidade.



Nova Fábrica de Cerâmica: um avultado investimento virado para a construção de habitações



Numa época de grandes restrições na importação de vinho, o aumento da produção de cerveja adquire importância relevante

recentemente criada, a organização de uma estrutura para assistência à pesca semi-artesanal e proporcionar aos pequenos pescadores condições que facilitem a formação de cooperativas, ao mesmo tempo que se procura levá-los a aumentar a sua permanência no mar. Por outro lado, continua a preparação de quadros piscatórios, em Portugal e Cuba, para a formação de tripulações do arrastão «30 de Setembro» (com tripulantes cubanos e alunos santomenses) e de um novo barco que deverá começar a operar no decorrer deste ano.

Com a entrada em funcionamento, que se prevê para breve, do cais de pesca de Neves, passarão a existir condições para que a capital do distrito de Lembá seja o centro donde irradie o sistema de frio (com câmaras já instaladas em alguns pontos do país) que torne desnecessário o estacionamento — um mês por vezes — do «30 de Setembro» para conservar o pescado trazido no seu bojo.

Criar bases de arranque

Se as linhas orientadoras do Plano Perspectivo forem cumpridas no essencial, S. Tomé e Príncipe contará, em 1985, uma infra-estrutura mínima necessária ao seu desenvolvimento e começará a desbravar caminho para a libertação do cacau. O progresso da agricultura, o fomento de exportações, que não de produtos tradicionais, o incremento social ou a construção de habitações implicam a criação de bases materiais para que a imagem do país no futuro não permaneça apenas uma quimera.

Pegemos, por exemplo, no caso do turismo que, sob critérios selectivos e controlados, os dirigentes tencionam promover como recurso de captação de divisas estrangeiras. Não chegam as excelentes condições naturais, as belas praias, o fascínio das paisagens e pescarias frutuosas para se poder pensar em aproveitamento turístico. É necessário um sistema de abastecimentos regulares, ligações eficazes com o exterior, capacidade hoteleira, pessoal treinado.

Nada disto existe em S. Tomé e Príncipe, mas algo já está feito para suprir essas carências através de projectos prestes a entrarem em fase de execução e, nalguns casos, em obras quase concluídas. Assim:

Central Termo-eléctrica — Construção em três fases a iniciar no próximo ano segundo um projecto realizado pela empresa pública portuguesa EDP. Representa um investimento de 5,5 milhões de dólares financiado pelo Banco Mundial. O levantamento das potencialidades hidro-energéticas do país está efectuado e apesar de as terras serem muito permeáveis (o que levanta problemas na construção de albufeiras) há boas condições para o seu aproveitamento.

Aeroporto — Alargamento da pista, em cooperação com Portugal e Argélia, que deverá começar em meados do ano corrente e estar concluído no fim de 1983, e a ampliação da aerogare a efectuar por uma empresa brasileira. Projectos a serem financiados pelo Banco Africano de Desenvolvimento, com fundos da Nigéria.

Nova Fábrica de Cerâmica — Na entrada em funcionamento desta empresa — marcada para o 1.º de Maio deste ano — baseiam-se os planos de construção civil de todo o país que, se cumprir as 10 horas de produção diária calculadas, fabricará anualmente cerca de um milhão e setecentos mil peças, entre tijolos, placas de pavimento, telhas e derivados. Numa primeira impressão, este empreendimento de 5,5 milhões de dólares, construído com tecnologia e técnicos da República Democrática Alemã, parece excessivo para a dimensão do país, mas a ideia desvanece-se ao saber que a produção anual permitirá construir 144 apartamentos e 18 habitações tipo vivenda e tendo em conta que é intenção governamental substituir progressivamente as tradicionais casas de madeira sobre estacas, não só para proporcionar melhores condições de habitação à população mas também para proteger o parque florestal. A matéria-prima está garantida para



Um bloco de apartamentos prontos a serem ocupados por famílias de trabalhadores que mais se distinguiram na empresa agro-pecuária Monte-Café

20 anos, através de uma mina de argila situada apenas a 300 metros, e numa fase ulterior será anexada à fábrica uma olaria alimentada com barros nacionais de que foram feitas experiências satisfatórias na RDA;

Triplificar a produção de cerveja

Um outro projecto que assume importância relevante é o da ampliação da capacidade produtiva da fábrica de cerveja CETO numa época de grande restrição na importação de bebidas e vinho. A produção actual de 37 mil hectolitros anuais é manifestamente insuficiente, tornando-se um quebra-cabeças e um puro jogo de sorte quando a um santomense apetece beber uma simples cerveja. E se depois de muito procurada ele tem o prazer de a saborear, isso deve-se à rapidez com que a cerveja é preparada na fábrica das Neves onde o tempo de fermentação — em condições normais nunca deveria ser inferior a três semanas — nos períodos de grande procura chega a ser reduzido para 5 dias com uma razoável qualidade não só devida à boa água de S. Tomé mas que também tem muito da perícia (milagres, dizem os mais entusiastas) do técnico cervejeiro português em serviço na fábrica. Dois projectos de alargamento estão actualmente em estudo, um da Central de Cervejas Portuguesa sem financiamento próprio, o segundo da RDA com financiamento alemão e ambos apontando para a triplificação da produção, que se calcula poder vir a saciar a sede dos santomenses. □



Com a entrada em funcionamento em 1980 das novas Centrais Telefónicas de S. Tomé e Príncipe, o número de assinantes passou de 400 para 2000. Com a capacidade da rede já esgotada, está prevista a sua ampliação no início de 1983 que permitirá a inclusão de mais 3000 assinantes. Na foto, a Central Telefónica de Santo António do Príncipe.



Estação Terrena de S. Marçal. Esta moderna central de telecomunicações, inaugurada em Novembro de 1980, com uma potência de recepção de 4095 megawatt, desfez muito da solidão das ilhas ao facilitar extraordinariamente a rede telefónica com o mundo e permitir a instalação de telex. Através de satélite, três canais directores fazem a ligação com a Estação de Sintra, em Portugal, donde é distribuído todo o tráfego; e três outros circuitos entrarão brevemente em funcionamento, dois com Angola e um com a Argélia. O financiamento foi argelino e a tecnologia japonesa, funcionando a Estação com técnicos nacionais formados na Argélia e Portugal.



Desejo de conhecer

A população escolar triplicou desde a independência e o orçamento destinado à Educação é quatro vezes maior

NÃO se confinando na explosão escolar em contínuo ascenso desde a independência, a vontade de aprendizagem historicamente reconhecida no santomense é uma constatação fácil para quem visita S. Tomé e Príncipe. Verificado na observação pessoal, citado nas conversas dos dirigentes e responsáveis educacionais, esse desejo de conhecimento é testemunhado por professores estrangeiros cooperantes que descrevem diversos exemplos comprovativos. Sejam casos dos jovens professores-estudantes a ensinarem de manhã na escola primária ou no ciclo preparatório e à noite são alunos do secundário, a frequência regular às aulas de educandos — crianças por vezes — que têm de percorrer dez quilómetros no caminho da escola, a assistência aos cursos nocturnos de funcionários médios e superiores que durante o dia trabalham em gabinetes ministeriais, são quadros militares ou mesmo directores de empresas, etc. A valorização do livro didáctico, que é escasso, subvencionado pelo Estado (um manual escolar que custa ao ministério 200 dobras é cedido ao aluno por 100) e que no fim do ano deverá transitar para os mais novos, é outra característica verificada.

Analisando a realidade do ensino em número diga-se que entre 1974 e 1981 a população escolar triplicou, rondando actualmente os 30 mil alunos e que o orçamento para a educação quadruplicou, passando

de 23 para 91 milhões de dobras (de 630 mil para 2,5 milhões de dólares).

Todo o ensino é gratuito dependendo anualmente o Estado de S. Tomé e Príncipe 90 dólares na preparação de uma criança quando a média em África não vai além de 40 dólares. De acordo com o ministro da Educação, Rafael Branco, o ensino primário de três turnos, que abrange crianças dos 6 aos 14 anos, cobre 95% da população infantil.

Cerca de 600 estudantes do ensino médio e superior estudam presentemente no estrangeiro (uma centena já concluiu a sua preparação e regressou ao país), procurando o governo inverter a tendência até agora verificada em que se formam mais quadros universitários do que intermédios.

As campanhas de alfabetização

Num país que assiste a uma grande explosão escolar e a um notável desejo de instrução, o último recenseamento registou, todavia, 30 mil analfabetos, quase um terço da população total. Na opinião de Rafael Branco isso deve-se aos erros cometidos nas campanhas de alfabetização em que se têm manifestado falta de sistematização e muito voluntarismo. Estas deficiências terão sido ultrapassadas na campanha iniciada no fim de 1981 envolvendo 10 mil trabalhadores e que está integrada numa estratégia global de duas etapas. A primeira consiste na eliminação do analfabetismo na população trabalhadora, fundamentalmente das empresas agro-pecuárias; a segunda destina-se a alargar a todas as localidades do interior o esforço de alfabetização. Posteriormente procurar-se-á elevar a aprendizagem ao nível de ensino primário numa fase de pós-alfabetização. Se assim acontecer será cumprido um dos objectivos do Plano Perspectivo que prevê a erradicação do analfabetismo até 1985.

Os professores-estudantes

O grosso dos monitores que participam nas campanhas de alfabetização é formado pelos professores-estudantes, sem os quais, segundo Rafael Branco, o actual sistema de ensino não podia existir. Alunos do ciclo secundário, estes professores-estudantes com idades superiores a 17 anos ministram até 20 horas semanais em classes primárias e preparatórias que somadas aos seus próprios cursos atingem normalmente horários de 50 horas de trabalho-estudo, com remunerações que variam de 4900 dobras nos dois primeiros anos de professorado a 7300 no quinto ano.

Mesmo que a qualidade, sob o ponto de vista



Rafael Branco, ministro da Educação e Cultura, revela que o ensino primário abrange 95 por cento da população infantil sendo a despesa estatal por criança superior ao dobro da média africana.

pedagógico, não atinja um nível excelente — todo o sistema de ensino num novo Estado requer muito tempo para digerir experiências e definir métodos — a contribuição desses jovens é essencial no panorama escolar de S. Tomé e Príncipe, que herdou do colonialismo um quadro quase nulo de profissionais do ensino.

Apoios internacionais

No âmbito da ajuda internacional que, de diversas proveniências, o governo de S. Tomé e Príncipe recebe no sector da Educação e Cultura, a contribuição da UNESCO destinada à campanha de alfabetização é quase insignificante, não ultrapassando 50 mil dólares. Isto contrasta com o apreciável apoio dispensado pela Fundação Calouste Gulbenkian que incide não só nos subsídios prestados aos bolseiros santomenses em Portugal como nas ajudas para confecção de material didáctico em equipamento escolar e de divulgação cultural. Já este ano a Fundação concedeu a S. Tomé e Príncipe 3 milhões de escudos (46 mil dólares).

Cuba é o país que maior ajuda destina ao desenvolvimento da Educação de S. Tomé e Príncipe através da concessão de bolsas, equipamento e na cooperação de professores, os quais, segundo o ministro Rafael Branco, são os que mais baratos saem ao seu governo, demonstrando bom nível qualitativo e um elogiado

espírito internacionalista. A cooperação portuguesa no ensino (cubanos e portugueses formam a maioria dos professores estrangeiros), que se mantém desde a independência, tem, na opinião do ministro da Educação, evoluído, alcançando actualmente um melhor nível. □

O Bataclan

A pacata cidade de S. Tomé não tem muito a oferecer no domínio dos divertimentos para as suas noites quentes: um cinema com três sessões semanais, o bar do Náutico onde a cerveja se faz rara, os passeios tranquilos ao longo da Baía Ana Chaves, a cavaqueira amena sob carvalhos frondosos.

No entanto todas as noites se pode deixar correr o tempo ao som estridente dos ritmos afro-brasileiros na penumbra do Bataclan, que, de austera messe de oficiais do exército português, está hoje transformado no *dancing* da capital e lugar de passagem obrigatória para os que teimem em procurar a animação nocturna. E entre os que desfrutam invariavelmente dos acordes da música tropical até altas horas (sem nunca terem entrado no *dancing*...) estão os diplomatas da República Popular da China, cuja embaixada é o vizinho mais próximo do Bataclan.



JORNAL DO POVO II

Jornal de parede
no mercado da
capital

O PROBLEMA DA INFORMAÇÃO

ENTRE Dezembro de 1981 e Fevereiro do corrente ano, o órgão oficial do governo, o semanário *Revolução* — quatro páginas em formato tablóide — foi publicado apenas uma vez. Esta insólita situação do único jornal santomense, que desespera o pessoal da redacção (incluindo um jornalista português que já vai no quarto ano de cooperação em S. Tomé para onde se «exilou» cansado da rotina das redacções do Bairro Alto), tem a ver fundamentalmente com dificuldades tipográficas.

Em S. Tomé existe apenas uma empresa gráfica, de reduzida capacidade, que tudo faz, obrigando a relegar para segundo plano o que não é considerado prioritário. Foi o que aconteceu nos meses referidos ao surgirem trabalhos urgentes de publicação inadiável como relatórios governamentais, documentos de ministérios ou o Orçamento Geral do Estado. Maria do Rosário Barros, ministro da Informação, acrescenta a este motivo a falta de engajamento sério da empresa e do pessoal. É opinião da ministro que o *Revolução*, surgido «em condições mais emocionais que realistas, ao decidir-se criar qualquer coisa», terá de ser totalmente repensado, começando por definir «o que deve ou não publicar» e simplificar o circuito da notícia, extremamente burocratizado e moroso.

Nesse sentido foi elaborado o projecto para o *Revolução* diário actualmente em estudo no Conselho de Ministros que forçosamente exige uma nova empresa tipográfica para a qual aliás já foram apre-

sentadas propostas de apoio vindas de países amigos.

Segundo Maria do Rosário, há poucos jovens santomenses interessados no jornalismo, sendo mais atraídos por carreiras médicas ou de engenharia que eles consideram fornecer melhores hipóteses de projecção social. Actualmente apenas quatro jovens estudam jornalismo no estrangeiro: um na URSS, um em Cuba e dois em estágio num semanário português.

Com uma imprensa deste modo irrelevante, a rádio assume importância fulcral como meio de informação e aparelho político de agitação e educação de massas. É considerado um serviço público — o imposto de rádio foi abolido após a independência — procurando o governo instigar hábitos de escuta entre a população. Um aparelho médio de fabrico RDA não se compra no entanto por menos de 3 mil dobras, preço superior ao salário mínimo de um trabalhador agrícola.

A Rádio Nacional santomense está no ar 17 horas e meia por dia (das 5.30 às 23 horas) e cobre cerca de 65 por cento do território, havendo dificuldades de recepção na ilha do Príncipe e nas regiões mais elevadas. Transmite através de dois emissores de onda média (um de 20 quilowatts instalado recentemente pela República Democrática Alemã e um antigo de 5 Kw), um emissor de onda curta de 10 Kw, um de frequência modulada de meio quilowatt, encontrando-se outro em fase de instalação — também de frequência modulada — de um quilowatt.



no
ciclo
do
cacau

Saúde: na vanguarda do continente

Os reduzidos recursos e a crise económica não têm impedido importantes realizações no sector da Saúde, colocando S. Tomé e Príncipe no grupo de países da África Negra que neste domínio maiores progressos alcançaram

S. Tomé e Príncipe é dos países africanos o que maior fatia do orçamento entrega ao sector da Saúde, ultrapassando os 10 por cento recomendados no continente — mas raramente cumpridos — pela Organização Mundial de Saúde (OMS), tendo representado essa percentagem mais de 2 milhões de dólares (73 milhões de dobras) no ano de 1980. Aliás, as taxas (caracterizadoras do panorama da Saúde) mais recentes colocam o país no grupo africano com melhor posição nesse domínio e particularmente distanciado em relação à África Central. (*). Segundo dados referentes a 1980, a taxa de mortalidade infantil em S. Tomé e Príncipe é de 58 por mil; mortalidade geral, 11 por mil; natalidade, 57 por mil; um médico para 2.286 habitantes e um enfermeiro para 787.

A socialização da medicina está consignada na Constituição Política do país que garante a gratuidade da assistência médica, medicamentosa e hospitalar, proibindo o exercício privado da medicina. Por outro lado, com a entrada em vigor da Lei do Serviço Nacional de Saúde de 1980, foi instituído um sistema hospitalar hierarquizado que integrou nas novas condições sociais a estrutura legada pelo colonialismo,

(*). Não esquecendo que os números publicados se referem a anos anteriores a 1980, ao comparar as taxas dos países africanos inseridas no guia do terceiro mundo verifica-se a grande distância que separa S. Tomé e Príncipe da maioria dos países do continente neste aspecto.



Carlos Tiny, ministro da Saúde e dos Desportos: «hoje em S. Tomé e Príncipe já nenhuma criança morre de paludismo»



O novo hospital de Porto Real que entrará brevemente em funcionamento

baseada nos hospitais privados das roças. O actual sistema, concordante com a nova decisão político-administrativa em que cada distrito corresponde a uma área de saúde, é escalonado em cinco níveis. No topo está o Hospital Central Aires de Menezes; em seguida, um Centro de Saúde Distrital de 40 camas com um médico permanente, onde são administrados cuidados preventivos e curativos à população do distrito, e funcionando normalmente num antigo hospital de roça devidamente remodelado.

O terceiro escalão é formado pelos Centros de Saúde Urbanos e Rurais, sem médico permanente mas com consultas regulares, ficando um doente no máximo 48 horas neste nível, após as quais passará obrigatoriamente ao escalão superior. Vêm depois os Postos de Saúde, pequenas instalações sanitárias em zonas urbanas e rurais com um enfermeiro auxiliar e, por último, os Cuidados Comunitários, em fase de instalação, onde funcionarão os ASC (Agentes de Saúde Comunitária) que deverão desenvolver-se em 1982 com a ajuda de organismos das Nações Unidas.

Diz-nos o ministro da Saúde, Carlos Tiny, que esta estrutura já permite que um doente não demore mais de meia-hora a entrar em contacto com uma formação hospitalar e, no caso da ilha de S. Tomé, o máximo de duas horas a chegar ao Hospital Aires de Menezes,

contando para isso com um moderno serviço de ambulâncias. No Príncipe, o Hospital de Porto Real com capacidade de 40 camas, um bloco operatório, uma maternidade e excelente equipamento inteiramente oferecido pela CEE, aguarda os trabalhos de acabamento e a conclusão da estrada de acesso para entrar este ano em funcionamento.

Dez médicos nacionais, que no fim deste ano serão 18, e 32 estrangeiros de diversas nacionalidades, com predominância de cubanos, constituem o corpo clínico. A nova escola de enfermagem fez a primeira graduação de 60 enfermeiros este ano (formados até aqui em Angola e no Togo).

Os centros de vacinação, que passaram de um para 27, iniciaram em 1979 o Plano Alargado de Vacinação que abrange seis doenças de infância a um nível considerado dos melhores do continente e que se tenta desenvolver com campanhas de esclarecimento, procurando levar a população a aderir de uma forma mais participativa.

Erradicação do paludismo

O paludismo foi a doença de maior mortalidade em S. Tomé e Príncipe, vitimando particularmente crianças com malária cerebral. Vinte de cada 100 doentes atendidos diariamente no serviço de banco dos hospitais registavam plasmódio no sangue (micro-organismo causador da doença).

Em 1976, considerando que a condição de insularidade do país o permitia, o governo decidiu a erradicação do paludismo, estabelecendo, de acordo com a OMS, um plano de nove anos dividido em três fases: dois anos de preparação, cinco de ataque e dois de consolidação. O método utilizado consiste na exter-

minação gradual dos anófeles através da pulverização de todas as casas com DDT durante cinco anos, divididos em dez ciclos de seis meses cada, por ser este o período de duração do efeito remanescente do insecticida, estando actualmente a decorrer o quarto ciclo da fase de ataque. No fim dos dez ciclos está prevista uma fase de controlo rigoroso das fronteiras para impedir a introdução do paludismo «importado».

A opção deste método no lugar de um outro que consistiria na secagem de todos os numerosos pântanos do país (habitat privilegiado dos mosquitos) deriva dos custos a que obriga cada caso. O segundo método, refere o ministro da Saúde, é excessivamente caro para a capacidade do país. O máximo que é feito no tratamento dos pântanos nas situações mais graves é por vezes o lançamento de óleo queimado para asfixiar o anófeles.

A Organização Mundial de Saúde contribui com metade dos 3,5 milhões de dólares do custo total da campanha, fornece o DDT e os veículos que permanentemente se vêem em caravanas nas estradas do país, cobrindo com pó branco tudo o que seja parede.

Dois anos decorridos sobre o início da campanha de pulverização o índice médio de pessoas com plasmódio no sangue passou de 20 para 1,6, resultado considerado muito bom para esta fase, segundo as tabelas da OMS. «Hoje, em S. Tomé e Príncipe, já nenhuma criança morre de paludismo», assinala Carlos Tiny.

No entanto, será necessário esperar alguns anos depois da campanha terminada para se poder avaliar da eficácia do método de pulverização com DDT. Se houver resistência do anófele a campanha terá de recomeçar, empregando um outro insecticida dez vezes mais caro. □



Distribuindo jornais, revistas e livros, bem como material didáctico e escolar, a EDIL contribui para a formação cultural do povo de Angola. A EDIL é a distribuidora exclusiva dos «Cadernos do Terceiro Mundo» para todo o território angolano.

**Empresa Distribuidora Livreira
Caixa Postal 1245
Luanda — República Popular de Angola**



«Não-alinhamento é política de compromisso»

«A doutrina Reagan é a caça às bruxas já não ao nível de indivíduos mas ao nível de países», considera a ministro dos Negócios Estrangeiros santomense

DESDE a sua irrupção na cena política mundial, S. Tomé e Príncipe — membro activo do Movimento dos Países Não-Alinhados — tem tomado sempre posições ao lado dos grupos de países que é comum designar de progressistas ou revolucionários. Nos *forums* internacionais onde participa — Nações Unidas, Cimeiras dos Não-Alinhados ou Or-

ganização da Unidade Africana — o governo santomense compromete invariavelmente e sem ambiguidade o seu voto no posicionamento anticolonialista e anti-imperialista com natural evidência nas questões que envolvem assuntos africanos.

A condução da diplomacia de S. Tomé é dirigida desde Outubro de 1978 pela ministro dos Negócios Estrangeiros, Maria da Graça Amorim, com quem *cadernos do terceiro mundo* conversou para traçar o esboço de algumas interpretações santomenses na política externa, nomeadamente o Não Alinhamento, a guerra Iraque-Iráo, « reaganismo », Namíbia, Sahara, e Timor-Leste.

O que é o Não Alinhamento

Não ingerência, respeito pela soberania e integridade nacionais, independência dos pactos militares não esgotam para a antiga embaixadora em Lisboa a doutrina do Não Alinhamento. Para não representar uma posição confortável de não-compromisso ela deve assumir-se como uma política de engajamento nas querelas internacionais, na reafirmação de princípios, nas denúncias da opressão e defender, por todos os meios, uma maior justiça social, o progresso dos homens, a dignificação da humanidade.

O governo de S. Tomé e Príncipe — sublinha a ministro — tem os países socialistas como aliados naturais dos Não Alinhados no combate pela descolonização integral dos povos, que tem a sua remota origem na Revolução de Outubro. Na opinião de Graça Amorim em Havana, em 1979, foi conseguido consenso nesta polémica que atravessou a VI Cimeira e consolidada a política do Não Alinhamento: «o que nos separa é inferior ao que nos une».



Graça Amorim, ministro dos Negócios Estrangeiros: «o reaganismo é a caça às bruxas a nível de países»

Mas a coesão dos Não Alinhados não está seriamente em causa com a guerra de desgaste que desde Setembro de 1980 opõe iraquianos e iranianos e quando faltam poucos meses para a abertura da VII Cimeira a realizar precisamente na capital de uma das nações envolvidas? «Lamentamos essa guerra fratricida que não vai beneficiar um ou outro país e serviu para criar uma brecha entre os Não Alinhados», declara a ministro, lembrando que a posição de S. Tomé e Príncipe é em tudo concordante com a do presidente em exercício do Movimento, Fidel de Castro: não tomar partido e tudo fazer para chegar a uma negociação pacífica do conflito. *Nessa perspectiva a Cimeira de Bagdade talvez venha a constituir uma possibilidade de solução».*

O caçador de bruxas

Para Graça Amorim a visão primariamente maniqueísta da administração Reagan de encarar o mundo em que num lado estão os Estados Unidos e os seus aliados — os puros e os são — no outro todo o resto do planeta liderado pela União Soviética — Satã e sua corte — tem conduzido a comunidade internacional a uma situação que só encontra paralelo nos períodos mais sombrios da guerra fria. «Caça às bruxas já não a nível de indivíduos mas a nível de países», exclama a ministro que encontra como uma das raízes do «reaganismo» o golpe ainda não curado no narcisismo norte-americano infligido com a derrota do Vietname.

Comentando as conspirações em torno da Jamhiriya Líbia, Graça Amorim é da opinião que para lá de um pretexto para reforçar as suas posições na região, Reagan procura abrir caminho para também desestabilizar a Argélia. «Reagan e os 'falcões' de Washington desconhecem a realidade do continente africano quando se convencem poderem negar aos países africanos o direito a terem uma política de independência nacional».

Namíbia

A Namíbia é o último bastião do colonialismo em África e aqui reside a única razão da unanimidade que os países do continente manifestam em torno da questão. Mas segundo Graça Amorim para que essa independência seja total há que cortar cerce todas as tendências separatistas e evitar os perigos reais do neocolonialismo, considerando a SWAPO o único representante do povo da Namíbia.

«A Resolução 453 da Assembleia das Nações Unidas deve ser integralmente cumprida para a solução do conflito. As agressões invasoras que a República

Popular de Angola tem sofrido mais não são que termos de penalização e represálias por respeitar essa decisão internacionalmente aceite e cumprir fielmente os princípios da OUA. É dever do continente africano sentir-se todo ele agredido e demonstrar inteira solidariedade com o povo angolano. Mas nunca esquecer que cabe ao governo de Luanda definir as formas que deve revestir essa solidariedade activa, ver com os dirigentes angolanos o que cada país — dentro dos condicionalismos existentes em cada um — pode fazer. Num aspecto porém todos podem actuar. Refiro-me à denúncia junto dos países ocidentais — particularmente de certas potências — pela impunidade, apoio ou cumplicidade que a África do Sul goza junto deles».

Sahara: calar o expansionismo do rei

O facto histórico de o reino de Marrocos ter tido um passado de apoio às lutas de libertação, não pode impedir — afirma a ministro santomense — que se denuncie o papel opressor e colonizador do regime de Hassan II contra o povo saharauí, que não se exprima total solidariedade com uma nação vítima de um caso de descolonização inacabada. «Ao fazer isso estamos simplesmente a ser coerentes com os princípios da Carta da OUA».

Para Graça Amorim, Rabat tem de cumprir um dos princípios chave da Organização da Unidade Africana: o respeito pelas fronteiras herdadas do colonialismo. «O povo marroquino terá de calar o expansionismo do seu rei».

S. Tomé e Príncipe foi um dos primeiros países africanos a reconhecer a República Árabe Saharaui Democrática e é o presidente do grupo dos 26 países que apoiaram o pedido de adesão da RASD à OUA verificado em Fevereiro de 1980.

Q drama do povo maubere

«Portugal tem de assumir o seu papel de potência administrante e a questão de Timor-Leste — outro caso de descolonização inacabada — deverá constar da agenda dos problemas internacionais do governo de Lisboa» 20opina Graça Amorim ao abordar o drama maubere.

Portugal «deve chamar a si o papel de uma acção diplomática junto das instâncias ocidentais e países seus aliados que conduza a Indonésia a alterar as suas posições. Ninguém pode fechar os olhos perante o extermínio do povo timor e a anexação de uma nação pela força».



Pinto da Costa: Realizar o possível

O desenvolvimento industrial, o problema energético, as definições político-ideológicas e as relações internacionais na palavra do chefe de Estado

COMO vê o senhor presidente a situação económica de S. Tomé e Príncipe em 1982?

A situação económica é muito difícil. Se a actual crise económica mundial tem consequências graves para os países industrializados, ela é desastrosa para as nações do Terceiro Mundo não produtores de petróleo como é o caso de S. Tomé e Príncipe.

Somos quase monoprodutores de cacau de cuja venda vêm cerca de 90 % das nossas receitas em divisas. Torna-se fácil compreender, tendo em conta a considerável baixa do preço do cacau no mercado internacional, que um país que depende essencialmente desse produto tenha grandes dificuldades económicas. Mas estas derivam também do facto de a maior parte dos produtos para consumo interno serem importados. Com menos divisas somos obrigados a reduzir as compras ao estrangeiro. Portanto, numa situação de crise mundial, a baixa do preço da expor-



Manuel Pinto da Costa: «a situação económica é grave mas há condições para a atenuar»

tação por um lado, a alta acentuada dos preços dos produtos importados, por outro, fazem com que o nosso país conheça dificuldades enormes no abastecimento da população. Em três anos, de 1977 a 1980, a baixa do preço do cacau reduziu a nossa capacidade de compra em 60 %.

Embora esta situação seja grave, temos condições para a atenuar. Em 1980 iniciámos campanhas de mobilização da população tentando explicar as razões e as consequências da crise, procurando promover uma maior plantação de produtos nacionais — banana, matabala, produtos hortícolas etc. — para minimizar os seus efeitos. Consideramos ter tido algum sucesso nessa campanha, mas persiste o problema de as pessoas estarem habituadas durante séculos a certo tipo de alimentação à base de produtos importados como o feijão, batata, azeite de oliveira, margarina ou vinho. A alteração dos hábitos alimentares é extremamente difícil e demorada, o que faz com que, mesmo tendo produtos nacionais em quantidade suficiente, a população sentirá sempre faltas.

Um plano quadrienal

A Segunda Assembleia Extraordinária do MLSTP realizada em Dezembro último decidiu o Plano Pers-

pectivo para o período de 1982 a 1985. Quais são, segundo o senhor presidente, as tarefas prioritárias no desenvolvimento do país que se retiram da sua leitura?

O Plano Perspectivo foi elaborado em consequência da experiência acumulada nos planos anuais anteriores. Diz-se habitualmente que um plano anual é um «tapa-furo», mas na verdade eles proporcionaram-nos experiência nos problemas de planificação. As nossas acções económicas caracterizaram-se por uma certa improvisação e desorganização entre 1975 e 1978, e foi com as realizações dos planos anuais a partir de 1979 que melhorámos essa situação.

Mas entretanto fez-se sentir a necessidade de um plano mais alargado. Nessa óptica elaborámos um plano quadrienal que tem como tónica o desenvolvimento dos sectores agrícolas e pecuários, sendo consequentemente aqueles que vão absorver a maior parte do investimento.

O nosso objectivo futuro fundamental é a «libertação» do cacau. Se queremos que S. Tomé e Príncipe deixe de ser «escravo» do cacau é necessário — embora isso possa parecer paradoxal — produzi-lo cada vez mais, de forma a adquirir riqueza para investir noutros sectores. Para que se veja a importância dada ao aumento da produção do cacau, basta dizer que a Comissão Especial criada a nível do Conselho Coordenador do MLSTP encarregada da produção alimentar terá como uma das suas tarefas principais a renovação do cacauzal. Uma outra orientação refere-se à construção de pequenas e médias unidades agro-industriais.

Satisfazer o consumo de peixe

Ainda no respeitante ao problema alimentar insere-se a atenção dada à pesca. No último ano tivemos uma produção de 1.800 toneladas que, apesar de não se ter alcançado as 2.500 toneladas previstas, foi muito superior à produção do tempo colonial que nunca excedia as 400 toneladas. Com o novo barco adquirido recentemente temos possibilidades de satisfazer o abastecimento de peixe à escala nacional a partir deste ano.

Existem projectos de cooperação internacional no domínio das pescas?

Sim, uma segunda etapa do desenvolvimento desse sector passa pelo estabelecimento de empresas mistas e nesse sentido foram feitos contactos com alguns países interessados. Já discutimos um projecto desse tipo com uma delegação portuguesa e é possível que se chegue a um acordo. Com a Espanha também há hipóteses, basta dizer que há vários barcos deste país a pescarem nas nossas águas sem licenças.

Temos um acordo assinado com a União Soviética que nos permitirá um estudo completo das nossas potencialidades piscatórias, condição indispensável para outros eventuais acordos.

Infra-estruturas para o desenvolvimento

Para que pensemos em desenvolvimento industrial há a necessidade de resolver primeiro o problema da energia. Assim, temos prevista para o período 1982-85 a construção de uma central térmica e já está elaborado um projecto de uma central hidro-eléctrica. No fim do plano Perspectivo contamos poder dispôr de uma base energética segura para o nosso futuro desenvolvimento industrial.

Vamos igualmente investir nas infra-estruturas turísticas. Encaramos o turismo, com características selectivas e que nunca deverá constituir a fonte essencial das nossas receitas dada a sua condição aleatória e pressões políticas a que fica sujeito. Mas o nosso país é bonito, com boas condições naturais para o turismo, e devemos utilizar todos os recursos de desenvolvimento existentes.

O Plano Perspectivo contempla o sector social numa orientação de aperfeiçoamento do que já foi obtido. O nosso esforço neste domínio tem sido enorme desde 1975 e temos hoje uma estrutura sanitária a nível nacional que pode ser considerada como uma das melhores da zona geográfica em que estamos inseridos. Como teve oportunidade de verificar, existem estabelecimentos hospitalares (cujo apetrechamento está a ser feito com ajuda externa) em todos os distritos que permitem uma assistência assídua à população sem esta ter necessidade de grandes deslocações.

Também temos tido sucessos relevantes no plano da educação. O orçamento de sector tem vindo a aumentar consideravelmente — podemos dizer de certo modo que a educação é o nosso «menino-querido» — e estamos decididos a prosseguir na reforma do ensino, sempre orientados no objectivo da criação do «homem novo». Os resultados já obtidos são bastante animadores conforme constatamos com satisfação. O Plano Perspectivo dá particular atenção à formação de quadros — cuja carência é geral em todos os países subdesenvolvidos — e esperamos que no fim desse período de quatro anos esteja atenuada a sua falta. O envio de estudantes para o estrangeiro (cerca de 600 actualmente) tem sido feito de forma pouco organizada, sem planificação correcta das nossas necessidades, o que pode provocar problemas de colocação no seu regresso. É este aspecto que temos de corrigir.



A 2.ª Assembleia Extraordinária do MLSTP, realizada em Dezembro de 1981, adoptou o Plano Perspectivo para o quadriénio 1982-85

A base ideológica da revolução

Quais os fundamentos político-ideológicos que definem a revolução em S. Tomé e Príncipe?

No programa do MLSTP adoptado na Primeira Assembleia lê-se a seguinte passagem: «O novo Programa do MLSTP deverá ter em conta as condições objectivas e subjectivas existentes em S. Tomé e Príncipe para reflectir as aspirações profundas do nosso povo condicionadas pelo nível cultural, político e ideológico, por um lado, e o grau de desenvolvimento das forças produtivas por outro». Nesse programa definimos o MLSTP como uma Frente anti-imperialista e antineocolonialista em que têm lugar, independentemente das suas ideologias, todos os indivíduos que de acordo com esses princípios estejam interessados na reconstrução do país. É com base neste Programa que os nossos militantes são recrutados e todo o santomense que preencha estas condições tem lugar no MLSTP.

O nosso processo de desenvolvimento assenta, portanto, na orientação anti-imperialista e antineocolonialista, o que constitui a sua base ideológica.

Mas existe uma perspectiva socialista dentro desse enquadramento ideológico anti-imperialista e anticolonialista?

A perspectiva da construção do socialismo existe para todos os países. Mas cremos que seria errado dizer estarmos actualmente a construir o socialismo em S. Tomé e Príncipe porque não temos condições para isso. Seria introduzir nas cabeças das pessoas algo de errado e teria como consequência, dadas as nossas dificuldades de toda a ordem na resolução de questões essenciais, que a população identificasse o socialismo com a situação vivida. Nesta etapa vamos realizar aquilo que é possível tendo em conta o grau político e cultural do nosso povo e o desenvolvimento actual do nosso país. Queremos ter o apoio da população em todos os passos dados, evitando ir muito para a

frente para não correremos o risco de deixarmos de ser acompanhados.

O socialismo virá portanto numa fase posterior?

Com certeza. Ele é inevitável.

Os incidentes do Príncipe

Considera o senhor presidente que a manifestação nos últimos dias de Dezembro no Príncipe, durante a qual foram lançadas reivindicações de independência, traduz uma expressão concreta de separatismo?

Esses incidentes nada tiveram a ver com separatismo. Repare que muitos dos 5 300 habitantes do Príncipe não são autóctones e que, por outro lado, apenas participou nos incidentes uma parte da população da cidade, não tendo havido qualquer adesão dos trabalhadores das empresas agro-pecuárias que constituem a maioria.

As acções do dia 26 de Dezembro foram provocadas por alguns compatriotas — meia-dúzia dos quais foram aliás detidos — que receberam indicações para tentar movimentar a população. A reivindicação de separação não veio dos que integravam a manifestação e não foi essa a mais gritada, mas sim expressões de carência. Exclamou-se estar o «Príncipe abandonado», «sem abastecimento», «votado ao ostracismo», etc. Esquecem-se esses compatriotas que uma coisa é o desejo de fazer, outra é a possibilidade de concretizar intenções. Vale a pena referir aqui que o esquecimento a que o Príncipe sempre foi votado durante o colonialismo desapareceu com a independência do país e isso é provado não só pelas carências de abastecimento serem iguais nas duas ilhas mas também por algumas realizações importantes que lá se deram no domínio do possível: central térmica, central telefónica, o hospital de Porto Real, etc. Essa sensação de isolamento herdada da época colonial tem a ver

também com a inexistência actual de uma carreira marítima regular que permita um fluxo constante entre as duas ilhas.

Portanto o que levou alguns compatriotas a participarem na manifestação foram os problemas de carência e não teve conteúdo separatista.

Mas podem-se entender os acontecimentos do Príncipe como integrados na acção contra-revolucionária interna e externa?

É evidente que os incidentes de Santo António do Príncipe devem ser enquadrados num contexto muito mais largo. Desde 1975 que se desencadeiam acções de desestabilização tendo havido, nas três principais, tentativas de assassinar o presidente. Mas nenhuma teve sucesso porque a população não se deixou mobilizar e mantém o apoio ao partido e ao governo apesar do constante envenenamento baseado nas dificuldades objectivas a que está sujeita.

Com este apoio qualquer viragem política se torna muito difícil, senão impossível. Foi o que ficou provado nos acontecimentos verificados durante o recenseamento de 1979 em que a contra-revolução procurou «tirar a temperatura» à população para saber até que ponto poderia ir. Uma espécie de ensaio-geral que se repetiu agora nesta quarta tentativa ao experimentar a adesão da população a certas palavras-de-ordem.

As relações com o Gabão

Pensa o senhor presidente terem estes incidentes alguma ligação com o grupo de Carlos Graça e Miguel Trovoada?

Não temos provas que nos permitam afirmar que o Carlos Graça e o Miguel Trovoada tenham ligações com os acontecimentos do Príncipe. Mas a verdade é que eles também não andam a dormir na forma.

A contra-revolução santomense possui apoios sólidos nalgum país estrangeiro vizinho?

A reacção interna em S. Tomé e Príncipe sem apoios externos nada consegue e é evidente que eles existem. Uma recente expressão desses apoios foi a excessiva importância que os meios de comunicação social de alguns países deram aos acontecimentos do Príncipe, entre os quais os portugueses. Segundo me relataram, a rádio e a televisão portuguesas falaram neles durante dias o que não deixa de ser sintomático. Em S. Tomé e Príncipe, fizeram-se muitas realizações importantes que foram sempre silenciadas mas só quando se dão incidentes deste tipo é que se lembram da nossa existência.

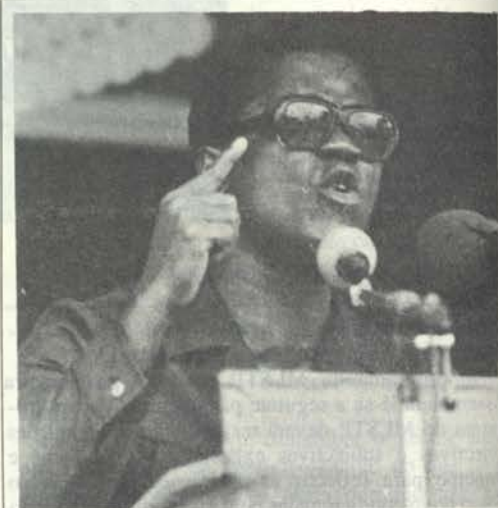
Qual o actual estado das relações com o governo do Gabão?

Podemos dizer que essas relações não são más e estou convencido que elas podem melhorar depois da minha visita a Libreville em Dezembro último.

A cooperação com Portugal não é satisfatória

Como vê o senhor presidente o nível alcançado na cooperação económica com os outros países africanos de língua portuguesa, nomeadamente Angola com quem S. Tomé e Príncipe tem relações privilegiadas?

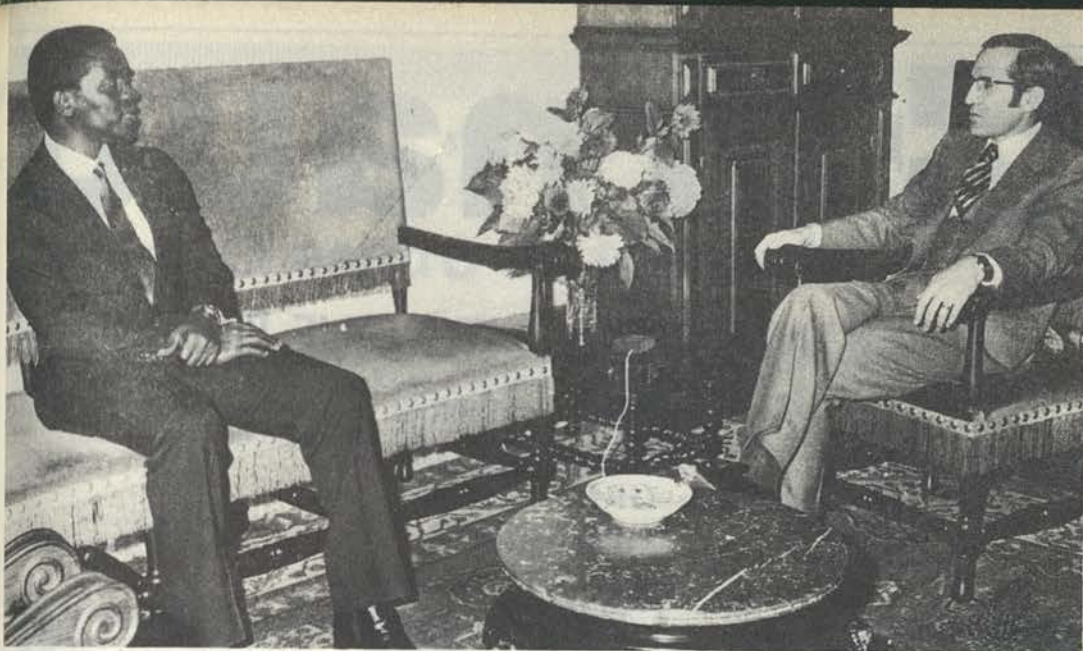
A cooperação com países africanos de expressão portuguesa já foi abordada em várias cimeiras e se alguns passos importantes foram dados, outros terão



MANUEL Pinto da Costa, 44 anos (nasceu em S. Tomé a 5 de Outubro de 1937), frequentou o seminário católico de Luanda e completou os estudos liceais em Lisboa donde teve de sair clandestinamente em 1960 perseguido pela repressão fascista exercida contra os estudantes nacionalistas das colónias portuguesas. Detido em França, refugiou-se na República Democrática Alemã.

Em 1961 foi eleito secretário de Informação e Propaganda da União dos Estudantes da África Negra (UGEAN) tendo sido reconduzido nesse cargo em 1963. Licenciado em economia na Universidade de Berlim no ano de 1968, doutorou-se no mesmo ramo em 1971. No ano seguinte é eleito secretário-geral do MLSTP na Conferência dos Nacionalistas Santomenses realizada em Santa Isabel, então capital da República da Guiné Equatorial.

Após a proclamação da independência da República Democrática de S. Tomé e Príncipe é eleito seu presidente e reeleito a 12 de Maio de 1980. Assumiu as funções de primeiro-ministro em Setembro de 1979 em consequência da demissão de Miguel Trovoada e em Janeiro de 1982 acumulou a pasta da Defesa e da Segurança. Manuel Pinto da Costa é presidente do MLSTP desde 1978 quando o movimento passou a definir-se como Frente Revolucionária de Forças Democráticas Anti-Neocolonialistas e Anti-imperialistas.



Manuel Pinto da Costa e Ramalho Eanes em Lisboa, Outubro de 1979. A cooperação com Portugal está muito aquém das perspectivas então surgidas

ainda de ser efectuados para que ela seja exemplar.

Angola tem-nos ajudado bastante em vários domínios podendo dizer que sem o seu auxílio teríamos muitas mais dificuldades. E este auxílio adquire um maior valor tendo em conta a grave situação vivida no país irmão. Pensamos que no futuro possam haver acordos visando a complementariedade das economias dos dois países e esses projectos só não estão mais avançados porque decidimos esperar a elaboração do nosso plano quadrienal.

O senhor presidente considera aceitável a cooperação atingida com Portugal?

O nível de cooperação com Portugal não nos satisfaz. Estávamos convencidos que a nossa visita a Portugal, em Outubro de 1979, iria contribuir para um grande impulso na cooperação entre os dois países; mas apesar de conseguidas algumas realizações, o nível alcançado está longe daqueles que tínhamos previsto. Esperemos que 1982 seja mais fértil em concretizações. E há tantas possíveis...

A cooperação afro-árabe

— A cooperação económica entre os países árabes e africanos é um tema normalmente abordado em reuniões internacionais como aconteceu na Conferência Afro-Árabe de Luanda, mas as resoluções tomadas para o seu incremento não passam a maior parte das vezes de meras declarações de intenções. De que forma analisa o senhor presidente essa questão?

De facto fala-se muito da necessidade da cooperação entre países árabes e africanos, ou com países não-alinhados, mas concretamente muito pouco se

faz. E não há dúvida que os países árabes podiam fazer muito se desviassem parte dos seus grandes recursos financeiros depositados nos bancos ocidentais e os aplicassem no desenvolvimento dos países não-alinhados que — regra geral — não possuem disponibilidades de dinheiro. Quando essas intenções saírem das resoluções para o campo das realizações, a cooperação com os países árabes poderá jogar um papel muito importante nos esforços dos nossos países em criar uma economia independente e próspera de forma a podermos concretizar — árabes e africanos — as aspirações dos nossos povos.

Qual o estado das relações bilaterais no domínio económico entre S. Tomé e Príncipe e alguns países árabes, nomeadamente com a Líbia, país que o senhor presidente recentemente visitou?

Sáímos da Líbia com uma grande esperança visto termos assinado alguns acordos que dariam a possibilidade de cooperação económica ao nível da agricultura e da pesca. Só que até agora não houve nenhuma concretização, esperando todavia que ela se efectue no futuro próximo.

A melhor cooperação que S. Tomé e Príncipe tem com um país árabe é com a Argélia e que vem de longa data, muito antes da nossa independência, quando este país apoiou material, política e moralmente o nosso movimento de libertação. Essa colaboração continuou depois da independência e alcança actualmente um excelente nível. Cito-lhe alguns casos: Estação Terrena de Telecomunicações, cooperação técnica e preparação de quadros santomenses na Argélia, projectos de ampliação do aeroporto, construção de reservatórios de petróleo e derivados etc. □

arnaud

desde 1870

EM QUALQUER PONTO QUE PRECISE

CARGA AÉREA
FRETAMENTOS
GRUPAGENS
DESPACHOS
CONTENTORES
CAMIÕES TIR

PORTUGAL
LISBOA
ESCRITÓRIOS
Av. 24 de Julho, 2-2.º D
Telef. 361391/2/3/4/5
Telex 12704 ARNAU P
1200 LISBOA

REPÚBLICA POPULAR
DE ANGOLA
LUANDA
Av. 4 de Fevereiro
Edifício Presidente, SALA 441, 4.º Andar
Caixa Postal 2271
Tel. 71788/71483/71518
TELEX 3159 ARNAUD AN
LUANDA

PORTUGAL
PORTO
ESCRITÓRIOS
Rua Infante D. Henrique, 83-2.º
Telef. 315511
Telex 22200 ARNOPO P
4000 PORTO

REPÚBLICA POPULAR
DE MOÇAMBIQUE
MAPUTO
Av. Armando Tivane, 494
Tel. 741143
Telex 6528 COFIN MO
MAPUTO

MARINHA GRANDE • AÇORES • MADEIRA



Paquistão

O centro da tormenta

Transformado em peão da estratégia norte-americana e saudita para o sul da Ásia, o regime militar de Zia-Ul-Haq enfrenta uma crescente oposição interna e a aspiração de emancipação das minorias nacionais

Nikhil Chakravarti *

UM funcionário da linha aérea paquistanesa PIA comenta durante uma breve conversa quando da minha chegada ao país: «Aqui nós não temos uma consciência nacional. Pensamos sempre em função dos nossos nacionalismos regionais. Quando viajamos para o estrangeiro, procuramos sentir-nos paquistaneses, mas em casa somos *punjabi, sindhi, baluchi* ou *pathane*».

A rebelião da parte oriental do país, que em 1971 se transformou no actual Bangladesh, não contribuiu para a coesão do antigo Paquistão Ocidental. Pelo contrário, as animosidades regionais tornaram-se mais agudas desde então.

Os 85 milhões de paquistaneses repartem-se por cinco distritos, cada um com o seu próprio sentimento nacional: Punjab, Sind, Baluquistão, a Região Fronteira do Noroeste (NWFR) e a Região do Norte (formada por Gilgit, Hunza e Swat), além da metade paquistanesa de Cachemira, em disputa com a Índia.

O desenvolvimento económico do Paquistão não se caracterizou até agora pela construção de uma infra-estrutura industrial que pudesse promover, pelo menos, um sentimento de interdependência entre essas regiões díspares. O crescimento desigual aprofundou a brecha entre elas. A maior parte da indús-



O desfiladeiro Khyber, entre Paquistão e o Afeganistão constitui um dos mais importantes pontos na geopolítica da região

tria e da agricultura modernas do país concentram-se no Punjab e em Sind, em evidente contraste com o atraso das demais províncias. Isso não fez senão agudizar os regionalismos e as tensões.

A situação da mulher em diferentes partes do país demonstra as enormes diferenças culturais. Via-

jando num luxuoso autocarro de Rawalpindi a Lahore encontrei num restaurante da estrada três senhoras muito modernas a fumarem em público sem que ninguém parecesse incomodado. Em Islamabad, Karachi ou Lahore, não é visível nenhuma discriminação contra a mulher nessa República Islâmica. Mas se alguém se aventura para além de Peshawar, na província fronteira, ou no Baluquistão, encontra uma sociedade tribal primitiva na qual as

* O autor, editor do semanário indiano *Mainstream*, escreveu este artigo depois de uma prolongada visita ao Paquistão.

mulheres são cativas atrás da *kill*, um alto muro de adobe que cerca as casas de uma família. O novo hotel de Quatta não tem janelas para a rua, para não desafiar a privacidade dos vizinhos. No entanto, nos vales pitorescos por debaixo dos cumes do Hindu Kuah e dos Himalaias, as mulheres têm na sua sacrificada vida quotidiana muito mais liberdade de movimentos.

Conversando com intelectuais de diversos pontos do país, compreendi como é mentirosa a teoria que atribui às Forças Armadas uma função unificadora na vida nacional paquistanesa. Pelo contrário, o resultado da sua intervenção na política minou mais ainda a frágil unidade nacional.

Tradicionalmente, o exército paquistanês recruta os seus quadros apenas numa reduzida zona, que compreende somente quatro distritos do Punjab e três da NWFR; a eles somam-se os oriundos do Punjab Oriental, que ficou sob a jurisdição indiana quando o Paquistão se separou da Índia, em 1947. Entre esses últimos, contam-se o general-presidente Zia-ul-Haq e alguns dos seus mais próximos colaboradores, como os generais Ariff e Rao Farman Ali.

Assim, no resto do país, as Forças Armadas são vistas como um exército *punjab* que domina as demais regiões. Não é por acaso que as áreas onde a oposição política é mais activa e onde o próprio conceito de Paquistão como país é posto em questão, sejam precisamente aquelas que não estão representadas nas Forças Armadas: o Baluquistão e o Sind, em primeiro lugar.

O fantasma de Bhutto

A quase cinco anos do seu derrube em 1977, a imagem de Zulfikhar Ali Bhutto continua a constituir uma formidável força política em todo o Paquistão. Apesar da intensa campanha propagandística oficial, que, obviamente, pinta com os tons mais escuros os seus seis anos e meio de governo, o fantasma de Bhutto continua a assustar o actual regime. A sua execução, há dois anos e meio, converteu em mártir esse líder populista.

De facto, Bhutto levou a política às grandes massas, e foi a emoção que ele soube despertar nestas que o levou ao poder depois da derrota do Paquistão em 1971, quando a rebelião do Bangladesh desencadeou um conflito armado com a Índia. A bandeira de Bhutto é hoje a esperança de muitos milhões de paquistaneses e os jovens oficiais recordam-no como o homem que, graças a uma astuta diplomacia, conseguiu o regresso de milhares deles às suas casas, prisioneiros de guerra na Índia depois do desastre nos campos de batalha de Bengala. De mais de uma fonte confiável ouvi dizer que muitas unidades militares se negaram a comer no dia em que Bhutto foi executado. Centenas de milhares de paquistaneses trabalham no exterior e mantêm as suas famílias com as suas remessas. Esses emigrantes lembram Bhutto como o homem que lhes deu possibilidades de elevar o seu nível de vida ao estimular o êxodo.

É portanto compreensível a preocupação das autoridades que têm a seu cargo a execução da lei marcial em manter longe do Punjab a viúva e a filha do líder, Begum e Benazir Bhutto. Com a sua activa participação em campanhas populares nos últimos quatro anos, enfrentando constantes perseguições, as duas senhoras formaram-se como dirigentes políticos pelos seus próprios méritos. Levantam a bandeira de Bhutto e não há força política que possa impedir-lhes um retumbante triunfo eleitoral, particularmente no Punjab. Aí reside a mais aguda contradição da política paquistanesa actual: o exército no poder recruta os seus quadros na mesma região em que se concentra a mais poderosa das forças políticas que se opõem ao regime militar.

Um indicativo disso foram as eleições municipais de finais de 1979. A administração da Lei Marcial decretou que os filiados em qualquer partido político (todos eles estão proscritos) não poderiam ser candidatos. Apesar da proibição e da total ausência de campanha eleitoral, os partidários do PPP (Partido do Povo Paquistanês) triunfaram

esmagadoramente. Na cidade de Lahore, para um conselho municipal de 100 membros, 50 conselheiros eleitos foram impedidos de assumir as suas funções sob a acusação de pertencerem ao PPP.

Promessa eleitoral

Assim, o regime não pode tomar a arriscar-se convocando eleições de qualquer tipo, nem mesmo um plebiscito, apesar de, a 5 de Julho de 1977, o general Zia ter prometido solenemente que o governo que acabava de estabelecer seria «interino» e anunciar um «compromisso solene» de realizar eleições em três meses.

A 54 meses daquele compromisso, entrevistei o general Zia, que dedicou metade do seu tempo a tentar convencer-me do seu desinteresse em permanecer no poder. Não anunciou, no entanto, nenhuma consulta eleitoral próxima. O argumento que é repetido constantemente em todos os níveis do poder em Islamabad é que uma campanha eleitoral criaria novas tensões e desestabilizaria o país. O regime carece de índices para avaliar a opinião popular e o general Zia disse-me mesmo que a multidão que assistiu às celebrações do 14 de Agosto, no ano passado, demonstrava que «andamos no caminho certo». No entanto, parece-me uma aventura, da parte de qualquer regime, tomar como sinal de popularidade a presença do povo às celebrações de um feriado nacional.

Seria, entretanto, incorrecto atribuir ao regime qualquer declaração no sentido de que não haverá eleições no Paquistão. Pelo contrário, as autoridades de Islamabad afirmam-me iam que o compromisso do governo sobre a realização de eleições é tão sério que a Administração da Lei Marcial tem um comité especial para isso.

O presidente do Comité Eleitoral é o general Rao Farman Ali, que adquiriu certa notoriedade pela sua actuação no Bangladesh. Após o seu regresso do Bangladesh, Bhutto designou-o director da Fundação Fauji, uma organização de caridade dedicada ao bem-estar dos ex-com-



O Paquistão, sendo um país de muitas fronteiras étnicas, carece de uma verdadeira unidade nacional

batentes e suas famílias. Derrubado Bhutto, em 1977, Rao Farman Ali escreveu num artigo que tinha sido um grave erro da parte do general Yahya Kahn ter realizado, em Dezembro de 1970, as eleições que levaram Bhutto ao governo. Outros erros desse governante militar, na opinião de Rao, foram ele ter abandonado o comando do exército uma vez estabilizado o seu regime, e ter designado civis para os governos provinciais e outros postos-chaves da sua administração.

A partir desse artigo, parecem, ter-se estreitado as relações entre o general Zia e o general Rao Farman Ali, que hoje é ministro de Energia e Recursos Naturais, além de director da Fundação Fauji. Muitos consideram-no o ideólogo do actual regime. É oportuno ressaltar que o general Zia continua a ser comandante-em-efe do exército (e continua a viver na residência militar de Rawalpindi e não na casa presidencial de Islamabad) e que todos os governadores

são generais e não civis. Entre as pessoas com quem conversei no Paquistão, havia muitas — inclusive alguns partidários do actual governo — a quem parecia estranho ser o general Rao Farman Ali, com os seus conhecidos pontos de vista, quem encabeçasse o Comité Eleitoral do regime do general Zia.

Lei Marcial

Um funcionário público argumentava com acuidade que, nas duas oportunidades anteriores em que o Paquistão foi governado sob lei marcial, o país não conseguiu superar a instabilidade; embora isso fosse precisamente o argumento para impor a militarização.

Foi sob a lei marcial que o país se desmembrou em 1971, quando o Bangladesh se cindiu. E foi a declaração da lei marcial, em 1973, que deteriorou o poder de Bhutto e levou ao seu derrube. Nesse ano, pressionado pelo xá do Irão a conter a

inquietação dos *baluchi* (que pretendem construir um Baluquistão independente, sobre territórios hoje pertencentes ao Irão e ao Paquistão), Bhutto encomendou ao exército o controlo da situação. Em tempo recorde, foram construídos 16 quartéis, estradas militares, aeroportos e heliportos. Como resultado, Bhutto ganhou a antipatia dos líderes *baluchi* e passou a depender cada vez mais das forças armadas, embora a sua arrogância o tenha levado a acreditar que estas nunca se insubordinariam. Em 1976, Bhutto nomeou comandante do exército o mais jovem dos seus generais: Zia-ul-Haq.

O que ele não conseguiu perceber foi a aliança que se estava a forjar entre a cúpula militar e a oposição política mais implacável, organizada em torno do partido religioso direitista *Jamaat-i-Islami*. Bhutto só se inteirou da manobra quando já era demasiado tarde: no Verão de

1977, como resposta a uma série de distúrbios em várias cidades, o presidente ordenou a detenção de Maulana Maoddodi, um dos dirigentes do *Jammat*, acusado de fornecer armas aos manifestantes. Quando a polícia tentou cumprir a ordem, o exército impediu-a de o fazer. Na realidade, Bhutto já tinha perdido o poder.

A aliança entre a cúpula militar e o *Jamaat-i-Islami* abriu caminho para o golpe e para a implantação da lei marcial, mas hoje a reivindicação de eleições é feita, não só pelo Movimento de Restauração Democrática MRD, coligação encabeçada pelo (PPP), mas também pela fracção do *Jamaat* dirigida pelo professor Chaffoor, da Universidade Lucknow de Karachi. A outra metade do partido religioso continua a opor-se às eleições e apoia a lei marcial. Casualmente, Tuffail — que dirige essa outra metade — é parente próximo do general Zia.

Mas assim como o general Zia não tem interesse em entregar o poder por vias eleitorais, a oposição carece de força para exigir o fim da lei marcial. Das minhas conversas com os líderes de quase todos os partidos oposicionistas, concluí, que o regime actual se mantém em grande parte pela falta de coesão das forças que o enfrentam. A repressão dificulta ainda mais as coisas para essas forças, já que todos os partidos estão proscritos e o meio inibe qualquer tipo de expressão de massas nas ruas.

É difícil saber quantos presos políticos há no Paquistão. Alguns dirigentes oposicionistas aventam a cifra de seis ou sete mil, enquanto que, para o governo, são menos de 100. O regime não considera presos políticos uns mil detidos acusados de serem membros da organização *Al-Zulfikhar* (famosa pelo sequestro de um avião em Janeiro passado), que são tratados como criminosos. O governo nega a veracidade dos relatórios sobre mulheres torturadas no temido forte Lebere, mas são amplamente conhecidos os castigos públicos (por chicotadas) de estudantes que militam no PPP e também de vários jornalistas.

A oposição

O PPP é, sem dúvida nenhuma, a maior força política do Paquistão, mas os seus problemas internos são sérios. Por um lado, Bhutto nunca construiu uma organização partidária nem estimulou o aparecimento de novos líderes. Dependia quase exclusivamente do seu enorme dinamismo pessoal e da sua capacidade individual em negociar acordos com outras forças. Os seguidores de Bhutto não querem reconhecer que a mão dura com que este tratou a oposição está-lhes a causar dificuldades para formarem alianças agora, mas admitem que a falta de estruturação do PPP é um problema. Afirmam, no entanto, que um grande número de seguidores responde à sua convocação quando são chamados. Isso é particularmente correcto em Punjab. Em Sind, no entanto, o PPP conta com grande número de quadros dirigentes saídos da aristocracia rural local, mas carece de apoio activo entre as massas pobres do campo. O movimento *Jiye Sind*, em compensação, desenvolve grande actividade nos meios camponeses da província. A segunda linha férrea entre o Paquistão e a Índia, que devia passar por Sind, não pôde ser inaugurada por causa dos frequentes distúrbios na região.

No começo da sua governação, assessores inteligentes convenceram Bhutto da necessidade de chegar a acordos com dirigentes locais nas regiões onde o PPP não conseguia grande implantação. Assim, fizeram-se as pazes com Khan Abdul Wali Khan na NWFR e com Ghaus Baksh Bizenjo e Atallah Mangel no Baluquístão.

A lua de mel durou pouco. Wali Khan foi preso por Bhutto e, assim que foi libertado pelo general Zia, associou a Aliança Nacional Paquistanesa (PNA) por ele dirigida ao *Jamaat-i-Islami*, disposto a cooperar com o presidente militar.

Mas esse casamento também teve vida curta e o Partido Democrático Nacional (PDN) de Wali Khan está hoje na oposição, embora não muito activo. Wali Khan tem boas relações com o governo do vizinho Afeganis-

tão, país com o qual a sua região tem fortes laços étnicos e culturais. E como Zia apoia activamente os exilados afegãos na sua luta contra o regime de Cabul, a tensa situação da fronteira não favorece o PDN. Quanto à política externa do Paquistão, Wali Khan vê-se prejudicado pela sua antiga ruptura com Bhutto, o que hoje dificulta as perspectivas de formar uma aliança oposicionista com o PPP.

No Baluquístão, o clima é muito diferente. Historicamente, os *baluchi* sempre se opuseram aos governos centrais e consideram que a sua incorporação no Paquistão foi imposta pelas autoridades coloniais britânicas sob falsos pretextos. O problema é discutido diariamente em Quetta, a capital provincial.

Dois dos quatro dirigentes *baluchi* mais importantes estão fora do país. Ataullah Mangel reside em Londres, mas Khair Bux Marri mudou-se recentemente para Cabul. A Frente de Libertação do Baluquístão, dirigida por este último, há muito tempo que opera na região, do outro lado da fronteira com o Afeganistão. A sua repercussão na política provincial não era muita, mas obteve informações de mais de uma fonte confiável de que a Frente estaria a ganhar adeptos entre os jovens militantes da Organização de Estudantes do Baluquístão, que estariam a cruzar a fronteira para iniciarem brevemente a luta armada pela libertação *baluchi*. E não duvidam de que terão apoio afegão nessa empresa.

Conversei longamente com outros dois líderes políticos do Baluquístão, o veterano Ghaus Baksh Bizenjo e Akbar Bugti. O inimigo de meu inimigo é meu amigo, sustentaram eles, apontando as suas simpatias pelo Governo afegão de Babrak Karmal.

Demonstrando maturidade política, Bizenjo não se pronunciou abertamente a favor da independência do Baluquístão. «Embora o melhor momento já tenha passado, conceder a autonomia ao Baluquístão evitaria a sua separação do Paquistão», sustentou ele. Mas confessou ser pessimista sobre a possi-

bilidade de que tão sábia medida parta do actual Governo de Islamabad. A teoria de que o Paquistão se converteu num «tampão» no enfrentamento entre as superpotências é rejeitada pelos dirigentes *baluchi*. Na realidade, sustentam, o regime de Zia alinhou-se totalmente com os Estados Unidos. Em troca, um Baluquístão colocado entre o Paquistão pró-soviético e o oceano Índico com forte presença militar norte-americana, poderia servir como autêntico amortecedor dos conflitos na região.

Em Quetta, lembram-se de Bhutto por causa de uma operação militar que ele ordenou para sufocar o activismo *baluchi*. Bugti cooperou com o líder populista, mesmo depois de ele ter destituído Bizenjo do governo provincial. Mas não encontrei no Baluquístão nenhum sinal de actividade local do PPP. Cercados por uma situação internacional crítica, os *baluchi* colocam a sua independência como primeiro ponto da agenda.

Impaciência juvenil

Se julgarmos pelo critério tradicional da unidade oposicionista, deveríamos concluir que o regime da lei marcial não enfrenta nenhuma séria ameaça. Mas um Governo militar no Paquistão não pode ignorar o desafio político proveniente da sua própria força em Punjab, onde o PPP é claramente maioritário.

Embora careça de um dirigente

carismático como era Bhutto, o PPP tem uma direcção efectiva e os militantes e quadros médios obedecem ao comando de Begum Nusrat Bhutto. Existem, no entanto, divergência interna sobre problemas táticos. Algumas secções do PPP acreditam que não valia a pena formar o Movimento para a Restauração da Democracia, aliando-se com elementos que se opuseram a Bhutto. Um dirigente do PPP explicou que o Movimento não é uma aliança eleitoral ou programática, mas simplesmente uma forma de demonstrar o isolamento do actual regime político.

Com o processo político normal impedido pela Lei Marcial, não constitui surpresa encontrar sinais de impaciência ou desespero. Os métodos terroristas do *Al-Zulfikhar*, cujo organizador parece ser o filho de Bhutto, Murthala, não são oficialmente compartilhados pela direcção do PPP, mas também não encontrei nos meios oposicionistas nenhum sinal de desgosto ou repúdio pela afirmação da organização de que estaria a ser elaborada uma lista de figuras do regime condenadas à morte. Em algumas famílias que visitei, faltavam um ou dois membros que tinham passado à clandestinidade para se unirem ao *Al-Zulfikhar*. Em salas dominadas por grandes fotografias de Bhutto, os familiares não condenavam a atitude dos jovens militantes e mostravam preocupação pela sua sorte.

O descontentamento é notório entre a juventude e inclusive a Imprensa controlada informa periodicamente sobre distúrbios de rua. Durante uma eleição estudantil em Karachi, em Dezembro do ano passado, houve confrontos armados entre seguidores do *Jamaat* e militantes da organização estudantil dirigida pelo PPP. Estes últimos protestavam contra a perseguição policial e a fraude nas eleições da associação estudantil, nas quais o *Jamaat* foi declarado vencedor pelas autoridades. No *campus* universitário foram achadas armas escondidas e diz-se que algumas delas eram de origem israelita, supostamente provenientes do mercado negro estabelecido para armar as guerrilhas afegãs.

Falar de agitação estudantil no Paquistão traz sem dúvida lembranças da queda do regime de Ayub. No entanto, os paralelismos não são correctos: por detrás do protesto contra Ayub estava Bhutto, en-



Meemo Bhutto, apesar da sua força política não conseguiu sufocar o separatismo dos *baluchi*



quanto que hoje não há uma personalidade tão destacada dirigindo os estudantes. Por outro lado, o movimento estudantil contra Ayub foi espontâneo, enquanto que o actual protesto é resultado da actividade dos partidos que se opõem à lei marcial. Até ao momento, o activismo não conseguiu resultados espectaculares, mas nos últimos meses regista-se um claro aumento dos conflitos que já não são restritos aos estudantes, afectando outros sectores inclusive a população tribal da NWFR.

Não tive oportunidade de visitar a Cachemira paquistanesa, mas entrevistei militantes provenientes dessa região. Em Mirpur, disse-me, a situação é tensa. Em Dezembro do ano passado, seis dirigentes políticos locais, inclusive dois ex-governadores provinciais, reivindicaram a realização de eleições num prazo de 90 dias, todos os actos decretados pela lei marcial foram declarados nulos na Cachemira e exigiu-se a independência para o Poder Judiciário local. O Governo respondeu com repressão e detenções. A situação está calma na Cachemira, disse um ministro. Mas na linguagem oficial, calma não quer dizer pacífica.

O contacto saudita

A islamização do Paquistão empreendida pelo general Zia não teve sobre o cidadão médio o mesmo impacto que a revolução islâmica no Irão. Levantaram-se novas mesquitas, algumas delas de gigantescas dimensões, e o álcool está proibido, mas não com tanta rigidez como no vizinho Irão. Numa noite muito fria, um autarca muito gentil ofereceu-me um copo de rum, enquanto ele tomava também uma boa dose.

Nos hotéis de cinco estrelas, é frequente ver teólogos islâmicos com roupas tradicionais participando em seminários e conferências sobre diversos aspectos do Islão, e na televisão são frequentes as exortações religiosas e a leitura de passagens do Corão. Essa islamização deve-se, por um lado, aos sentimentos religiosos do general Zia, filho

de um *mullah*, e por outro, à sua aliança com o partido religioso *Jamaat-i-Islami* contra Bhutto. A facção mais conservadora do *Jamaat* continua leal ao regime e é de supor que as autoridades da lei marcial vejam na sua amizade com os clérigos a possibilidade de conseguirem algum apoio de massas. Mas, principalmente, a islamização está indissoluvelmente ligada à «conexão saudita» do regime paquistanês.

Os paquistaneses no exterior, principalmente na península arábica, enviam anualmente dois milhões de dólares às suas famílias. Além disso, os países do Golfo apoiam com créditos e empréstimos a economia do Paquistão, cuja produtividade agrícola é inferior à da Índia. Embora seja difícil obter cifras detalhadas, sabe-se que os sauditas contribuíram com a maior parte dos oito mil milhões de dólares que o Paquistão recebeu de países islâmicos em 1980. Só para o fundo de caridade *zakar*, a Arábia Saudita contribuiu com 200 milhões de dólares.

A ajuda saudita estende-se a outras áreas. O Paquistão tem o exército mais poderoso do mundo islâmico e o segundo do planeta em termos de número de efectivos (depois da China). A nível militar, existem os mesmos laços que em termos económicos e o Paquistão oferece treinamento aos militares dos Emirados Árabes Unidos, da Jordânia, Oman, Bahrein e Somália, além de em alguns casos enviar assessores a esses países, segundo acordos assinados nos tempos de Bhutto. Na Arábia Saudita, há uns mil assessores paquistaneses do exército, marinha e aeronáutica, sete corpos de engenheiros militares e duas divisões completas (uns 40 mil soldados) do exército do Paquistão.

Militarmente, o Paquistão é visto pela Arábia Saudita como peça importante da sua estratégia e por isso a casa real de Riad financiou a compra paquistanesa de sofisticados aviões norte-americanos F-16. Um diplomata asiático em Islamabad contabilizou 15 visitas de Zia à Arábia Saudita desde que ele subiu ao poder.

A «conexão saudita» acarreta generosos dividendos para o Paquistão, mas também cria problemas internos. Como os salários e os lucros são mais altos no Golfo, todos querem conseguir um emprego lá. Geram-se tensões e corrupção nas Forças Armadas. Segundo um político oposicionista, «as nossas Forças Armadas não estão em condições de defender as nossas fronteiras, estão corruptas, apegadas ao dinheiro fácil e demasiadamente acostumadas aos seus escritórios com ar condicionado». Segundo a mesma fonte, «há três categorias de militares no Paquistão: os que dirigem o país e se tornaram burocratas, os que vão para a Arábia Saudita e os que ficam em casa. Os dois primeiros grupos estão satisfeitos, mas os últimos reclamam».

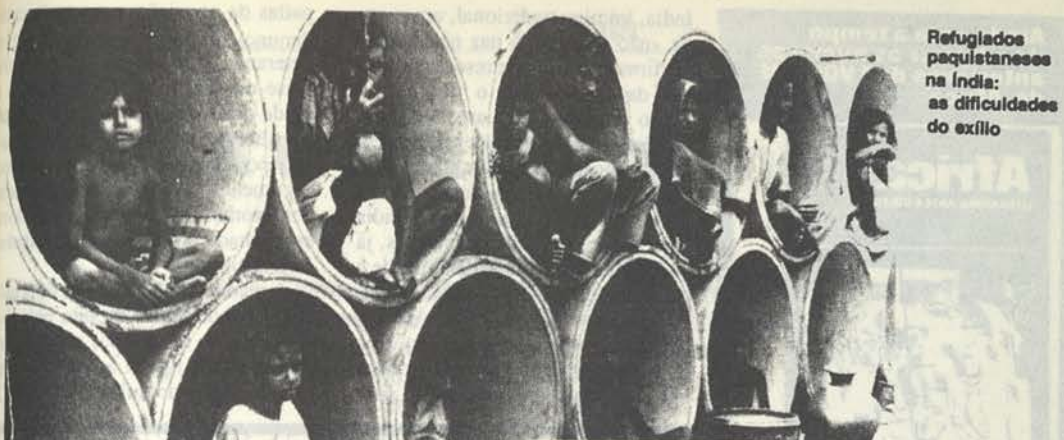
Esperava no aeroporto o avião que me levaria a Quetta. Um helicóptero da força aérea aterra e dele descem dois dignitários árabes com as suas tradicionais túnicas. Em poucos minutos, sobem num avião governamental. Um *gentleman* paquistanês que provocaria inveja na *City* londrina murmura quase para si mesmo: «Aí vão os nossos novos governantes com as suas fantasias».

Democracia para a paz

O general Zia disse-me que o Paquistão pretende relações amistosas com os seus vizinhos e negou-se a identificar qualquer país como «o principal inimigo» na complexa geopolítica da região. Disse, também, que pretendia desenvolver um método para conviver pacificamente com a União Soviética.

No Ministério dos Negócios Estrangeiros, o assunto do Afeganistão é tratado como se fosse um tema que as superpotências têm que resolver nas suas negociações. «O governo do Paquistão não fornece armas aos rebeldes afegãos, disse-me o ministro dos Negócios Estrangeiros, Agha Shahi. Mas Wali Khan desmente essa versão e os seus partidários ofereceram-se, inclusive, para mostrar à imprensa internacional os depósitos de armas e as rotas pelas quais estas chegam às mãos dos guerrilheiros.

Refugiados paquistaneses na Índia: as dificuldades do exílio



A lei marcial do regime de Zia-Ul-Haq não consegue superar a instabilidade política

Ao visitar o campo de refugiados afegãos perto de Peshawar, tive a impressão de que esses recém-chegados estão a criar tensões sociais na área. Conduzidas pelos seus chefes, algumas tribos afegãs começaram a chegar ao Paquistão em 1978, mas a maioria veio a partir de 1980. Correctamente vestidos com os seus trajes tradicionais, e aparentemente bem abrigados e alimentados, a sua imagem era muito diferente da dos mil bengalis despojados que fugiram do então Paquistão Oriental para a Índia antes da independência do Bangladesh.

Provenientes de terras inóspitas, a maioria deles provavelmente ficará aqui, mesmo se as coisas mudarem no Afeganistão. Muitos deles instalam lojas de comércio — desde tachos até alfaiatarias — e o seu sucesso provoca ressentimentos na população local. Em Quetta, um funcionário do governo explicou-me que as rendas de casa tinham subido na cidade devido à chegada dos refugiados endinheirados. E acrescentou que podia testemunhar que os chefes tribais refugiados estão envolvidos num activo contrabando através da conturbada fronteira.

Em Torkhaim, onde desemboca o Passo Khyber que conduz ao Afeganistão, a atmosfera era surpreendentemente tranquila. A barreira da fronteira era atravessada de um para o outro lado sem nenhum visto, já que os velhos da aldeia imediatamente reconhecem qualquer forasteiro. Havia apenas um soldado de cada lado e a principal atracção eram os bazares onde se pode comprar desde lâminas de barbear *Wilkinson* até perfume *Chanel*. Comprei uma lanterna e descobri que trazia inscrito *Made in the People's Republic of China*.

O Baluquistão é outra região montanhosa que se poderá ver ameaçada por conflitos de repercussão internacional. As convulsões no vizinho Irão parecem aproximar-se de um ponto explosivo à medida que se apaga a vida do velho *ayatollah* Khomeini. O que acontecerá depois no Irão? No *establishment* paquistanês, ninguém quer fazer declarações

públicas sobre o assunto, mas o meu olfacto de jornalista disse-me que o assunto os preocupa. Oficialmente, o Paquistão nega fazer parte dos planos estratégicos de Reagan, mas isso não garante que o país se manterá alheio em caso de luta aberta entre facções iranianas opostas. Como peão saudita, o Paquistão não poderia ser neutro numa batalha pelas jazidas petrolíferas iranianas. Aí está talvez a resposta para os *F-16* norte-americanos e porque razão os sauditas estão tão dispostos a emprestar o dinheiro para comprá-los. As bases aéreas de Quetta e Peshawar estão a ser ampliadas, estando a ser construída uma nova em Bannu. Os quartéis crescem como cogumelos e a fronteira com o Irão está fortemente vigiada. Nesse cenário, os problemas internos do Baluquistão tomam uma nova dimensão.

Enquanto isso, o general Zia dirige-se para o outro lado e oferece à

Ainda esta a tempo de adquirir os números anteriores do I VOLUME de "Africa"...

Africa⁷
LITERATURA-ARTE E CULTURA



Africa⁸
LITERATURA-ARTE E CULTURA



Africa⁹
LITERATURA-ARTE E CULTURA



Se os não encontrar na sua livraria peça-os directamente a **ÁFRICA EDITORA**
Rua Santa Cruz, Lote 9, 3.º E
2780 Oeiras - tel. 2435796

Índia, inimigo tradicional, um pacto de «não guerra» (a paz não poderá ser firmada até que se resolva a questão da Cachemira, o que levará muito tempo). Obviamente, com tensões na frente ocidental, o Paquistão gostaria de garantir a tranquilidade da sua retaguarda. Além disso, uma aproximação com a Índia geraria bons dividendos internos, já que a atitude popular é de amizade e não de ódio para com o gigante vizinho. Mas o regime militar é, por definição própria, transitório e a Índia preferiria não se arriscar com um passo que pode tirar-lhe as sim-

patias da oposição e ser mais tarde denunciado como ilegítimo. Um veterano jornalista paquistanês disse-me que o MRD questionou a ajuda norte-americana a um regime transitório e não-legítimo pela votação popular e que, com o mesmo argumento, não se consideraria comprometido em manter a palavra empenhada em acordos ou tratados internacionais.

A reconciliação entre os dois países depende então da luta pela democracia no Paquistão, assim como também está ligada a ela a paz em toda a região do sul da Ásia. □



Zia-ul-Haq: norte-americanos e sauditas consideram-no um peão importante para a sua estratégia na região

Dois actos de protesto

□ Episódio ocorrido recentemente em Peshawar, cidade próxima da fronteira com o Afeganistão, constituiu um desafio aberto à proibição de realizar actividades políticas, vigente desde Outubro de 1979.

Em protesto pelo assassinato de um destacado dirigente local do Partido Democrático Nacional (PDN) por parte de elementos religiosos de extrema-direita, militantes desse agrupamento tentaram e levaram a cabo uma manifestação. Mais de 600 partidários do PDN marcharam em direcção ao centro para esse efeito, porém uma brutal operação policial barrou-lhes o caminho. As ruas de acesso ao centro foram fecha-

das ao trânsito e os manifestantes que tentaram atravessar o cerco foram reprimidos à bastonada e com bombas de gás lacrimogéneo. O presidente do extinto Partido Nacional Awami, Abdul Wali Kahn, que é agora membro do PDN e um dos líderes mais importantes da oposição, foi preso com mais 40 trabalhadores do seu partido.

Poucos dias antes, em Karachi, os estudantes das duas universidades e de outros centros educativos abandonaram as aulas em forma de protesto pela brutalidade com que a polícia reprime os universitários que manifestam a sua oposição ao regime.

(Narinder Koshla)

A ordem das baionetas

Os militares reprimem indiscriminadamente os grupos armados de esquerda e de direita, os sindicatos e os intelectuais, enquanto impõem a receita monetarista clássica libertando os preços e congelando os salários

EMBORA raramente se transforme em notícia, a repressão na Turquia representa — desde 12 de Setembro de 1980, quando o general Kenan Evren tomou o poder — um dos casos mais graves do mundo. Se no começo alguns sectores tendiam a olhar com indulgência as acções de força dos militares que se apossaram do governo de Ancara, foi porque tomaram à letra as justificativas dadas por Evren: a repressão abater-se-ia exclusivamente sobre os grupos armados de extrema-direita e extrema-esquerda, culpados de terem lançado o país no caos. Uma vez a casa em ordem, os militares voltariam aos quartéis.

Mas o caminho imprimeado por Evren e pelos quatro chefes dos corpos armados que o secundam no Conselho Nacional de Segurança foi muito mais além daquilo que fora assinalado nas declarações oficiais iniciais. A repressão atingiu com extrema dureza as organizações armadas, mas estendeu-se a sindicalistas, intelectuais e políticos. Não há hoje nesse país da Ásia Menor nem liberdades políticas nem sindicais. O protesto lançado perante a dissolução dos partidos políticos, por volta do final de 1981, custou ao líder da tendência social-democrata, Bulent Ecevit, três meses de prisão.

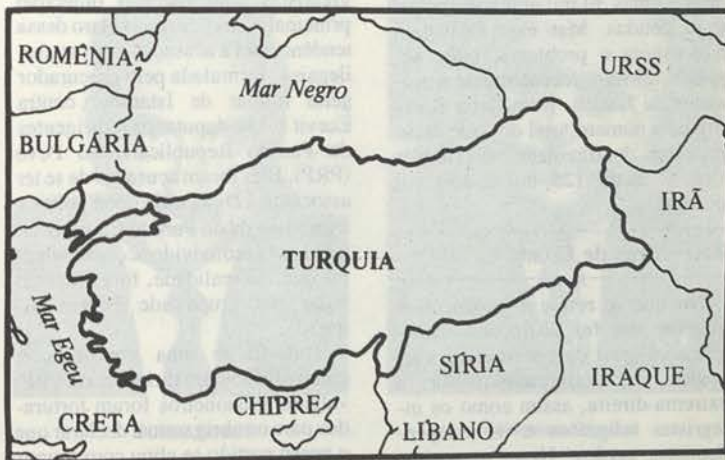
Sob o estado de lei marcial, os tribunais militares emitiram uma centena de penas de morte, das quais só dez foram até hoje executadas. Esse tipo de sanções estava reser-

vado para os culpados de actos terroristas graves e até agora só a estes foi aplicado. Mas a escalada repressiva atingiu também a reivindicação pacífica e, em particular, o sector sindical. Um milhar de sindicalistas da *Disk* (a central operária progressista) encontram-se detidos e cinquenta deles correm o risco de ser condenados à pena capital. Os militares faltaram à sua promessa de respeitarem a liberdade de expressão e, por meio de sanções e amea-

Agustín Castaño



O general Evren golpeou com extrema dureza as organizações armadas, os sindicatos e os partidos políticos



ças, conseguiram que a imprensa não informe sobre o que acontece, mas só sobre o que o governo permite. A mesma censura é feita em relação ao que se publica sobre a Turquia no exterior e não agrada à ditadura do Conselho de Segurança.

Tortura sistemática

Uma das mais graves expressões de violação dos direitos humanos é o uso sistemático da tortura. Segundo a Amnistia Internacional, 72 pessoas morreram sob tortura nos cárceres turcos. Em Fevereiro passado, uma missão de especialistas franceses designada pela Federação Mundial dos Direitos do Homem, visitou a Turquia. No regresso, um dos seus membros, o secretário-adjunto da Liga Francesa dos Direitos do Homem, Christian Rostochere, declarou em Paris: «Todos os testemunhos dignos de fé que recolhemos referem-se ao emprego sistemático da tortura pela polícia durante o período de prisão preventiva. Os métodos são, entre outros, a suspensão pelos pés, a crucificação, o choque eléctrico, simulações de execução, «garrotes» nos pés, a prática do chamado «corredor» (que consiste em obrigar o prisioneiro a ficar parado num só pé apoiando-se com um dedo na parede), assim como as torturas sexuais nas mulheres».

Quanto ao número de prisioneiros, segundo as cifras oficiais, umas 40 mil pessoas passaram pelos cárceres desde a implantação da ditadura e umas 30 mil ainda se encontram detidas. Mas essa estatística não esgota o problema, pois, segundo afirmou recentemente o ministro da Justiça, Kemalletin Kasifoglu, o número total dos que estão privados de liberdade na Turquia situa-se entre 125 mil e 150 mil pessoas.

Terrorismo de Estado

No que se refere à violência, o governo não fez distinções. Castigo com igual dureza os grupos armados de extrema-esquerda e extrema-direita, assim como os integristas religiosos e os independentistas curdos. Nisso, o regime

distinguiu-se dos seus antecessores: os golpistas de 1971 centraram a repressão apenas contra a esquerda e os intelectuais.

Esse terrorismo de Estado foi eficaz. A «ordem» reina na Turquia, após os atentados terem atingido níveis alarmantes. Nos anos precedentes ao golpe, registaram-se (entre 1975 e 1980) cinco mil mortos pela violência, dos quais dois mil em 1980. Muitos activistas e muitas armas foram capturados e o terrorismo, apesar de não se ter extinguido, diminuiu consideravelmente. Sobre esse «êxito», obtido a sangue e fogo, e sobre a tranquilidade de uma parte da população (a que mais tem a perder) que antes tinha medo de sair à rua, assenta o domínio militar. A «ordem» hoje reinante não deixa de ser uma paz de cárcere e cemitério.

Nova Constituição, velha receita

Mas a extensão da repressão a sectores não comprometidos com a violência faz temer que o programa consista em ensaiar a instalação de uma «democracia autoritária», baseada nas seguintes linhas de acção:

1) A eliminação de políticos e sindicalistas «incómodos» de maneira permanente do cenário político. Neste plano os sectores progressistas constituem o objectivo principal. O indicio mais claro dessa tendência foi a acusação por «acções ilegais», formulada pelo procurador geral militar de Istambul contra Ecevit e 132 deputados e dirigentes do Partido Republicano do Povo (PRP). Eles foram acusados de se ter associado à *Disk*, cuja linha política é próxima da do Partido Comunista, e de haver promovido acções violentas que, na realidade, foram executadas por grupos de extrema-esquerda.

Trata-se de uma impostura e, como afirmou um dirigente do PRP, «alguns prisioneiros foram torturados para os obrigarem a declarar que o nosso partido se aliou com grupos

de extrema-esquerda, o que é totalmente falso pois nunca tivemos nada a ver com essas actividades terroristas. A única e real intenção dos militares é a de liquidar o nosso partido».

As penas correspondentes às acções feitas variam de oito a quinze anos de prisão. Se fossem executadas implicariam a supressão da liberdade para a direcção do PRP, incluindo a do seu dirigente máximo, o ex-presidente Bulent Ecevit. Se se considerar que o PRP é uma formação progressista moderada, pode-se deduzir que o objectivo dos militares é impedir o ressurgimento de toda e qualquer expressão de esquerda, ainda que de tendência social-democrata.

2) o prolongamento do actual regime militar por mais alguns anos, apesar do seu prometido carácter transitório. A duração da ditadura militar é, em todo o caso, algo que Evren e os seus colaboradores se negam a definir; 3) a consagração de uma democracia restrita e a preservação de um controlo militar importante a longo prazo, situação que ficaria consagrada na nova Constituição. Juntamente com a dissolução dos partidos políticos, o general Evren designou uma Assembleia Consultiva — sem nenhuma forma de consulta popular — cuja missão é preparar o projecto de uma nova Constituição. Esta será submetida a um referendo e, embora as modalidades da convocatória ainda não sejam conhecidas, presume-se que haverá escassas oportunidades de deter a propaganda oficial em seu favor.

Até onde se sabe, o projecto inclui os seguintes objectivos: redução das prerrogativas do Parlamento; novo estatuto dos partidos políticos; um sistema eleitoral tendente a favorecer o bipartidarismo; interdição de aspirar a cargos públicos e electivos para um grande número de políticos; limitação das liberdades públicas, ou seja, mecanismos institucionais por meio dos quais as Forças Armadas conservariam o controlo sobre o processo.



Os trabalhadores turcos sofrem a repressão e são obrigados a emigrar em consequência de uma política que liberta os preços e congela os salários

Essa seria a «democracia autoritária» que o general Evren prepara. Esse novo Estado deveria substituir o actual terrorismo de Estado que, como vimos, ultrapassou em larga medida o propósito de conter os «extremismos opostos», justificativa do pronunciamento. E se na repressão aos grupos armados o poder militar foi indiscriminatório, não o foi no campo económico.

O vice-primeiro-ministro do regime e condutor do processo económico é Turgut Ozal, ex-ministro da Economia do governo direitista de Demirel, que colocou em vigor uma propaganda monetarista de tipo clássico e radical. A proibição de se realizarem greves, assim como a normalização das actividades que tinham sido severamente afectadas pelo caos que precedeu o golpe, operaram em favor do regime. A inflação, que havia chegado aos 120%, desceu para 40%.

que é um progresso em comparação com o calamitoso período anterior. Mas nenhum dos males crónicos da economia turca foi resolvido. E a reanimação produtiva foi conseguida à custa dos sectores de baixo rendimento pelo simples expediente de «liberalizar» os preços e conter os salários. Quer dizer, as camadas populares perderam poder aquisitivo enquanto sofrem um desemprego que atinge 20% da população activa.

Essa sombria realidade, onde a ditadura militar e o seu furor re-

pressivo se articulam com projectos institucionais autoritários e onde o poder económico se concentra nas camadas privilegiadas, é praticamente quase desconhecida a nível internacional. No entanto, é fácil de ser compreendida se analisarmos os interesses que controlam o sistema informativo transnacional, que apesar da sua alegada objectividade, se orientam no sentido de projectar certos casos e minimizar outros, como o da Turquia, país membro da NATO e área de fronteira estratégica com a União Soviética. □

Sombria realidade

Em geral, a economia está a funcionar como em tempos normais, o



Bulent Ecevit



Suleyman Demirel



Na grande ou pequena intervenção damos-lhe a garantia da nossa experiência

- *montagem de estruturas metálicas
pórticos
pontes rolantes e transportadores*
- *movimentação, elevação
montagem de equipamentos pesados*
- *montagem de torres processuais
reservatórios de armazenagem*
- *pré-fabricação e montagem de tubagem*
- *montagem de equipamento rotativo*
- *cedência de pessoal especializado*

servimos as indústrias:

petróleo
petroquímica
química
cimentos
naval
energia
celulose
papel
siderurgia
mineira
agrícola
alimentar

TONUS

Montagem e Aluguer de Máquinas, Sarl

Lisboa – Porto – Setúbal – Sines

Sede: Av. 5 de Outubro, 114-1.º Dt.º – 1000 Lisboa

América Central

Uma tríplice aliança sectária

A recém-criada Comunidade Democrática Centro-Americana visa isolar militar e economicamente a Nicarágua e fortalecer os regimes de El Salvador e Guatemala

Martín Morazán

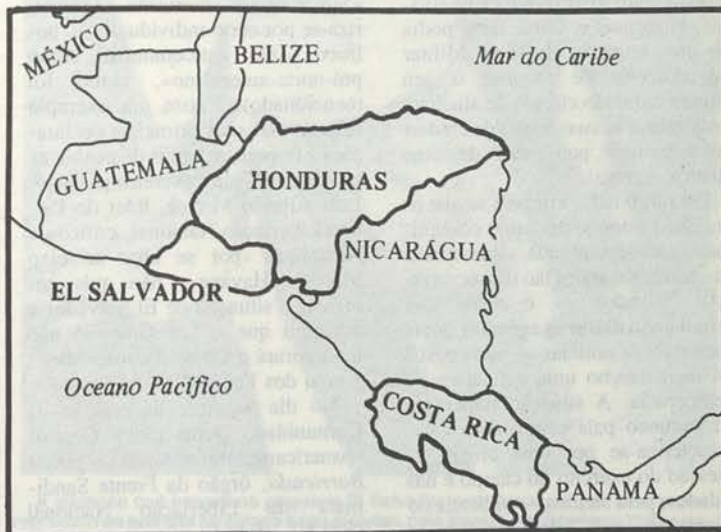
A 19 de Janeiro de 1982, os ministros dos Negócios Estrangeiros de El Salvador, Honduras e Costa Rica — Fidel Chávez Mena, César Elvir Sierra e Bernd Niehaus, respectivamente — assinaram em San José a criação de uma Comunidade Democrática Centro-Americana. O facto coincidiu com a visita à capital costarriquenha de um alto funcionário do Departamento de Estado norte-americano e foi interpretado como uma iniciativa parcial (excluía os outros quatro países centro-americanos) destinada a servir de «tábua de salvação» para o regime militar democrata-cristão de El Salvador, isolar a revolução sandinista na Nicarágua e, de certo modo, ressuscitar o Conselho de Defesa Centro-Americano (CONDECA), imprimindo-lhe um matiz menos militar e mais político.

Que comunidade?
Que democracia?

O documento subscrito em San José mencionava «o destino histórico comum das nações centro-americanas, a solidariedade para solucionar problemas comuns e a interdependência económica e social dos seus povos», ao mesmo tempo que propunha criar «um clima de estabilidade e confiança» na região, ratificar «os valores democráticos» e apoiar os processos eleitorais. Entre os objectivos da tríplice aliança apontava-se que a solidariedade estendia-se às situações em que «alguns dos membros



Repressão em El Salvador: nada mais que uma caricatura da democracia



da comunidade fossem vítimas de qualquer tipo de agressão ou de alguma forma de pressão internacional» e reafirmava o direito individual de recorrer a «medidas de segurança colectiva».

Nesse mesmo mês, assumia a presidência de Honduras o doutor Roberto Suazo Córdova, representante do Partido Liberal e vencedor das eleições gerais de 29 de Novembro de 1981; numerosas delegações internacionais e da área tinham sido convidadas ir a Tegucigalpa. No entanto, os membros da comunidade Democrática Centro-Americana decidiram que o Ministério dos Negócios Estrangeiros de El Salvador fosse o depositário das actas originais e coordenador das futuras agendas e reuniões dos ministros.

Imediatamente, o Governo de Ronald Reagan — por intermédio do Departamento de Estado — deu «calorosas boas-vindas» à criação da coligação política, qualificou-a como «um passo muito positivo» e manifestou o desejo de que «outras nações apoiem essa tentativa de fortalecer os valores democráticos na região».

Radiografia da triplíce aliança

Vários observadores coincidiram em assinalar que o pacto firmado em Janeiro pelos governos de El Salvador, Honduras e Costa Rica podia ser uma tentativa da Junta Militar salvadorenha de ampliar o seu «muito reduzido círculo de aliados» e revitalizar as suas fontes de crédito internacionais por meio de uma aliança regional.

Por outro lado, afirmou-se que os impulsionadores de uma comunidade autodenominada «democrática» não eram assim tão democratas.

El Salvador — e disso dão testemunho diário as agências internacionais de notícias — não constitui nem mesmo uma caricatura de democracia. A situação imperante no pequeno país centro-americano caracteriza-se por uma brutal repressão do exército no campo e nas cidades, pela técnica — aplicada no Vietname — da «terra arrasada» e

pelos milhares de prisioneiros e assassinados.

Honduras, apesar da transcendência que se tentou dar ao problema do «retorno à constitucionalidade» e às eleições gerais de Novembro de 1981, carece de tradição democrática. Salvo durante breves períodos, as forças armadas hondurenhas detiveram o poder durante quase 18 anos e os civis foram sempre marginalizados. Os golpes de Estado, os grandes subornos efectuados por empresas transnacionais, a corrupção oficial, o contrabando e o tráfico de narcóticos constituíram na história recente a marca distinta e reforçaram a antipática imagem de «república bananeira».

No plano interno a situação caracteriza-se pela deterioração económica, o descontentamento social e a repressão. O fantasma do golpe militar — principalmente com o coronel Gustavo Alvarez Martinez como comandante do exército — paira o tempo todo. No plano externo, Honduras é um «gendarme regional» que acata os ditames de Washington, alia-se com o governo salvadorenho e dá força à contra-revolução na Nicarágua.

A Costa Rica, por seu lado, orgulha-se da sua tradição democrática. Mas por razões históricas — o seu isolamento no passado, especialmente — e pelo seu particular desenvolvimento económico, a «Suíça centro-americana» caracteriza-se por certo individualismo político («tão anticomunista como pró-norte-americano», como foi mencionado). Existe um exemplo recente: nas suas primeiras declarações à Imprensa depois de ganhar as eleições de 7 de Fevereiro passado, Luís Alberto Monge, líder do Partido Libertação Nacional, criticou a Nicarágua «por se aliar ao eixo Moscovo-Havana», não quis comentar a situação de El Salvador e adiantou que o seu Governo não incorporará a Costa Rica no Movimento dos Países Não-Alinhados.

No dia seguinte da criação da Comunidade Democrática Centro-Americana, um editorial do jornal *Barricada*, órgão da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), afirmou que «o que mais

preocupa é que a Comunidade Democrática Centro-Americana surja depois da visita à Costa Rica do subsecretário de Estado norte-americano, James Buckley» e lembrou que «a Nicarágua, a primeira nação que afirmou a sua vocação de paz nas Nações Unidas e advogou pelas resoluções políticas dos graves problemas da América Central, nem foi consultada e muito menos convidada para essas reuniões organizadas precipitadamente em dois dias».

Os EUA apertam o cerco contra a Nicarágua

Por sua vez, a Frente Patriótica da Revolução (FPR) — integrada pela FSLN e pelos partidos Popular Social-Cristão, Liberal Independente e Socialista Nicaraguense — indicou que a criação da Comunidade Democrática Centro-Americana aparecia como uma manobra dos Estados Unidos para isolar o regime sandinista, assinalou que «os únicos países que a integram são os que têm fronteiras terrestres e marítimas com a Nicarágua» e advertiu que «tudo parece indicar que estão a ser criadas as condições para cercar política, comercial e militarmente o nosso país».

Finalmente, poucos dias antes da realização de eleições na Costa Rica, o então candidato com maiores possibilidades de vitória, Luís Alberto Monge, reconheceu que o subsecretário para Assuntos Económicos do Departamento de Estado norte-americano, James Buckley, tinha participado nas negociações que terminaram com a assinatura do acordo da Comunidade Democrática Centro-Americana. Em relação à posição da Costa Rica, o dirigente do Partido de Libertação Nacional foi claro: «Na confrontação ideológica entre comunismo e democracia não somos neutros. Estamos com a causa da democracia e somos amigos de quem, como os Estados Unidos, a defende».

**«Excludente, agressiva
e perturbadora»**

Em princípios de Fevereiro deste ano, o ministro dos Negócios Estrangeiros da Nicarágua, Miguel D'Escoto, dirigiu uma carta ao secretário-geral das Nações Unidas, Javier Pérez de Cuéllar, na qual garantia que a formação da tríplice aliança, «com total desconhecimento dos outros quatro países da sub-região», em vez de cooperar para a solução pacífica dos problemas da área, constituía «um novo elemento desestabilizador» e que «longe de unir-nos, nos divide». A nota sustentava que «cabe questionar os verdadeiros objectivos da criação da comunidade e quem está por detrás dela, levando em conta a difícil situação de dependência económica de dois dos seus membros e a necessidade de melhorar a imagem internacional de um terceiro».

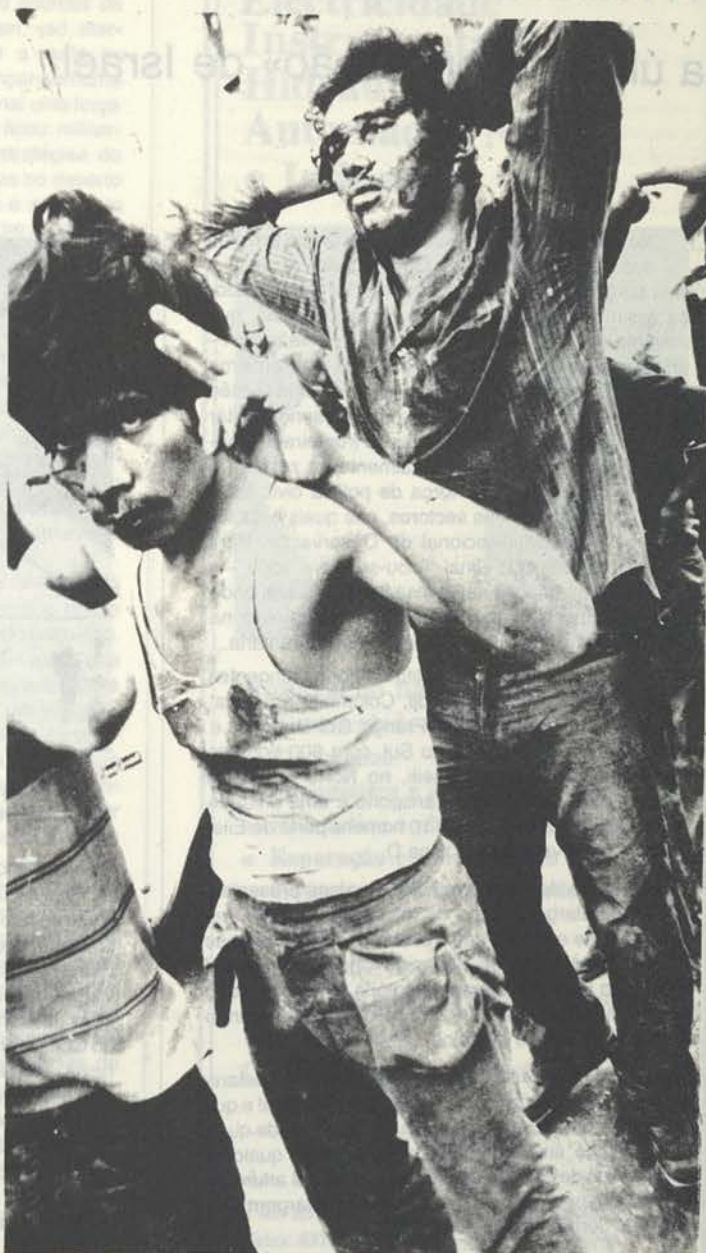
Anteriormente, o jornal *Tiempo* de Honduras tinha assinalado no seu editorial de 22 de Janeiro de 1982 que «era impossível imaginar que o ministro Elvir Sierra, a apenas uma semana de deixar o cargo, iria assinar um documento de tal envergadura», e que «também não era concebível que o ministro Niehaus fizesse outro tanto 15 dias antes de sair do seu posto» e que Chávez Mena trabalhara da mesma maneira «porque supõe que em Março haverá eleições em El Salvador».

Continuando, o jornal hondurenho interrogava: «Que é que se esconde por detrás da Comunidade Democrática Centro-Americana? Aonde querem nos levar com essa nova organização, feita às escondidas, sem discussão pública, sem autorização efectiva por parte da administração recém-eleita e do povo hondurenho? (...) Será que, diante do não funcionamento do Conselho de Defesa Centro-Americano (CONDECA), procura-se outro mecanismo intervencionista mais dúbio?».

Mas, provavelmente, a crítica mais certa tenha vindo do ex-presidente venezuelano e líder social-democrata Carlos Andrés Pérez, que, depois de expressar que a

Comunidade Democrática Centro-Americana tinha sido formada por «dois governos em fim de mandato e por um que não era democrático», afirmou que a aliança lhe lembrava «em caricatura, o eixo Roma-Ber-

lim-Tóquio». O ex-presidente foi breve e claro; «a Comunidade Democrática Centro-Americana — disse ele — exclui democracias como o Panamá e Belize, enfrenta a Nicarágua e perturba a Guatemala» □



A situação que impera no pequeno El Salvador caracteriza-se por uma brutal repressão do exército no campo e nas cidades, pela técnica — aplicada no Vietname — da «terra queimada» e pelos milhares de prisioneiros e assassinados

A retirada do Sinai: a última «concessão» de Israel

□ No dia 25 de Abril, respeitando o prazo previsto nos acordos de Camp David, Israel restituiu a última porção do Sinai que ainda não tinha evacuado. Fica assim completa a retirada dessa província, que doravante se divide em três zonas: A, B e C. Na zona A – a primeira a ser evacuada – que é a faixa mais próxima do Canal do Suez, o Egípcio pode dispor de uma divisão de infantaria mecanizada; na zona B, a presença militar egípcia limita-se a quatro unidades de fronteira equipadas com armamento ligeiro. Finalmente na zona C, o Egípcio só poderá ter uma força de polícia civil. Essa zona fica dividida em três sectores, nos quais estacionará uma Força Multinacional de Observação. Para além destas zonas do Sinai, fixou-se outra zona – a zona D – em território israelita e na faixa de Gaza, onde haverá igualmente observadores internacionais e na qual Israel pode manter quatro batalhões de infantaria...

A Força Multinacional é constituída por contingentes dos seguintes países: ilhas Fidji, Colômbia, Austrália, Nova Zelândia, Holanda, Itália, França, Grã-Bretanha e EUA. Os EUA dispor-se-ão no Sul, com 800 homens numa base de Charm-El-Cheik, no Norte com uma unidade de helicópteros de transporte e uma unidade logística de 300 homens, com 10 homens perto de Eilat e com 30 observadores na zona D.

Como se vê da enumeração dos países presentes, trata-se de alargar a zona de influência da NATO ao Médio Oriente e de dar aos EUA uma importante base no estratégico ponto de Charm-El-Cheik. No que diz respeito ao Egípcio e a Israel, é notória a superioridade dos efectivos israelitas na zona de fronteira, quando comparados com os egípcios.

Apesar de tudo isto, Israel apressou-se a declarar que não faria mais nenhuma concessão territorial e que iria estudar uma lei que proibisse a restituição de qualquer território árabe ocupado ao abrigo de qualquer outro acordo de paz. Ao mesmo tempo, Israel anunciou que vai estabelecer novos colonatos na Margem Ocidental do Jordão nos Montes Golá.

Do lado egípcio, apesar das declarações oficiais em contrário (o presidente Mubarak já reafirmou a sua intenção de prosseguir a via dos acordos de Camp



Após 25 de Abril de 1982, a linha de fronteira entre o Egípcio e Israel passa pelo posto de Rafah (na foto)

David quanto às populações palestinas da Cisjordânia e da faixa de Gaza), tudo se prepara para a reentrada do Cairo na família (moderada) árabe. Os primeiros passos já foram dados nesse sentido: os cidadãos de doze Estados árabes podem doravante entrar no Egípcio sem visto. Por seu lado, a Arábia Saudita levantou as proibições de entrada às publicações egípcias. E os Estados do Golfo – antes mesmo da entrega do Sinai já o Kuwait havia acolhido uma delegação egípcia numa reunião dos não-alinhados, durante a qual o Cairo apresentou um plano de autonomia palestina muito semelhante às propostas sauditas e diferente das dos acordos de Camp David – exprimiram a sua gratidão ao regime caiota pelo auxílio militar que este tem vindo a prestar ao Iraque na guerra contra o Irão.

Os reis da Jordânia e do Marrocos enviaram felicitações ao Cairo pela «recuperação» do Sinai, sintoma evidente de uma próxima reconciliação.

As grandes dúvidas que agora subsistem dizem respeito à «amizade» israelo-egípcia que os acordos de Camp David supostamente consagrariam «ad eternum»: Nenhum observador pensa que a curto ou mesmo a médio prazo, o Egipto possa lançar-se numa guerra contra Israel. Por um lado, há no Sinai uma força internacional de 2600 homens e Israel ficou militarmente compensado da relativa perda estratégica do Sinai com as novas instalações construídas no deserto de Neguev, com auxílio norte-americano e cujo custo ascendeu a três mil milhões de dólares. Um estudo do Departamento de Estado norte-americano revela, aliás, que Israel, depois da restituição do Sinai, fica em condições de superioridade estratégica tais que pode rechazar um ataque árabe constituído por corpos expedicionários iraquianos, argelinos, sauditas, kuwaitianos e marroquinos que eventualmente acessem em apoio de uma ofensiva egípcia. Por outro lado, qualquer «agressão» egípcia faria correr o risco de uma intervenção directa dos EUA e da NATO na região. Finalmente, as Forças Armadas do Egipto não se encontram em condições de combater um inimigo, aliado preferencial da mesma potência que fornece substancialmente o seu próprio exército.

Mas se a paz militar parece garantida por um lapso de tempo bastante duradouro, isso não significa que a «amizade» entre os dois povos seja um dado adquirido. A destruição de Yamit e as arrogantes afirmações dos israelitas, segundo os quais tinham recebido areia e era isso que restituiriam, constitui, mais que um símbolo, uma ofensa para o povo egípcio. Na verdade, os egípcios sabem e não esquecem que o Sinai não era um deserto quando foi ocupado pelos israelitas. Pelo contrário: em 1969, os sionistas tudo fizeram para expulsar as populações locais, arrasando as aldeias, os campos cultivados, desertificando os campos de pastoreio e encerrando os poços. O Sinai estava na altura a ser transformado no âmbito da «revolução verde», e, para isso, havia sido construído um túnel sob o Canal do Suez para transporte das águas do Nilo. Escolas, mesquitas, todo o sinal da presença humana árabe foi destruído no Sinai pelos bulldozers israelitas. E foi sobre os escombros desse trabalho árabe que Israel edificou, com um investimento de 17 mil milhões de dólares, fortificações e instalações militares, aldeias, colonatos e centros turísticos.

Se Israel, por suas próprias mãos, destruiu o que tinha feito no Sinai, já anteriormente arrasara aquilo que os egípcios ali tinham edificado.

Esta atitude de Israel, a previsível anexação da Cisjordânia e de Gaza, acompanhadas pela reaproximação do Cairo com parte do mundo árabe, são de molde a fazer crer que a «paz» egípcio-israelita dificilmente se traduzirá numa «amizade» real entre os dois povos.

I. A. N. I.

INSTRUMENTAÇÃO, AUTOMAÇÃO
NAVAL E INDUSTRIAL, LDA.

Electricidade Instrumentação Hidráulica Automação Naval e Industrial



Reparação naval e industrial

- Electricidade alta/baixa tensão
- Electrónica
- Pneumática e electro-pneumática
- Hidráulica e electro-hidráulica
- Reparação e rebobinagem em motores eléctricos incluindo geradores

Montagem naval e industrial

- Em todos os sectores de automação e electricidade

Controlo técnico de montagem e reparação

Av. 25 de Abril, 9-1.º Dt.º

Paivas — 2840 Seixal — Portugal

Telex 43702 I.A.N.I.-P Tel. 221723/30

Uma vitória contra a Nestlé

□ As agências das Nações Unidas e as organizações não-governamentais empenhadas no controlo da promoção e do emprego dos substitutos do leite materno, conseguiram uma segunda e relevante vitória. A primeira foi a adopção, por parte da Assembleia Mundial da Saúde (23 de Maio de 1981), de um código de conduta obrigatória nesta matéria. Agora a Nestlé — a corporação transnacional que é de longe o principal fabricante mundial de substitutos — acaba de anunciar que acatará as disposições estipuladas. Entre a aprovação do código por unanimidade, com a única excepção dos Estados Unidos e nove abstenções (ver *cadernos do terceiro mundo* n.º 35, «Um passo contra as transnacionais») e este anúncio, ocorreram muitos factos que explicam a decisão da empresa suíça. Nesse período de tempo, 20 nações puseram em prática o código, incorporando as disposições nas suas próprias legislações ou mediante a adopção de outro tipo de providência, enquanto outros 38 países estão a caminho de fazer o mesmo.

Por outro lado, o «Comité Internacional de boicote à Nestlé», a organização que desenvolve já há vários anos a campanha contra a empresa, tem conseguido que diminuíssem as vendas de leite em pó e outros sucedâneos. Na realidade, os substitutos do leite materno só representam 2,5% das vendas mundiais da Nestlé, que totalizaram cerca de 12 biliões de dólares em 1981.

O «Código Internacional de Comercialização dos Substitutos do Leite Materno» propôs-se eliminar as práticas impostas pelas transnacionais para se afirmarem no mercado, omitindo os efeitos nocivos provocados pelo emprego dos sucedâneos, salvo nos casos em que as mães estão impedidas de amamentar os recém-nascidos. É um facto científico irrefutavelmente comprovado que o melhor alimento infantil é o leite natural.

Porém a propaganda e os truques promocionais das empresas impuseram a grandes camadas da população mundial a crença de que as virtudes nutritivas do leite em pó são superiores. Isso tem-se constituído num factor de mortalidade infantil e de transtornos e deformações congénitas em milhões de crianças, particularmente no Terceiro Mundo. Os executivos da Nestlé afirmaram que observarão as principais disposições do código, isto é, cessar a propaganda comercial e as práticas tendentes a desestimular a alimentação natural. Os materiais elaborados pelos promotores anunciarão que «o leite materno é o melhor alimento para os bebés» e que «as mães deveriam sempre consultar um médico» antes de recorrer aos substitutos. A empresa assegurou que dará as necessárias instruções a todas as suas filiais.

A «Rede de Acção Internacional sobre Alimentos Infantis», a organização não-governamental que fez a campanha a favor do código, aprovou com prudência a decisão da Nestlé. O porta-voz da rede disse que «se a Nestlé é realmente sincera, o passo mais construtivo que deveria dar seria a realização de um encontro com o comité de boicote para firmar um acordo claro e obrigatório que permita o fim da campanha». Acrescentou ainda que espera que as medidas da Nestlé incluam não só todas as formas de promoção directa, como também cessar a distribuição de amostras e gratificações ao pessoal médico, assim como a utilização de outros meios visando propiciar a adopção de substitutos.

Mesmo aceitando as reservas destas organizações que passaram anos lutando contra as transnacionais e que logicamente aguardam que as medidas anunciadas se reflectam na prática, a vitória obtida é clara. E espera-se que outras empresas, influenciadas pela corporação líder do sector, se sintam levadas a imitá-la.

Direito do mar

□ Após oito anos de difíceis e complexas negociações, foi aprovado na ONU o novo tratado do «direito do mar». Votaram contra, os EUA, a Turquia, a Venezuela e Israel. Abstiveram-se 17 países, entre os quais os Estados socialistas europeus (excepto a Roménia) e muitas nações euro-ocidentais.

O tratado prevê que o limite das águas territoriais seja de 12 milhas, com 200 milhas de zona económica e de pesca, e com 350 milhas de protecção do gás e petróleo *offshore*. Os barcos, submarinos e aviões terão direito de passagem ou sobrevoo em águas internacionais ou em certas passagens como os estreitos de Gibraltar e de Ormuz. A razão principal por que os EUA votaram contra o tratado prende-se à exploração dos fundos marinhos. Embora o tratado permita que as riquezas dos fundos marinhos sejam exploradas por companhias privadas, exige que essas empresas vendam a sua tecnologia e compartilhem as explorações com uma nova agência internacional que terá de ser ainda criada. Além disso, 15 anos após o começo da exploração dos fundos marinhos, o tratado poderá ser alterado por uma maioria de dois terços. Segundo os observadores, as alterações que desde já se perspectivam irão contra os interesses dos EUA. O tratado estará pronto para ser assinado no próximo mês de Dezembro numa cerimónia formal a decorrer num dos países que votaram contra ele — a Venezuela.

Novos massacres na Guatemala

O Exército Guerrilheiro dos Pobres (EGP), um dos quatro grupos rebeldes da Guatemala, acusou a Junta militar no governo, de ter cometido um «genocídio» em cinco províncias do norte e do oeste do país.

Um boletim clandestino do EGP entregue à imprensa local denunciou a «escalada de massacres contra o povo» levada a cabo nas províncias de Chimaltenango, Solola, El Quiché, Baixa Verapaz e Huehuetenango.

Afirmou também que a actual Junta militar – que chegou ao poder através de um golpe de Estado no dia 23 de Março passado – recorre «às mesmas mentiras e aos mesmos recursos de propaganda que o governo anterior usava para tentar ocultar os seus crimes».

O EGP e mais três outras organizações guerrilheiras constituíram, há dois meses, a Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG) que rejeitou os apelos feitos pelo presidente da Junta militar, general José Efraim Ríos Montt, para que depusessem as armas.

O comunicado do EGP menciona a matança de 73 mulheres, «algumas grávidas» e de mais de cem crianças na aldeia Rio Negro da província nordestina da Baixa Verapaz e de 33 homens na aldeia Chichutaca, na mesma província.

Afirma que no caso das mulheres assassinadas, algumas delas foram amarradas a árvores com os filhos às costas. O comunicado denuncia outros episódios: no dia 15 de Abril, «as tropas do exército penetraram na aldeia Agua Caliente e massacraram 14 camponeses além de perseguirem e metralharem de helicópteros os sobreviventes que fugiam». Indica também que nesse mesmo dia, «outras patrulhas metralharam, mutilaram, ou degolaram mais de 20 pessoas, inclusive uma menina de dez anos». Um comunicado do exército guatemalteco atribuíra anteriormente essa acção às forças guerrilheiras.

O EGP cita igualmente «cem camponeses que foram mortos na aldeia Mangal» e que «além de massacrar centenas de homens, mulheres, velhos e crianças, o exército queimou mais de 20 casas na província de Chimaltenango, assim como colheitas e animais domésticos».

Concluindo, o comunicado do Exército Guerrilheiro dos Pobres apela «à opinião pública internacional e aos povos, governos, políticos e instituições de todo o mundo para que denunciem e condenem o genocídio da Junta militar».



CACHAPUZ

1928 • MAIS DE MEIO SÉCULO DE EXPERIÊNCIA DE FABRICO • 1981



INTERNATIONAL
TROPHY FOR QUALITY
MADRID 1979
MADRID 1980

O MAIOR FABRICANTE E EXPORTADOR PORTUGUÊS DE
EQUIPAMENTOS PARA PESAGEM

BÁSCULAS E BALANÇAS DE
TODOS OS TIPOS PARA

- INDÚSTRIA
- AGRICULTURA
- PECUÁRIA
- PESCAS
- COMÉRCIO
- MINAS

EXPORTADOR PARA
AS REPÚBLICAS DE

- CUBA
- ANGOLA
- MOÇAMBIQUE

JOSÉ DUARTE RODRIGUES, LDA.
TELEF. 22468/25347 – TELEX 32125 CAXPUZ P
APARTADO 12 – 4701 BRAGA CODEX – PORTUGAL

Guerra da rádio

□ O anúncio de que a Rádio Marti começaria a operar no início do mês de Janeiro passado (o que finalmente ainda não aconteceu) mostrou a primeira reacção norte-americana ao que os Estados Unidos interpretam como uma «penetração» de emissões cubanas no território do seu país.

Queixam-se geralmente da alta potência que teriam a Rádio Havana e a Rádio Rebelde, as duas emissoras do governo cubano, que junta com outras estações cubanas de frequência modulada, são escutadas nos Estados Unidos. Naturalmente esquecem os norte-americanas as emissões da Voz da América, que desde o começo da revolução cubana «bombardeiam» de forma persistente e quotidiana os ouvintes do território cubano que recebem esses programas em qualquer aparelho comum de onda média.

Segundo versões recentes, o projecto da Rádio Marti seria uma peça-chave da estratégia da administração Reagan visando o controlo ideológico das Caraíbas, equiparado em importância à Rádio Europa Livre e Rádio Liberdade, que dos Estados Unidos transmitem para a Europa socialista. Em princípio, a Rádio Marti deverá estar no ar com transmissões em espanhol no próximo mês de Outubro.

Resta, por enquanto, a reacção do Congresso, que já teria manifestado, através de alguns porta-vozes, a sua divergência com o projecto, que terá um elevado custo, calculado em 10 milhões de dólares anuais.

Uma vitória da SWAPO

□ Desmentindo as afirmações da África do Sul, segundo as quais o poder racista estaria à beira de uma vitória militar na Namíbia, a SWAPO alcançou uma importante vitória, ao conseguir cruzar a chamada «linha vermelha». Trata-se do dispositivo fortificado estabelecido pelos racistas de Pretória ao longo da fronteira com a República Popular de Angola, o qual, no dizer dos sul-africanos, isolaria por completo a guerrilha do seu próprio território. Os guerrilheiros conseguiram, pela primeira vez em 16 anos, penetrar na área branca da Ovambolândia e lançar acções de minagem e sabotagem que causaram pelo menos 60 mortos. Segundo o dirigente da SWAPO, este «raid» da guerrilha destinou-se a vingar as agressões racistas contra outros países, incluindo Angola. O comandante-em-chefe das tropas da ocupação racista na Namíbia, Charles LLOYD, foi o primeiro a anunciar aquilo que considerou ser um «renovado vigor e organização» dos guerrilheiros. Sabe-se ainda que muitos fazendeiros resolveram já fazer deslocar as suas famílias para zonas consideradas mais seguras. Segundo os observadores, a situação entretanto criada na Namíbia, levará à «rodesização» do território: 1 — por um lado, a vida dos colonos das zonas rurais tende a transformar-se naquilo que foram os últimos anos dos seus pares na antiga Rodésia: a conversão de cada fazenda em autêntica fortaleza, rodeada de barreiras de segurança e a impossibilidade de os colonos brancos se deslocarem a não ser em «comboios» escoltados; 2 — por outro lado, é desde já notória a diminuição do volume dos investimentos face aos receios quanto ao futuro próximo.

Escassez de medicamentos em África

□ Devido às diversas maquinações das companhias transnacionais no sector da indústria farmacêutica, existe no Gana, na Nigéria e noutros Estados africanos, uma permanente escassez de medicamentos.

Esta foi a conclusão a que chegaram os serviços competentes das Nações Unidas que acusam gravemente as poderosas companhias transnacionais e os grandes fabricantes mundiais de medicamentos, de saquearem os países africanos. Provocando artificialmente a escassez de medicamentos, as transnacionais comercializam remédios cujo prazo de utilização já expirou, ou outros que, devido aos seus efeitos nocivos, foram proibidos há muito tempo.

Dos 220 medicamentos que, na opinião dos técnicos das Nações Unidas, são imprescindíveis na África,

pode-se conseguir apenas uns poucos nas diversas regiões do continente. Não satisfeitas, as indústrias farmacêuticas mundiais ainda frustram o empenho dos Estados africanos em criarem as suas próprias indústrias de medicamentos.

Técnicos da ONU acham que a solução está na integração das indústrias farmacêuticas dos países em vias de desenvolvimento já que, desse modo, não apenas se defenderiam os mercados desses países como, ao mesmo tempo, os preços dos remédios seriam mais acessíveis.

A integração recomendada concorda plenamente com as bases estratégicas do Plano de Acção de Lagos, adoptado na primeira reunião cimeira económica da Organização da Unidade Africana, no qual é prevista a integração económica africana até ao fim do século.

Clube de Amigos

cadernos do
**terceiro
mundo**

Temos recebido muitas cartas de leitores, algumas aqui publicadas, reivindicando melhores e mais eficazes canais de comunicação entre pessoas interessadas na temática terceiro-mundista. Algo assim como um Clube de Amigos de *cadernos do terceiro mundo*.

Na discussão inicial dessa ideia, a opção mais generalizada seria uma proposta congregante, como seja a criação de um Clube de Amigos do Terceiro Mundo, uma entidade sem fins lucrativos, que oferecerá uma base concreta a esse esforço de comunicação.

A intenção é divulgar e dinamizar o intercâmbio entre os povos do Terceiro Mundo, através de um trabalho mais estruturado, centralizado em *cadernos*. Há toda uma gama de iniciativas que poderão ser tomadas para efectivar essa ideia, como a promoção de concursos de monografias, trabalhos de pesquisas e investigações, fotografias, cinema etc., sempre com a temática do Terceiro Mundo.

Tudo o que se possa fazer para melhorar a comunicação alternativa e ajudar a romper o bloqueio informativo das grandes agências transnacionais terá o nosso apoio. Esses clubes poderão constituir-se numa nova frente nessa luta. Circulando em cerca de setenta países, parte através de assinantes, *cadernos do terceiro mundo* tem já uma estrutura de funcionamento, capaz de oferecer a essa rede de clubes um suporte organizativo eficaz.

A ideia, sugerida por muitos leitores, está aí. Vamos debatê-la. Todos estão convidados a nos enviar a sua opinião, com sugestões concretas sobre a iniciativa, que desejamos seja o resultado de um amplo consenso e de uma real participação dos leitores que se interessam pela ideia.

Os editores

SOGUIPAL

(ex-ACTIMESA)

Sociedade Comercial
Luso-Guineense, SARL

IMPORTAÇÃO:

Amendoim, coconote, cera,
couros, borracha, bagaço, etc.

EXPORTAÇÃO:

Produtos alimentares, têxteis,
materiais de construção e bens de
equipamento

ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

Áreas administrativa e financeira

ÁREA GEOGRÁFICA DE ACTUAÇÃO:

Larga experiência dos mercados
africanos e europeus

SOGUIPAL

LISBOA — Tel. 54 83 16/54 83 47/54 82 69
TELEX 14238 ACTIME/P

R. Tomás Ribeiro, 50-4.º
1000 LISBOA/PORTUGAL

ARMAZEM — R. Vale de Formoso de Cima,
125-B e C Tel. 38 62-85

telex telex telex telex telex

Mulheres contra a intervenção – mais de cem delegadas que participaram no Encontro Continental de Mulheres, em Manágua (Nicarágua), nos dias 24, 25 e 26 de Março passado, concordaram na criação de uma ampla Frente Continental de Mulheres contra a intervenção, a fim de cooperar na solução negociada para a região centro-americana. A decisão foi motivada, em particular, pelo agravamento da situação em El Salvador e as contínuas ameaças à Nicarágua. Na sessão inaugural do encontro, falou o comandante Bayardo Arce destacando a importância da solidariedade internacional. «Nós (os nicaraguenses) chegámos a valorizar a tal ponto a solidariedade dos demais povos, que podemos afirmar que sem solidariedade não é possível falar em Revolução», afirmou.

Entre as dirigentes presentes no encontro de Manágua, cabe destacar: Fredda Brown, presidente da Federação Democrática Internacional de Mulheres; Ana Guadalupe Martínez, comandante guerrilheira da FMLN de El Salvador; Vilma Espín, presidente da Federação de Mulheres Cubanas; e Intasar Al-Wasir, membro do Comité Executivo da União de Mulheres Palestinas.

Nomes novos no Zimbabue – por ocasião do segundo aniversário da independência do Zimbabue, o primeiro-ministro, Robert Mugabe, tornou oficial o novo nome da capital do país, que deixou de se chamar Salisbúria para se denominar Harare. Porquê Harare? Porque esse foi o nome do chefe shona que governou a região durante o século XIX. Assim como os colonizadores marcaram também pela toponímia das colónias a sua opressão, escolhendo para designar localidades e ruas os nomes dos «heróis» do colonialismo, assim agora os países libertados recorrem à sua história e aos seus heróis do passado e do presente, à evocação dos que, por todo o mundo, se bateram pela causa da libertação social e nacional, para marcarem desse modo o advento da nova era. Além de Harare, novos nomes irão surgir para 32 localidades. Setecentas ruas mudarão de designação, em todo o país. Eis alguns exemplos eloquentes: a Avenida Rhodes (o colono do qual saiu o nome de Rodésia) passará a chamar-se Marechal Tito; a rua Vitória (que homenageava a Rainha Vitória de Inglaterra) designar-se-á por Karl Marx, e a Avenida Stanley (que homenageava o herói britânico da «exploração africana» com o mesmo nome) será a Avenida Vladimir Lenine.

Proibição – o governo do Zimbabue proibiu outra companhia pertencente à União Popular Africana do Zimbabue (ZAPU), de Joshua Nkomo, que até dois meses atrás, foi ministro sem pasta. Segundo informa a Rádio Salisbúria, o trabalho da Companhia Zimbabweana para o Desenvolvimento

Comercial e Industrial foi proibido por um decreto do presidente da República, Canaan Banama, com a argumentação de que essa companhia poderia com a sua actividade «afectar a defesa, a segurança pública e a ordem».

Essa é a décima terceira empresa da ZAPU cujo trabalho foi proibido nos últimos dois meses, desde que nas propriedades desse partido foram descobertas grandes quantidades de armas leves e pesadas, munições e outros equipamentos militares.

Mirages para a Índia – após dois anos de negociações, a França assinou no mês passado um acordo mediante o qual Paris dotará a força aérea indiana de aviões de combate de tipo *Mirage* a partir de 1984. O acordo – no valor de uns cinco biliões de dólares – consiste na compra directa por parte da Índia de uma certa quantidade de aviões prontos para combate e na construção de uns 150 aparelhos do tipo *Mirage* em território indiano. Também está previsto o envio de pessoal técnico indiano para cursos de aperfeiçoamento em empresas francesas.

Iraque-Iráo – «a continuação da guerra não é útil; achamos que devemos dar-lhe um fim o mais cedo possível». A afirmação é do presidente da Assembleia do Irão e representante pessoal do aytollah Khomeini no Conselho Supremo de Defesa Nacional Iraniano, o *hayatolleslah* Hassèmi Rafsanyani.

Por seu turno, o enviado especial da Conferência Islâmica em Bágdade, Habib Chati, declarou ao deixar a capital iraquiana com destino a Teerão, na condição de mediador, que as negociações estão «numa fase decisiva». O presidente do Iraque, Saddam Hussein, já tinha declarado que o seu país está decidido a retirar imediatamente as tropas do território do Irão, se houvesse a certeza de que os iranianos não penetrariam no território do seu país.

Mostra portuguesa – entre Julho e Agosto próximos, largará de Lisboa com destino a África um navio de grande tonelagem transformado em mostra flutuante da exportação portuguesa. A bordo irão representações e produtos de cerca de 200 empresas portuguesas abrangendo os sectores de metalo-mecânica (Hgeira e pesada), têxteis e vestuário, sapataria e indústrias alimentares; presentes igualmente empresas de projectos agrícolas e industriais. O navio-mostra visitará as cidades de S. Vicente, Praia, Bissau, S. Tomé, Luanda e Maputo, não sendo de excluir a possibilidade de ancorar noutros portos africanos que não países de expressão portuguesa. De notar que esta mostra se efectua após as recentes viagens do presidente Eanes a Moçambique e Angola que desbloquearam as relações entre Lisboa e os dois novos Estados africanos, abrindo promissoras perspectivas de intercâmbio económico.



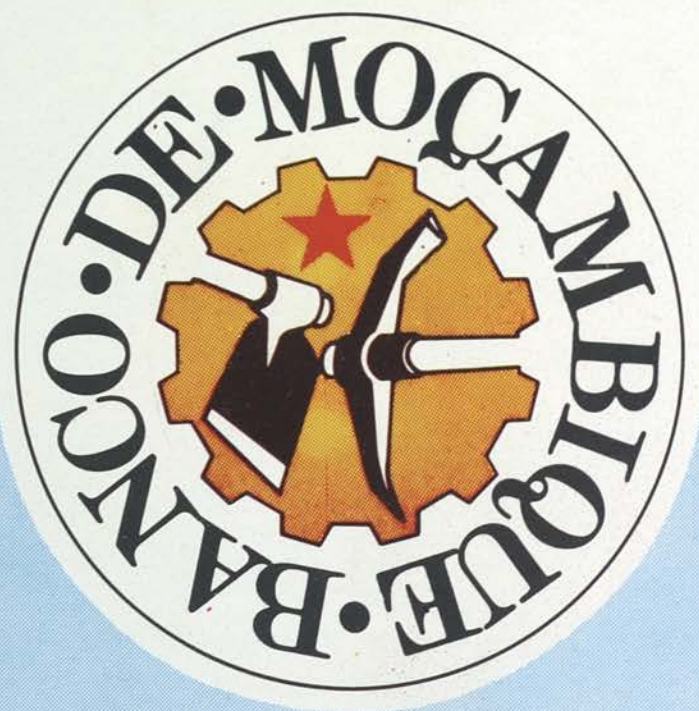
**nosso petróleo
onde
é necessário...**

Sociedade Nacional
de Combustível de Angola

ONANGOL

rua duarte pacheco pereira, 8
c.p. 1316 · Luanda
telex 3148 3260

UM INSTRUMENTO PARA
O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA
NACIONAL



DNPP

A revolução como revelação

À medida que avança o processo revolucionário na Nicarágua, um novo rosto cultural se revela, trazendo à tona a importância das culturas das minorias negra e indígena

Eduardo Galeano *

ESTAS notas, que apenas gostaríamos de ajudar ao diálogo, nascem de um aspecto pouco difundido da experiência revolucionária da Nicarágua. São reflexões formuladas a partir das perspectivas culturais que o fecundo e assombroso processo da revolução sandinista está a abrir para todos os latino-americanos.

A guerra popular não só tornou possível o desmantelamento das bases de poder da família Somoza e a recuperação dos recursos naturais usurpados pelo imperialismo, como teve, além disso, consequências formidáveis em todos os planos, sacudiu violentamente todos os rami-nhos da árvore da vida e está a fazer brotar flores e frutos até agora desconhecidos dos próprios nicaraguenses.

O resgate da cultura popular e a revelação da pluralidade cultural do país integram o processo de «nicaraguização da Nicarágua», da mesma maneira que as nacionalizações do sistema bancário, do comércio externo e das indústrias básicas. O país ignorava a sua própria cultura ou só conhecia dela o fragmento correspondente aos seus esplêndidos poetas e aos seus escassos centros de educação; e o país julgava-se reduzido às populações de fala castelhana da costa do Pacífico. Tempo de revolução, tempo de assombro: muito mais descobriram os guerrilheiros, nos anos de luta ar-

mada, e os alfabetizadores nos últimos dois anos, do que os conquistadores espanhóis há quatro séculos e meio. A Nicarágua multiplica-se em extensão e profundidade. Os jovens das brigadas de alfabetização ensinaram, mas principalmente aprenderam: conheceram, pelo menos um pouquinho, os países secretos que o país contém e descobriram, em zonas onde a guerrilha não tinha chegado, a ignorada sabedoria e a insólita capacidade de beleza de camponeses condenados à morte prematura pela fome, a tuberculose e a malária.

À medida que se processam os milhares de *cassettes* que os alfabetizadores gravaram montanha adentro e em aldeias de remotas paragens, começa a aparecer o verdadeiro rosto cultural da Nicarágua. Rosto de rostos, perfil de perfis: a Nicarágua, país múltiplo, é também a terra dos índios *misquitos* que ainda chamam «espanhóis» aos demais nicaraguenses, e é também a terra da cultura negra de fala inglesa, da costa atlântica. A revolução parte do respeito a essa pluralidade cultural: a campanha de alfabetização não é uma campanha de castelhanização, compulsiva e re-

pressiva, mas foi sim levada avante nos três idiomas que constituem o património linguístico nacional. A unidade da pátria, tarefa a realizar, tarefa sendo realizada, não será paga ao preço do esmagamento das culturas «diferentes». Pela primeira vez, elas são convidadas para o diálogo em pé de igualdade, cada qual com a sua própria voz, e começa-se a saber que os mudos tinham muito a dizer.

Esse processo de resgate e revelação, processo de nacionalização, não culmina com a alfabetização e a recompilação de mitos, lendas, cantares, testemunhos de história e vida e receitas de medicina popular. Começa aqui. Desde essa etapa de «descobrimto» e primeira comunicação, que na realidade começa nos anos da guerra, desencadeia-se — arranca de si as cadeias — a sua prodigiosa potencialidade possível.

A cultura estava fechada: socialmente, como privilégio de uma classe; geograficamente, como monopólio de uma região. Para romper essa dupla janela e tornar possível o pleno florescimento da cultura nacional, é necessário integrar materialmente o país, e a Nicarágua, arrasada pela ditadura, pelo terremoto e a guerra, não pode inventar num minuto as estradas e as pontes, as escolas, os hospitais e as habitações que tão imensa tarefa exigem. Tampouco pode, num piscar de olhos, distribuir em grande escala produtos

* Escritor e jornalista uruguaio autor de «As veias abertas da América Latina». Ver entrevista que concedeu a *cadernos do terceiro mundo*, n.º 33, Maio de 1981.

de cultura, nem meios de produção de cultura, suficientes para canalizar a energia criadora e a vontade de comunicação que a própria revolução desperta. O andamento do desenvolvimento nas regiões mais escondidas, a incorporação de legiões de desocupados no mercado do trabalho, o êxito da campanha de alfabetização e o fervor com que se multiplicam as escolas, as publicações e os círculos de poesia, não impedem que uma enorme distância separe, ainda, as necessidades das possibilidades.

O processo de unidade nacional e conquista da identidade cultural resultará longo e difícil, cheio de contradições, eivado de dificuldades; e devemos levar em conta, nesse sentido, que as regiões tradicionalmente marginalizadas, nicarágua exiladas na própria Nicarágua, não participaram praticamente da guerra contra a ditadura dos Somoza e são, hoje em dia, pelo seu atraso e isolamento, as mais vulneráveis à acção ideológica e militar do inimigo.

Mas parece-me muito importante sublinhar que, através de todos estes anos de revolução sandinista, ao longo da guerra e principalmente depois da tomada do poder, a Nicarágua começa a descobrir-se a si mesma. Antes, tinha sido «descoberta» por outros, agora vai-se descobrindo a si mesma, surpresa de se ver pela primeira vez, em mais de uma dimensão simultânea, enriquecida e ampliada pela insurgência de um povo que deixou de ser testemunha da sua própria desgraça e pela contribuição das ignoradas culturas da minoria negra e da minoria indígena. A realidade plena tinha sido tradicionalmente escamoteada pelo elitismo e pelo racismo da cultura dominante, que sendo cultura de uma classe e de uma região, chamava-se a si própria cultura nacional. E à medida que o país recupera a sua múltipla e multitudinária identidade, recupera também a sua história. Nacionaliza-se o passado, a partir da ressurreição da figura,

antes mentida e proibida, de Augusto César Sandino.

Desmascaramento das culturas dominantes

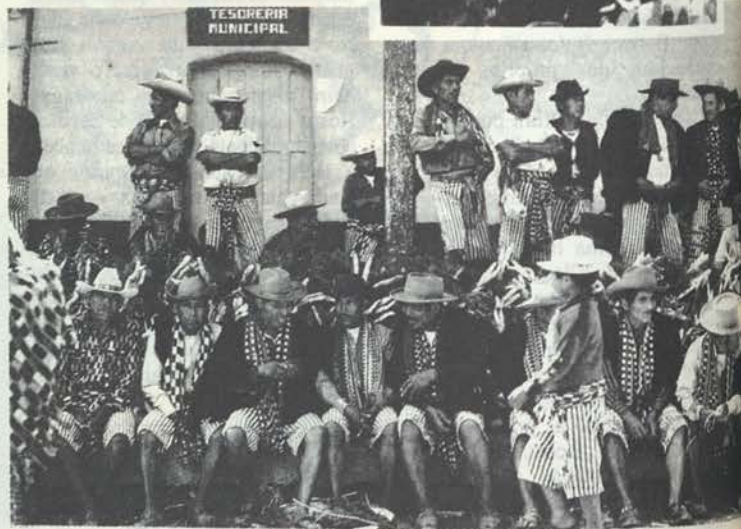
A América Latina constitui ainda um enigma aos seus próprios olhos. Que imagem nos devolve o espelho das culturas dominantes? Uma imagem fragmentada: pedaços. Pedaços desconexos entre si, um corpo mutilado, uma face a ser traçada.

As culturas dominantes, culturas de classes dominadas pelo exterior, revelam-se pateticamente incapazes de legitimar raiz, identidade e destino às nações que dizem representar. São culturas cansadas, como se muito houvessem feito; apesar dos seus enganosos fulgores, expressam a paralisia das burguesias locais, ainda hábeis em copiar mas cada vez mais inúteis em criar. Fortificadas em grandes portos e cidades babilónicas, ignoram e desprezam a realidade nacional ou tudo o que nela as contradiga; e praticamente limitam-se a operar como correias de transmissão das poderosas estru-

O processo na Nicarágua pode ser um exemplo para os outros povos latino-americanos

ras da impotência que o imperialismo montou, à escala mundial, para impedir que os povos submetidos penssem com a sua própria cabeça, sintam com o seu próprio coração e caminhem com as suas próprias pernas.

Em geral, pode-se perfeitamente dizer que muitos centros de educação e quase todos os meios de comunicação de massas irradiam mensagens traduzidas, fabricadas fora e orientadas no sentido de esvaziarem a memória da América Latina e evitarem assim que ela se reconheça





Um processo cultural que começa a desmascarar o elitismo e o racismo

como possibilidade: induzem-na a consumir e reproduzir, passivamente, os símbolos do poder que a humilha.

O processo de profunda transformação da Nicarágua está a desmascarar, como já o tinha feito Cuba, duas peças-chaves dessa engrenagem, o elitismo e o racismo, que negam às grandes maiorias o direito à criação e à participação, mutilando uma parte substancial da nossa memória colectiva.

Ninguém é, — suspeito eu — muito diferente da sociedade que o gera. Os preconceitos que caracterizam as culturas dominantes, interessadas em justificar e perpetuar a organização desigual do mundo, reflectem-se também entre nós. Nós, os intelectuais, dizemo-nos ou queremos ser revolucionários (ou pelo menos negamo-nos a servir de cúmplices dessa organização desigual e criminoso) porém, não estamos «vacinados» contra a ideologia da opressão. Talvez a nossa saúde consista, como disse Juan Gelman, em saber que estamos doentes — não muito menos doentes que o sistema que nos fez e que gostaríamos de ajudar a desfazer.

Artista ou artesão?

Frequentemente chamamos *folclore* à cultura popular para a ignorar e negar-lhe a possibilidade de sair de moldes mecanicamente repetidos. Sorrisinhos sem graça aguardam o «artesão» que se acredita «artista» e os indignadíssimos maridos desembainham a espada quando qualquer tipo da rua pretende beijar a senhora Poesia. Não ignoro que estou a cometer pecado de demagogia e populismo ao afirmar que um dos mais belos poemas de amor do nosso tempo foi escrito por um anónimo preso político do meu país, o Uruguai, numa folha de papel de cigarro:

*Às vezes chove e te amo
Às vezes sai o sol
e te amo.
És o cárcere às vezes.
Sempre te amo.*

De demagogia e populismo se qualifica toda a tentativa de violar a propriedade privada da palavra e romper o privilégio da criação artística, como se fosse «natural» uma

ordem social que condena quase todos ao silêncio.

Não é surpreendente, por ser tradicional, o pouco ou nenhum lugar que as publicações culturais editadas na América Latina destinam à difusão da cultura popular, ou cultura não-profissional, ou como queiram chamar os dizeres e sentires das classes oprimidas directamente expressos. Mas acontece que as publicações de esquerda também ignoram, em geral, a existência dessa outra cultura, que assim mesmo se manifesta sem parar na vida quotidiana da gente e na sua inesgotável capacidade de assombro, rebelião e valentia: escrevemos sobre o povo e até em nome do povo, mas raras vezes compartilhamos com o povo os espaços de expressão que conseguimos conquistar.

Actuamos, em geral, como se o povo fosse mudo, embora façamos todo o possível para que não seja surdo. Numa ordem social onde existem donos das fábricas e das terras, das casas e das pessoas, também a cultura tem dono; mas equivoca-se quem crê que a cultura revolucionária se reduz ao trabalho dos intelectuais revolucionários e que a cultura popular não é mais do que o eco degradado da voz do senhor.

A incorporação do género testemunho no concurso da *Casa de las Américas*, em Cuba, e a multiplicação dos círculos de poesia na Nicarágua — além das polémicas abertas sobre a sua orientação — constituem alguns dos muitos sinais de mudança que nos oferecem, nesse sentido, as nossas comarcas em revolução.

Realidade nacional: um grande mistério

O desenvolvimento das autonomias em Espanha, impulsionado principalmente pela longa luta dos bascos e catalães, e as recentes medidas de descentralização da França, colocaram em evidência, uma vez

mais, a crise de um modelo de unidade nacional arbitrariamente imposto. A unidade nacional é uma farsa se for realizada ao preço da opressão de culturas «diferentes», em função do domínio de uma só região arrogante sobre o país na sua totalidade.

A partir das deformações da época colonial, consolidadas durante o século passado, a América Latina padece de um modelo hipercentralista de organização do Estado, cujo núcleo se situa em imensos portos ou cidades babilónicas. A partir desses centros, que imitam o modo de vida das metrópoles estrangeiras, explora-se e deprecia-se o espaço interior; a partir desses centros operam as culturas dominantes, elitistas e racistas, para as quais a realidade nacional é um grande mistério e uma ameaça de barbárie: a sua tarefa de repressão e deturpação serve os propósitos imperialistas de castração cultural. Pouco se difundiu, embora me pareça muito revelador, o facto de Cuba ser o único país latino-americano em que as grandes cidades não cresceram nos últimos 20 anos — e isso numa região do mundo onde, em fins deste século, segundo as apocalípticas profecias dos *peritos*, São Paulo terá 26 milhões de habitantes e a cidade do México 31 milhões.

Descobre-se a imagem latino-americana do socialismo

Não existe nenhum latino-americano que não seja, de algum modo, culturalmente mestiço. Todos somos fruto de misturas culturais, seja qual for a cor da nossa pele — com excepção, talvez, de algumas microcivilizações indígenas ainda sobreviventes em estado puro na floresta amazónica. Mas, desde a época colonial, todos fomos treinados para ignorar a nossa fecunda pluralidade, negando duas das nossas três mães culturais, depreciando-as ou reduzindo-as à superficialidade pitoresca e ao puro



Não existe nenhum latino-americano que não seja culturalmente mestiço, mas «índio» ainda é um insulto

espectáculo. Essa negação das culturas de origem não-europeia, quotidianamente visível em todos os nossos países, resulta particularmente dramática em lugares onde essas «outras» culturas, que perpetuaram o seu perfil essencial são maioritárias. Em cada dez guatemaltecos, por exemplo, seis são índios, mas na Guatemala a palavra «índio» é usada como insulto e um homem pode ser preso pelo simples delito de não falar castelhano, visto que para a administração pública e organismos de justiça não existem as línguas autóctones. Enquanto a directoria de turismo convida à visita da terra dos *mayas*, os netos dos *mayas*, principais vítimas da guerra suja da ditadura militar, são despojados das suas terras, assassinados e lançados para valas comuns cujas lápides têm gravado: NN, o que significa *No Nato*, ou seja, não-nascido.

Tal como o elitismo, também o racismo das culturas dominantes



impregna as nossas sociedades no seu conjunto. Quantas vezes apelidamos ou ouvimos apelar de inculturas ou culturas inferiores a cultura indígena e a cultura negra e de dialectos as suas línguas? Quantas vezes apelidamos ou ouvimos apelar de superstição ou bruxaria as religiões originárias da América e da África?

Pode-se proibir a água, mas não a sede. Desde que a aventura colonial

CULTURA

nas Américas converteu os índios e os negros em escravos do desenvolvimento europeu, as suas culturas sobreviveram ao maior processo de aniquilamento da história humana. Ao cabo de sucessivas campanhas de extermínio, essas culturas disfarçaram-se, esconderam-se e receberam mil influências, mas mantiveram viva a sua identidade e vivo o seu sangue. Hoje em dia, continuam a oferecer a toda a América, e não só à América Latina, chaves fundamentais de memória e profecia. Dão testemunho do passado e, ao mesmo tempo, acendem fogueiras iluminadoras do caminho. Se actualmente tivessem apenas um interesse arqueológico, não continuariam a ser objecto de encarniçada repressão, nem o poder inimigo estaria tão interessado em manipulá-las para as divorciar da luta de classes e dos movimentos populares revolucionários.

Num mundo que reduz as relações entre pessoas a relações entre coisas, todos temos muito que aprender da vitalidade e do amor à liberdade das culturas africanas, que não divorciam o pensamento da emoção, e da alegria essencial de religiões que exaltam o corpo humano em vez de condená-lo. Num sistema assassino da terra e da gente, que envenena o ar, apodrece a água e aniquila a terra, as culturas indígenas da América dizem-nos que a terra é sagrada porque sagrados somos nós, os seus filhos; e contra a lei capitalista da selva, que tem a cobiça como virtude suprema, eleva-se o exemplo da solidariedade das comunidades índias, que ontem inspiraram Thomas More para criar a sua Utopia e hoje nos ajudam a descobrir a imagem latino-americana do socialismo, que enterra na tradição comunitária a sua mais funda raiz.

A cultura nacional

A mais funda raiz: fecunda é a mensagem dos mais antigos filhos das nossas terras, os mais castigados, os que têm — como dizia José



Nazca (Peru) é um património a ser resgatado

Artigas — «o principal direito»; e é fecunda para todos, inclusive para os países onde os índios foram exterminados ou reduzidos a uma minúscula minoria.

Mas que não me entendam mal. O nacionalismo de direita, que entra na história às arrecuas, repele o marxismo como «estrangeiro» e crê que a cultura nacional se define pela origem dos seus factores.

Se assim fosse, ponhamos um ex-

emplo, não haveria cultura andaluza, porque os típicos pátios da Andaluzia vêm da Roma imperial, as grades e as cancelas vêm da Florença renascentista e os floridos xai-les, da China dos Ming; os *churros* são árabes e o *cante jondo* é uma mescla de música cigana, melodias árabes e cantos hebreus.

Foi um alemão que inventou a sanfona, no século passado, com a intenção de criar uma espécie de



As culturas indígenas da América dizem que a terra é sagrada porque sagrados são os seus filhos

harmónio portátil, útil para tocar músicas sacras nas procissões do seu país; mas a sanfona fugiu da Alemanha e antes de cair nas mãos de Aníbal Troilo* já se tinha transformado no mais típico instrumento do tango rioplatense, cujo cantor mais importante, Carlos Gardel, nasceu na cidade francesa de Toulouse.

Os exemplos poderiam multiplicar-se ao infinito. Bem adverte José Juan Arrom que o cubaníssimo *daiquiri* vem da cana-de-açúcar que Colombo trouxe, do limão que chegou da Andaluzia e das técnicas estrangeiras de elaboração do açúcar e do gelo. «A única coisa nossa, diz Arrom, seria saber combiná-los numa síntese que é como a nossa cultura. Esses elementos juntaram-se aqui para formar algo novo, diferente, próprio».

Num ensaio vinculado a esse tema, Roberto Díaz Castillo menciona com justeza o caso da cultura vietnamita actual, rio de águas nascidas ali mas também provenientes

de outras paragens, como o budismo da Índia, o confucionismo da China e o marxismo da Europa.

A cultura nacional define-se pelo seu conteúdo, não pela origem de seus factores, e quando está viva muda sem cessar, desafia-se a si mesma, contradiz-se e recebe influências externas que às vezes a ferem, às vezes a multiplicam, e costumam operar simultaneamente como perigo e como estímulo. Seria um acto de irrealidade e uma estupidez reaccionária propor a recusa indiscriminada das contribuições europeias e norte-americanas ao nosso património e ao património universal, reduzindo arbitrariamente essas vastas e complexas culturas aos mecanismos de alienação imperialista nelas implícitos. O anti-imperialismo também sofre de doenças infantis. A negação daquilo que nos é negado não tem que implicar a negação daquele que nos alimenta. A América Latina não tem que renunciar aos seus frutos criadores de culturas que floresceram, em grande medida, graças a um esplendor material nada alheio à exploração desapiedada dos nossos homens e das nossas terras.



A América desconhece-se a si mesma

Mil símbolos, mil razões e mistérios dizem-me que sou uma gotinha de determinado mar, punhado de certa terra, tijolo de certa casa por fazer; a cultura nacional, identidade compartilhada, memória colectiva, vem da história e à história volta sem cessar, transfigurada pelos desafios e necessidades da realidade. A nossa identidade está na história, não na biologia, e são as culturas que a fazem, não as raças; mas está na história viva. O tempo presente não repete o passado: contém-no. Mas, de quais pegadas começam os nossos passos? As culturas dominantes deturpam a história e encerram-na em museus; as nossas classes dominantes, ameaçadas, gostariam de um mundo imóvel.

Em Cuba e na Nicarágua, a história fugiu dos museus para se realizar nos campos e nas ruas. As revoluções implicam a recuperação da memória nacional, que é uma chave de identidade. Em diferentes formas e graus, desencadearam-se nesse sentido movimentos semelhantes no México e na Bolívia, a partir de

* Compositor e maestro argentino que introduziu o *bandoneón* (sanfona), revitalizou o tango argentino.

1910 e 1952 respectivamente, e no Chile e na Argentina durante os fugazes governos de Allende e Cámpora.

Em geral, os nossos países, desconhecendo-se a si mesmos, desconhecem a própria história. O estatuto neocolonial esvazia o escravo de história, para que o escravo se olhe com os olhos do senhor. Ensinam-nos história como se mostra uma múmia, datas e dados desprendidos do tempo, irremediavelmente divorciados da realidade que conhecemos, amamos e padecemos; oferecem-nos uma versão do passado desfigurada pelo elitismo e pelo racismo. Para que ignoremos o que poderemos ser, escondem-nos e mentem-nos o que fomos.

A Europa é o Universo. Pouco ou nada aprendemos do passado pré-colombiano da América e nem se fala da África, que conhecemos através dos velhos filmes de Tarzan. Ensinam-nos a história de cada um dos nossos países à margem da história dos demais; as sublevações indígenas e as rebeliões de escravos negros são mencionadas superficialmente (quando são menciona-

das) como episódios de má conduta; os grandes processos económicos e sociais não existem nem como pano-de-fundo, e os heróis, homens de bronze sempre festivamente adornados agem por inspiração divina, solitariamente: no duelo entre bom e o mau, as massas cumprem passivamente seu papel de comparças.

Assim, as crianças de Porto Rico aprendem que nasceram numa ilha com demasiadas pessoas e vazia de recursos, condenada a depender de uma potência estrangeira desde que era habitada por índios estúpidos e preguiçosos; e muitas crianças da Venezuela acreditam que Guaicámpuro, herói da resistência indígena contra a conquista espanhola, não é mais do que o nome de um troféu anual da televisão. Nos textos da história do Brasil, a experiência de Palmares merece no máximo um par de linhas (em Palmares, os escravos negros viveram livremente durante todo o século XVII, derrotando as sucessivas expedições militares de portugueses e holandeses); nos textos argentinos, reduz-se a história nacional a duvidosas façanhas do porto de Buenos Aires. No Uruguai,

esquecem que José Artigas encabeçou a primeira reforma agrária da América... Os exemplos não teriam limites...

Os povos soltam-se

Através dos seus acertos e erros, as populações que estão a acontecer antecipam uma assombrosa realidade possível. Que acontecerá quando as nossas terras cegas limpam os olhos? Que imagem deslumbrante se levantará no fim destes séculos de disfarce e terror, quando a realidade deixar de ser um mistério e a esperança um consolo? Quando o poder e a palavra forem de todos? Como será a síntese de todas as cores e dores do homem nessa América nossa de ternuras, magias e violências?

Mais cedo do que tarde sabermos, porque os nossos povos estão a cumprir a profecia de Chilam Balam, aquele que foi a boca dos deuses, quando nas vésperas da conquista espanhola anunciou que um dia se acabará o tempo da cobiça e se soltarão as pernas, as mãos. Então, a cara do mundo se soltará. □



Na América, a história foge dos museus para se realizar no campo e nas ruas

cultura

Vasco Cabral publica livro de poesia



«Um dia perguntei / a uma flor no mato: / Qual é o teu amor? / E a flor me respondeu: / O meu amor é o sol. / Um dia perguntei / a um peixe no mar: / Qual é o teu amor? / E o peixe respondeu: / O meu amor é a água... / Um dia perguntei / a um pássaro volante: / Qual é o teu amor? / E o pássaro respondeu: / O meu amor é o espaço. / Um dia alguém me perguntou: / Qual é o teu amor? / A alguém eu respondi: / Eu tenho dois amores / unidos num só corpo! / o meu povo e a liberdade!»

Este poema, de Vasco Cabral, surge em «A luta é a minha primavera», livro agora editado em Portugal, e apresentado, pelo autor, em sessão efectuada na Reitoria da Universidade de Lisboa que contou com a presença de numerosos intelectuais.

Quem, fora do contexto, se ficasse pelo poema acima transcrito, talvez viesse a concluir que Vasco Cabral se situava num mero campo lírico, embora salvaguardando algumas aspirações de carácter social. Mas não: Vasco Cabral, cidadão da República da Guiné-Bissau, sabe apoderar-se da subtil existência de todo o seu povo — e, assim, sucede que a sua poesia não se fica pelo transitório das paisagens. Antes pelo contrário: a Primavera que rodeia um homem, um povo, uma ideologia, é, afinal, o fundo fatalmente indicado para essa ideologia, para esse povo, para esse homem...

Para justificação plena das palavras que ficam atrás, convém dizer que Vasco Cabral foi um dos muitos presos pela PIDE. Veja-se: pela primeira vez em 1951; e depois em 1953 (é libertado seis anos depois). Aí retomou a actividade política, passando à clandestinidade em 1961. E em 62, em 30 de Julho, fugiu de Portugal (onde se licenciara em Ciências Económicas e Financeiras) em companhia de Agostinho Neto. Todo um propósito, por consequência, de independência do homem — e a Guiné do colonialismo, esmagada, viria a tornar-se na independente República da Guiné-Bissau.

É hoje um país no mapa do mundo.

Temos, pois, que «A luta é a minha Primavera» não é um livro meramente lírico. Ultrapassa a paisagem dos dias, repetitiva, e extrai o que de novo surge no correr do tempo. Daí, pois, a obrigatoriedade da sua leitura.

Prefácio de Fernando J. B. Martinho — e ilustrações de Sá Nogueira. Edição de África Editora.

Prá Frente Brasil

O veto da Divisão de Censura brasileira ao filme «Prá Frente Brasil», de Roberto Faria, coloca novamente em foco a discussão sobre os limites e alcances do processo de redemocratização. Apesar de ainda existir a possibilidade de recurso ao Conselho Superior de Censura e, em última instância, ao próprio ministro da Justiça, a interdição pode ser interpretada como demonstração de que não se modificaram, essencialmente, os critérios que caracterizaram desde 1964 os órgãos de censura.

«Não há hipótese desse filme ser exibido no Brasil. Não passou agora na Divisão de Censura e não passará no Conselho Superior de Censura do Ministério da Justiça», declarou um oficial superior do exército ao «Jornal do Brasil», acrescentando que «a abertura política não passa pela discussão de um tema como esse».

Já na opinião do seu director, Roberto Faria (há 11 anos afastado das câmaras), «'Prá Frente Brasil' não é um incitamento ao derrube da ordem vigente; pelo contrário, é um filme contra a violência. Ele refere-se a uma situação de 12 anos atrás, que acabou e que todos nós sabemos já não acontecer e que, esperamos, não deve voltar nunca mais a acontecer».

É evidente que hoje ou amanhã o filme de Roberto Faria será exibido, mas o grave é que ficará a ideia de que nos tempos actuais ainda são severas as restrições ao livre debate, que é um requisito da democracia.

Concurso em El Salvador

A Rádio «Venceremos» de El Salvador organizou um concurso de poesia e canto com a finalidade de estimular os artistas que, de diversas partes do mundo, apoiam a luta revolucionária do povo salvadoreño.

Cerca de 150 trabalhos poéticos e de 50 obras musicais de artistas do interior de El Salvador, Nicarágua, México, Cuba, Estados Unidos, Colômbia, França, Alemanha Federal e Moçambique já chegaram ao concurso. O júri internacional é constituído por representantes do Panamá, México, Chile, Cuba, Haiti e Uruguai.

Os melhores trabalhos receberão reconhecimento simbólico da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) e da Rádio «Venceremos» e serão difundidos pela emissora revolucionária.

Os interessados podem ainda enviar os seus originais para a sede da *Salpress* na Cidade do México (Insurgentes Centro 125, edificio B, despacho 303, México, D. F.) ou para o *Comin* (Apartado Postal 2363, Telcel Los Escombros, Manágua, Nicarágua).



TAAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA
★
ANGOLA AIRLINES

*Os diamantes
de Angola
são mais
brilhantes*

*Estão agora a serviço do povo
e da reconstrução nacional*

Companhia de Diamantes de Angola